

# JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira  
Mensal | n.º 283 | maio 2016 | 0,50 Euros

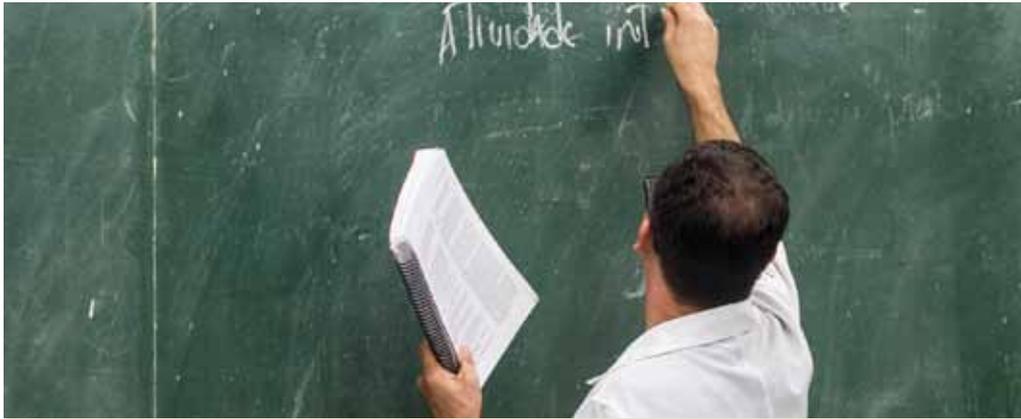
**Não há  
professores  
de primeira  
e de segunda!...**  
Operadores privados  
têm que respeitar a Lei

Pág. 4

12.º Congresso  
Nacional dos Professores

**Organização, intervenção  
nos locais de trabalho e ação  
e luta aprovadas pelos delegados**

# sumário



## MEGA ABAIXO- -ASSINADO/PETIÇÃO

Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira

### Exige:

- Um plano de combate à precariedade
- Descongelamento das progressões na carreira
- Reorganização do horário de trabalho dos docentes
- Regime excecional de aposentação

ASSINA ONLINE em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

ASSINA EM PAPEL procurando-o junto do delegado ou dirigente sindical

### 04. EM FOCO

FENPROF reitera: Não há professores de primeira e de segunda!...

### 06. EM FOCO

Condições de trabalho e acesso à situação de mobilidade por doença: Propostas objetivas da FENPROF nas negociações com o ME

### 07. EM FOCO

Normas de relacionamento institucional

### 08. DOSSIÊ

12.º Congresso Nacional dos Professores

### 68. AÇÃO

Um 1º de Maio vivido num tempo de desafios e de potencialidades

### 69. AÇÃO

Em defesa da ADSE

### 70. NACIONAL

A propósito do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

### 54. CULTURAIS

Até 22 de maio no Museu da Eletricidade: World Press Photo



### Responsabilidade acrescida

O 12.º Congresso da FENPROF foi mais uma prova de vitalidade do movimento sindical docente e da sua mais representativa organização. Nele se confirmou que os professores estão atentos à nova situação política do país e às potencialidades que a mesma apresenta, mas também que isso não os descansa, antes os responsabiliza mais. É que neste contexto mais favorável à resolução de problemas cresce a importância de apresentar propostas e lutar por elas. ●



### Quem tem medo da fiscalização?

Os empresários do setor da Educação outorgaram contratos de associação que estabelecem áreas geográficas em que poderá ser implantada a sua oferta educativa, tendo acordado que só os alunos oriundos dessas áreas teriam acesso ao respetivo apoio financeiro. O despacho 1-H/2016, sobre matrículas para 2016/17, confirmou que o financiamento corresponderia ao estabelecido nos contratos e que se procederia à verificação do cumprimento, pelos colégios, do que fora contratualizado. Os empresários do setor, ou seja, os operadores privados que se habituaram a viver (à grande) à sombra de dinheiros públicos (garantidos por contratos de associação) e sem qualquer fiscalização, reagiram de imediato. Fica a ideia que a fiscalização lhes provoca uma grande intranquilidade. ●



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: [fenprof@fenprof.pt](mailto:fenprof@fenprof.pt) | [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | [luis.lobo@sprc.pt](mailto:luis.lobo@sprc.pt) | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jorge Simão (SPZS), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Nélcio de Sousa (SPM), Rogério Ribeiro (SPN) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | [jppo@sapo.pt](mailto:jppo@sapo.pt) | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 51.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



# editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

## O azedume da direita

O 12.º Congresso da nossa Federação realizou-se num tempo diferente, em que se sente que as posições dos professores têm mais possibilidades de ser ouvidas. O que, por si só, não garante que sejam...

Para que se aproveitem as potencialidades que este novo tempo apresenta é necessário, desde logo, que a FENPROF, com os professores, construa propostas capazes de dar resposta aos inúmeros problemas que se acumulam no sistema educativo, as organize por prioridade e promova a luta pela sua concretização. Neste sentido, a FENPROF, como organização mais representativa de docentes em Portugal, terá de continuar a ser espaço aberto e disponível para acolher todos os professores e, com eles, trabalhar para dar um novo rumo à Educação.

A direita anda furiosa porque a FENPROF não lhe tem dado azo para cavalgar as iniciativas desenvolvidas no quadro da ação reivindicativa que promove. Daí que procure atacar por dois lados: ora a FENPROF que, diz, não luta como deveria e, em aspetos que considera favoráveis aos professores, não se coíbe de avaliar positivamente algumas medidas; ora o ME que, para dificultar caminhos de mudança que possam surgir, acusa de se encontrar ao serviço da FENPROF, sendo esta quem, em sua opinião, manda no ministério.

Fosse a FENPROF, de facto, a mandar na Educação, como dizem os que ainda não conseguiram digerir a nova maioria de deputados na Assembleia da República, e já a precariedade dos docentes seria coisa do passado, as carreiras estariam descongeladas, os horários de trabalho respeitariam a exigência pedagógica, a aposentação obedeceria a critérios que teriam em conta o elevado desgaste dos profissionais; também as escolas veriam reforçados os orçamentos para que pudessem desenvolver os seus projetos educativos, as turmas teriam menos alunos já no próximo ano letivo e os recursos para uma efetiva inclusão seriam garantidos. A legislatura, porém, sendo de quatro anos, daria tempo, ainda, para devolver às escolas um regime de gestão democrática, essencial ao exercício da autonomia, os currículos voltariam a contar com a diversidade e riqueza que a todos os alunos é devida e entre público e privado deixaria de haver confusão... até porque dignifica cada uma das respostas o respeito pela sua natureza.

Infere-se, do que antes se afirma, que a FENPROF não manda no ME. Todavia, identifica, na ação dos seus responsáveis, sinais que geram expectativas positivas em relação ao futuro e vislumbra, numa maioria de deputados, disponibilidades que antes não existiam. São esses sinais e essas disponibilidades que os professores deverão perceber para que uns e outras

desaguem no mar das soluções que fazem falta à Educação. Quanto à direita, nada de novo... apenas a confirmação, através dos seus deputados, de uma enorme e confrangedora dificuldade para se livrar da música de sempre, ainda que vire o disco. ●

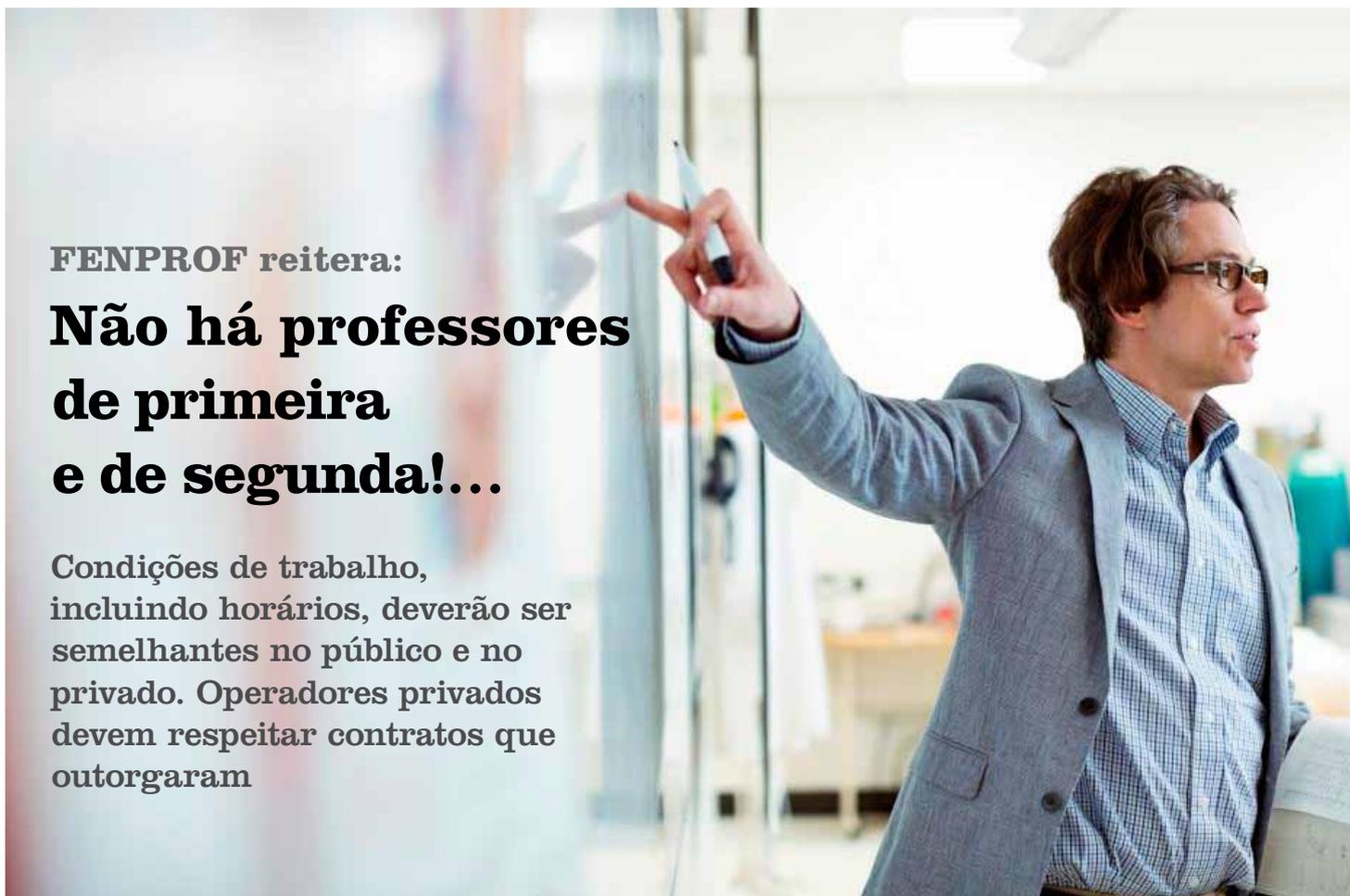
“

**A FENPROF identifica, na ação dos responsáveis do ME, sinais que geram expectativas positivas em relação ao futuro e vislumbra, numa maioria de deputados, disponibilidades que antes não existiam**

FENPROF reitera:

## Não há professores de primeira e de segunda!...

Condições de trabalho, incluindo horários, deverão ser semelhantes no público e no privado. Operadores privados devem respeitar contratos que outorgaram



**N**ão podem os operadores privados querer o melhor de dois mundos: por um lado, o dinheiro público, por outro a organização mais conveniente aos seus interesses financeiros e às suas margens de lucro, sublinha uma nota de imprensa recentemente divulgada pela FENPROF.

Refere a tomada de posição sindical: “A propósito dos contratos de associação e outros financiamentos públicos a operadores privados do setor da Educação, têm-se ouvido as mais diversas aleivosias. Na verdade, o que parece estar a mobilizar esses operadores e a sua associação representativa não é o emprego dos professores ou qualquer outra preocupação que não seja temerem que o maná que lhes tem caído do Estado deixe de ter a abundância a que se habituaram.”

Na verdade, acrescenta a FENPROF, o que refere o Despacho Normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril, que mereça tanta contestação como a que se tem ouvido? Refere, na alteração ao artigo 25.º, n.º 3, que “Compete à Inspeção-Geral da Educação e Ciência, em articulação com a DGEstE, proceder à verificação do cumprimento, pelos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contrato de associação, da respetiva área geográfica de implantação da oferta abrangida pelo contrato outorgado.”

### Perguntar não ofende...

E fica a dúvida: será que os operadores privados da Educação pretendem que não se proceda à verificação do cumprimento dos termos do contrato que outorgaram? Mas então por que assinaram um contrato que na sua cláusula 2.ª, ponto 1. d), refere ser obrigação do primeiro outorgante, o Estado, “Solicitar a intervenção da Inspeção-Geral da Educação e Ciência ou de outros serviços e órgãos de controlo, para que, no uso das atribuições e competências que lhes são legalmente cometidas, proceda à fiscalização do cumprimento dos termos do presente contrato, sempre que tal se afigure necessário” e na cláusula 3.ª, ponto 1. g), estabelece como obrigação do segundo outorgante, o estabelecimento privado, “Colaborar com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência e com outros serviços e órgãos de controlo com competência para a fiscalização do cumprimento dos termos do presente contrato”?

Noutra passagem, o comunicado da Federação destaca: “Da agitação dos operadores privados acerca deste assunto fica a ideia, para além dos evidentes interesses materiais ligados ao financiamento público da sua atividade, de que a possibilidade de fiscalização lhes provoca uma grave intranquilidade. Mas não será normal o Estado garantir meios de fiscalização das parcerias

público-privadas que estabelece? Ou só o deverá fazer em alguns casos?”

“Procurando transformar os seus trabalhadores em “guarda pretoriana”, os operadores privados têm centrado o discurso, não na verdadeira razão do seu protesto (a quebra de lucros imensos cuja origem, em alguns casos, está ainda em análise pelo Ministério Público), mas no desemprego de professores que poderá resultar da perda de alunos financiados pelo Estado. É a hipocrisia em todo o seu esplendor!”

A FENPROF deixa outras interrogações: “Onde estavam esses operadores privados quando o sistema educativo português, na sua globalidade, remeteu milhares de professores para o desemprego, levando a que a taxa de desemprego docente tivesse registado um aumento de 250%?”

Que preocupação tiveram com o emprego dos professores quando, em recente convenção coletiva adotada no setor, aumentaram o horário letivo dos professores em 20%, levando ao despedimento de percentagem semelhante de docentes?

Que legitimidade têm então os operadores privados de Educação para, agora que lhes serve, alegarem preocupação com os professores que, em muitos dos seus colégios, para além de serem alvo de discriminação no horário de trabalho, em relação

aos docentes do público, são igualmente discriminados em outros aspetos relacionados com condições de trabalho e de exercício profissional?”

A FENPROF tem sido a organização que, com coerência, tem manifestado grande preocupação com o emprego dos professores do ensino particular e cooperativo e agido em conformidade.

Fê-lo, recentemente, em dois momentos importantes: i) quando rejeitou assinar o contrato coletivo de trabalho que aumentou o horário letivo dos professores dos colégios privados; ii) na reunião realizada em 3 de maio no ME, ao propor que a organização do trabalho docente, incluindo os horários, no ensino privado financiado por dinheiros públicos se pautasse pelas mesmas normas do ensino público.

Como salienta a FENPROF, “não podem os operadores privados querer o melhor de dois mundos: por um lado, o dinheiro público, por outro a organização mais conveniente aos seus interesses financeiros e às suas margens de lucro. Se no ensino privado estas normas forem semelhantes às do ensino público, para

além do reforço das condições de exercício da profissão docente, resultará um natural aumento do emprego. A FENPROF, na sequência da proposta que apresentou, solicitou ao seu gabinete jurídico o reforço da fundamentação jurídica nesse sentido.”

### **A todos os professores são devidos os mesmos direitos!**

“Estas são razões suficientemente fortes que estão a levar a FENPROF, através dos seus Sindicatos, a promover reuniões com os professores do Ensino Particular e Cooperativo, que, aliás, é o setor em que a sindicalização tem conhecido maior crescimento. Esta será mesmo a oportunidade de os professores do Ensino Particular e Cooperativo perderem o medo, protestarem pela situação que vivem e exigirem das suas entidades patronais o respeito pelas mais elementares normas de exercício da profissão docente.

Nesta matéria, a FENPROF não tem dúvida: não há professores do público e do privado, professores de primeira e de segunda. Há Professores e a todos são devidos os mesmos direitos!” – conclui a nota do Secretariado Nacional. ●

## **Alargamento do período transitório no ensino superior Dados os primeiros passos para resolver um problema que se arrasta há muitos meses**



Uma delegação da FENPROF, dirigida pelo seu Secretário Geral, reuniu no passado dia 5 de maio (foto: J. Caria) com o MC-TES tendo a *agenda* um único ponto previsto: o alargamento do período transitório estabelecido nos estatutos de carreira para que os docentes obtenham o grau de doutoramento ou o título de especialista. Uma questão que, aliás, mereceu

recentemente a aprovação de resolução na Assembleia da República favorável a esse alargamento. Na reunião, que contou com a presença do Ministro, foram analisados diversos quadros relativos às situações de docentes que ou não concluíram ainda a habilitação em causa ou, tendo concluído, ainda não foram integrados nos quadros das respetivas instituições. Sinalizadas as situações, o debate que se seguiu destinou-se a identificar possibilidades de solução, quer para os que ainda não esgotaram o prazo estabelecido, quer para os que já deixaram de estar a tempo integral, alguns dos quais já não estão ao serviço.

No fecho desta edição, a FENPROF aguardava um documento a enviar pelo MCTES contendo diversos tópicos que serão termos de referência à elaboração de um projeto de diploma legal que será posteriormente negociado. Espera-se que o processo negocial se conclua durante o presente ano académico, ficando, assim, aberto espaço para avançar para a resolução de outros problemas que afetam o setor. ●



## **Uma batalha**

A precariedade é um flagelo que ataca os trabalhadores, as suas famílias, a sociedade e o desenvolvimento do país.

Este é um problema que a todos diz respeito e, como tal, exige a resposta de todos, independentemente da idade, do sexo ou da nacionalidade.

Uma luta que é indissociável do direito ao trabalho, da estabilidade e segurança no emprego, do respeito pelos horários de trabalho e a sua redução para as 35 horas semanais, sem diminuição de salário, da valorização das profissões e das carreiras profissionais.

### **Esta é uma batalha que vamos travar para ganhar!**

Uma nova política só é possível com o aumento geral dos salários para melhorar os rendimentos das famílias, combater as desigualdades e o empobrecimento, incentivar a procura e a produção nacional, estimular a criação de emprego com direitos e a dinamização da economia, e que deve ser articulada com uma política fiscal que incida sobre os rendimentos do capital e alivie os que são oriundos do trabalho.

Uma política alternativa passa, necessariamente, pela defesa e valorização dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado, pelo papel central que desempenham para o desenvolvimento do país e o combate às assimetrias sociais e territoriais, e exige a melhoria dos serviços da Administração Pública, bem como a anulação de medidas que têm como objetivo a privatização ou encerramento de serviços e a rejeição de todos e quaisquer constrangimentos que possam ser invocados para condicionar a afetação de recursos, nomeadamente aqueles que decorrem do Tratado Orçamental e outros instrumentos da U.E. que hipotecam o desenvolvimento do nosso país. ●

**Arménio Carlos**, Secretário Geral da CGTP.-IN, na jornada do 1º de Maio, na Alameda (Lisboa)



## Condições de trabalho e acesso à situação de mobilidade por doença

# Propostas objetivas da FENPROF nas negociações com o ME

No fecho desta edição do JF, a FENPROF preparava-se para uma nova reunião negocial no Ministério da Educação, na sequência do encontro de trabalho 3 de maio em que estiveram em cima da mesa a mobilidade por doença e as normas para a organização do ano letivo 2016/17. Na sua página, a Federação divulga os dois projetos que recebeu do M.E. e os respetivos pareceres entregues na "5 de Outubro" e fundamentados naquela reunião. Para o segundo encontro está em perspetiva a discussão de novas versões dos projetos ministeriais. Dependerá do seu conteúdo a continuação ou não deste processo, podendo passar por nova ronda, a marcar por mútuo acordo ou por processo de negociação suplementar a requerer pela FENPROF.

### Mobilidade por doença

A FENPROF assentou a sua posição em dois princípios fundamentais: i) Conferir transparência ao processo, de modo a que todos nele possam confiar; ii) Devolver justiça ao processo de colocação de professores, assegurando que a autorização dos pedidos de mobilidade por doença não põe em causa a colocação nas escolas dos demais professores.

Desta reunião resultaram compromissos do ME, tais como a consideração dos docentes dos diversos quadros para este efeito ou a consideração de situações de deficiência (que não constituem doença) no âmbito da legislação de concursos, transferindo a atual norma ínsita em "disposições transitórias" para o regime consolidado do diploma.

Na reunião, a FENPROF rejeitou a existência de quotas e de prioridades para acesso a este tipo de mobilidade, mas considerou fundamental a confirmação, de forma absolutamente inequívoca, das situações que a originam. Por exemplo: apresentação de relatórios médicos elaborados por serviços clínicos de unidades hospitalares; apresentação e análise dos relatórios em delegação de saúde; apresentação de certificado Multiusos de incapacidade; submissão a junta médica de todos os pedidos de mobilidade apresentados.

Relativamente à área geográfica de colocação dos docentes, a FENPROF, admitindo a formulação de um mínimo de 3 códigos de agrupamentos ou escolas, propôs que em alternativa o docente possa concorrer



ao código de um concelho, salvaguardando situações em que só existem um ou dois agrupamentos / escolas, ou alargando as possibilidades de mobilidade, atenuando a pressão que tem caído sobre algumas escolas.

Entre outras propostas apresentadas, a FENPROF reiterou posição antiga: a colocação de docentes em mobilidade por doença não poderá determinar, nas escolas de colocação, a supressão de horários letivos apurados ou a apurar.

### Normas para a organização do ano letivo 2016/17

Apesar de alguns avanços registados relativamente a anos anteriores, a FENPROF considera insuficientes as alterações propostas pelo ME. Numa apreciação generalista do projeto ministerial, a FENPROF considerou:

- Imprescindível a clarificação do conteúdo de cada uma das componentes do horário dos docentes, pois a ambiguidade vivida nos últimos anos tem provocado abusos de diversa ordem que agravaram as condições de trabalho dos docentes. Nesse sentido, foram apresentadas propostas concretas;

- Positiva a simplificação da fórmula de cálculo do crédito de horas, a consideração do total de turmas existente para atribuição do crédito horário e a eliminação de critérios perversos como os chamados índices de eficiência;

- O retorno à matriz globalizante do 1.º ciclo do ensino básico, a permanência na turma durante os tempos de coadjuvação (não sendo o docente remetido para outras tarefas), a não atribuição de titularidade de turma a todos os coordenadores de estabelecimento ou a concentração dos tempos letivos de forma a não haver interrupção dos mesmos por atividades de caráter facultativo, como são as AEC;

- Por outro lado, a FENPROF considerou negativo que neste setor de ensino os intervalos continuem a não integrar a componente letiva dos docentes, tendo o ME justificado esse facto com a atual matriz curricular, comprometendo-se a resolver este problema no âmbito da aprovação de nova matriz. Ainda assim, na reunião de dia 10, a FENPROF insistirá no sentido de ser resolvido o problema já a partir do próximo ano letivo;

- Relativamente à direção de turma, o ME esclareceu (indo clarificar na redação do despacho) que o crédito global de horas das escolas contemplará sempre duas horas para este efeito. Tal significará que, sem prejuízo de serem estabelecidas até mais duas na componente de estabelecimento, duas terão implicação na componente letiva dos professores;

- Ficou ainda esclarecido que o tempo de deslocação entre estabelecimentos, no

mesmo dia, será sempre integrado no horário dos professores e nunca porá em causa a duração integral da pausa para almoço;

- A FENPROF considerou ainda fundamental que se aplicassem a todos os professores, independentemente de lecionarem no setor público ou privado, as normas de organização do trabalho que vierem a ser aprovadas. Não podem os operadores privados exigir financiamento público, mas recusarem a organização pedagógica e do trabalho dos profissionais que existe no setor público.

Como tal, a FENPROF propôs que se acrescentassem novos pontos que permitirão: o respeito, no ensino particular e cooperativo, dos conteúdos das componentes letiva e não letiva de estabelecimento que forem definidos para o público; o mesmo limite de tempo, em ambos os setores, para as componentes letiva e não letiva de estabelecimento; a aplicação do mesmo conceito de hora letiva; o respeito pelos mesmos critérios na lecionação de disciplina diferente daquela para que o docente foi recrutado.

No fecho desta edição, a Federação Nacional dos Professores aguardava um novo documento ministerial, esperando que acolha as propostas apresentadas e que se consideram de grande importância para que, em 2016/17, melhorem as condições de trabalho de todos os docentes, independentemente de se encontrarem no ensino público ou particular e cooperativo, revertendo-se a situação de desemprego crescente que, em ambos os setores, tem vindo a verificar-se. ●



## Normas de relacionamento institucional

No passado dia 26 de abril a FENPROF já tinha reunido no ME. Para além da abordagem de diversos assuntos que são do interesse dos professores e das escolas, o encontro destinava-se também a estabelecer as normas de relacionamento institucional entre as duas partes. Do conjunto de questões discutidas, a FENPROF destaca:

- Sem prejuízo da realização dos processos negociais a que se sujeitarão todas as matérias que a lei obriga, bem como da participação da FENPROF nos processos de consulta pública que forem desencadeados, trimestralmente haverá uma reunião entre o Ministério da Educação e a FENPROF para avaliação das políticas em curso e debate sobre medidas a tomar;

- Sempre que se realizarem reuniões de caráter negocial, os documentos em negociação serão enviados com antecedência à FENPROF, sendo isso válido para a reunião do próximo dia 3 de maio que tem na agenda de trabalho dois aspetos: organização do ano letivo 2016/17 e regras de mobilidade por doença;

- No âmbito das normas de organização do próximo ano letivo e na sequência do

projeto a apresentar pelo ME, serão também analisadas propostas da FENPROF, designadamente destinadas a clarificar conteúdos da componente letiva e da componente não letiva de estabelecimento, bem como relativas à indispensável diversificação de tarefas nos últimos anos de carreira que tenham em conta o elevado desgaste causado pelo exercício continuado da profissão. Esta proposta complementa a que a FENPROF continua a defender de aprovação de um regime excecional de aposentação para os professores;

- A revisão global do atual modelo de concursos para colocação de professores iniciar-se-á em setembro próximo, logo que esteja estabilizado o processo de arranque do ano letivo;

- Sobre a atribuição de competências aos municípios, o ME garantiu que não haverá qualquer transferência de responsabilidades em aspetos relacionados com pessoal docente, questões pedagógicas e rede escolar, entre outros;

- Face às dúvidas colocadas pela FENPROF sobre Educação Especial, o ME garantiu que investirá na criação de condições nas escolas para que a generalidade dos alunos com NEE que frequentam unidades especializadas ou têm CEI, permaneçam nas suas turmas, pelo menos 60%. Aos que, excecionalmente, não permanecerem esse tempo nas turmas serão proporcionados apoios reforçados nos períodos em que nelas se encontrem. Sobre esta matéria, a FENPROF será extremamente exigente, não admitindo que medidas anunciadas como promotoras de inclusão, venham a tornar-se fator de ainda maior segregação;

- O compromisso de serem respeitados os contratos de associação celebrados entre o Estado e os estabelecimentos privados com contrato de associação, sendo desenvolvida a indispensável fiscalização com vista ao respeito pleno pelos termos desses mesmos contratos. Em relação ao futuro, serão tomadas medidas com vista à não duplicação da resposta, no respeito pelos preceitos constitucionais em vigor.

### Carreiras

Na reunião, a FENPROF reiterou propostas já apresentadas, propôs novos processos de discussão com vista a alterações legais de fundo e colocou, de novo, a necessidade de serem resolvidas questões que se arrastam há diversos anos, algumas de ordem legal e relacionadas com as carreiras docentes. Desse conjunto de propostas e questões, destacam-se:

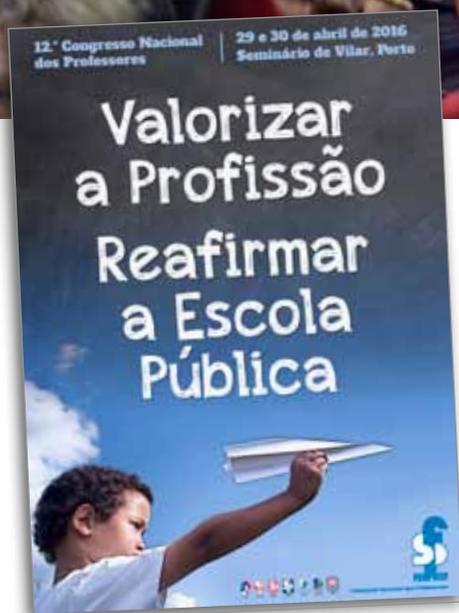
- A não renovação de contratos a termo para o próximo ano letivo, sendo, assim, reposta a moralidade na colocação dos docentes, tendo o ME alegado aspetos de ordem legal para contrariar essa proposta, comprometendo-se, contudo, a rever essa matéria, a par de outras, como a chamada “norma-travão” no âmbito da revisão global do regime de concursos;

- A aplicação à Educação Pré-Escolar do mesmo calendário escolar que se aplica à restante educação básica, ficando a aguardar-se o despacho que sairá sobre a matéria. Foi também entregue ao ME um documento sobre os procedimentos avaliativos a desenvolver pelos educadores de infância junto das crianças com quem exercem atividade;

- A necessidade de serem clarificados procedimentos a desenvolver pelas escolas, no âmbito da designada supervisão pedagógica, designadamente a chamada observação de aulas que, em algumas escolas, se tem transformado em foco de conflitos;

- A urgência na resolução de problemas de carreira, já antes colocados ao ME, dado que se prevê que, em 2017, tenha lugar o descongelamento das progressões. As questões que atingem mais professores são: não progressão por não terem sido fixadas vagas; colocação no primeiro escalão da carreira de todos os docentes que ingressaram nos quadros a partir de 2013; benefício apenas parcial das bonificações previstas pela aquisição de novos graus académicos;

- A importância de ser revisto o atual regime de direção e gestão nas escolas, na certeza de que sem gestão democrática não haverá exercício efetivo de autonomia, havendo abertura para, pelo menos, ser analisada a questão. ●



## Índice

### 10.

#### Sessão de Abertura

Intervenção de Mário Nogueira,  
Secretário-Geral da FENPROF

### 15.

Intervenção de Fred Van Leeuwen,  
Secretário-Geral da IE

### 17.

Mensagem do Presidente  
da República

### 18.

O filme da sessão de abertura

### 19.

Infografia do 12.º Congresso

### 20 e 24

#### Depoimentos

A palavra aos delegados

### 22.

FENPROF recebe espólio  
dos Grupos de Estudo

### 23.

#### Sessão de encerramento

Intervenção de Mário Nogueira,  
Secretário-Geral da FENPROF

Intervenção de Arménio Carlos,  
Secretário-Geral da CGTP-IN

### 26.

#### Aprovado Programa de Ação

Valorizar a Profissão  
Reafirmar a Escola Pública

### 50.

#### Resolução sobre Ação Reivindicativa

Valorizar as condições de exercício  
da profissão

Retomar a escola pública

Lutar por um Ensino de Qualidade

### 55.

#### Prioridades da ação

### 56.

#### Moções Aprovadas

### 65.

Conferência Sindical  
Internacional, uma grande  
tribuna solidária

# Um Congresso do novo tempo, apontado ao futuro

**“Exige-se que a FENPROF, enquanto organização mais representativa dos docentes em Portugal, tome a iniciativa de elaborar propostas a apresentar às entidades com competência para negociar e capacidade para resolver problemas.”**

**E**sta curta passagem da Resolução sobre Ação Reivindicativa (aprovada por expressiva maioria – apenas com uma abstenção) define a dinâmica do 12.º Congresso Nacional dos Professores, realizado nos passados dias 29 e 30 de abril, nas instalações do Seminário de Vilar, no Porto.

Unir e mobilizar os educadores, professores e investigadores, incentivar o debate, reforçar a ligação aos profissionais nos locais de trabalho, avançar propostas objetivas para resolver problemas - este é o caminho definido pelos cerca de 600 delegados presentes neste congresso, que aprovou também um Programa de Ação (unanimidade) e um conjunto de 14 moções estranhas à ordem de trabalhos, onde se abordam matérias diversificadas, de âmbito profissional, social, ecológico, cultural e internacional.

E a propósito da componente solidária do 12.º Congresso, um destaque para a presença de 60 convidados, oriundos de 39

organizações, de 26 países (da Europa, África, América do Norte, América Central e América Latina e Ásia). Destas organizações, 5 têm âmbito mundial ou regional: Internacional da Educação (IE), Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, Comité Sindical Europeu de Educação, Comité Permanente do Ensino Superior e Investigação e Confederação dos Educadores Americanos.

De assinalar, ainda, a participação no 12.º Congresso do Secretário Geral da Internacional de Educação (IE), Fred van Leeuwen, pela primeira vez em Portugal numa iniciativa deste âmbito.

## Um sinal claro

Valorizar a profissão, reafirmar a escola pública - mais do que um lema ou uma palavra de ordem, este é um sinal claro que a FENPROF dá aos professores, à opinião pública e aos responsáveis políticos. Há que dignificar a profissão docente. Há que defender – e os dias que estamos a viver bem o comprovam... – a Escola Pública, a Escola da Constituição, como a caracterizou o Secretário Geral da FENPROF na sessão de encerramento, já perto das 21h00 do dia 30 de abril, sábado.

Uma Escola Pública que precisa de gestão democrática como do pão para a boca. Daí, a decisão, tomada pelos congressistas, e assinalada nas prioridades da ação, de realizar uma Campanha Nacional em defesa de uma gestão democrática para as escolas (com organização de debates sobre a proposta da FENPROF, auscultação dos docentes e realização de reuniões com os diversos representantes da comunidade educativa e de uma iniciativa nacional em que participem representantes de toda a comunidade e os



grupos parlamentares, culminando com a entrega formal de proposta negociada ao ME).

As sessões de trabalho desenvolvidas ao longo de dois dias (sem esquecer a concorrida conferência sindical internacional realizada a 28 de abril), que transformaram o Porto na capital da Educação, deram ferramentas fundamentais à equipa dirigente (Conselho de Jurisdição, Conselho Nacional e Secretariado Nacional) eleita para os próximos três anos, equipa que foi chamada à tribuna já na ponta final do Congresso, que, de novo, saudou todos os convidados estrangeiros. Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN e Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, fizeram as intervenções da sessão de encerramento. O Congresso terminou num ambiente de grande determinação e confiança, ao som do Hino da FENPROF e do Hino Nacional.

Neste JF especial (72 páginas), nas suas próximas edições e em <http://www.fenprof.pt/12CONGRESSO/> encontramos vasta informação sobre um Congresso à altura das responsabilidades (e também da coragem) da federação sindical mais representativa dos professores portugueses. | JPO ●

## 3 datas, 3 momentos que muito dizem aos professores e à educação

Os **50 anos Recomendação da UNESCO/OIT sobre a Situação dos Professores** (5 de Outubro de 1966), os **40 anos da Constituição da República Portuguesa** e os **30 anos de Lei de Bases do Sistema Educativo** foram momentos que mereceram a atenção e o destaque do 12.º Congresso Nacional dos Professores.

Logo na sessão de abertura, o vídeo apresentado incluiu depoimentos exclusivos dos ex-Secretários Gerais da FENPROF, António Teodoro e Paulo Sucena, que falaram, respetivamente,

da Recomendação da UNESCO/OIT e da Lei de Bases, e do atual Secretário Geral, Mário Nogueira, que comentou os 40 anos da Constituição da República Portuguesa.

Na sua próxima edição, o JF publicará as versões integrais daqueles depoimentos.

Uma nota final para destacar que no próximo Dia Mundial dos Professores, 5 de Outubro, o 50.º aniversário da Recomendação da UNESCO/OIT sobre a Situação dos Professores será devidamente assinalado a nível nacional e internacional. | JPO ●

## Sessão de abertura

12.º Congresso aprova o caminho a seguir

## Mário Nogueira: “Os professores deverão ser artesãos de mudança”

**U**ma primeira nota para assinalar que este 12.º Congresso se realiza num tempo que é nosso, pois tem por margens o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Um tempo com cheiro a Abril e sabor a Maio será sempre o nosso tempo. Saibamos manter o seu colorido a cravo.

(...)

### **Pela escola pública, contra a municipalização**

Nestes 3 anos, convocámos ou participámos em vários processos de greve e ações de rua, só nossos ou em convergência com outros trabalhadores. As ações, contudo, não se esgotaram em greves e manifestações, longe disso. Outras houve com impacto muito forte, servindo plenamente os objetivos propostos. Destaco duas:

i) a **Caravana em defesa da Escola Pública** que, durante um mês, permitiu que escolas mostrassem nas praças de todo o país algumas das suas melhores práticas;

ii) a **consulta nacional sobre a municipalização do ensino** em que participaram mais de metade dos professores das escolas públicas, com 98% dos inquiridos a pronunciarem-se contra.

Foi uma ação muito importante que impediu que a municipalização atingisse outras proporções, limitando-se a 15 municípios, na maior parte sob forte contestação e só um ano depois do inicialmente previsto. Foi ainda um importante momento de esclarecimento e denúncia pública de um processo que o governo e quem a ele aderiu pretendiam secreto.

Afirmava, há dias, o senhor presidente da Associação Nacional de Municípios, que a transferência de competências para os municípios avançaria até 2018 em toda a escolaridade obrigatória e disse esperar que as coisas chegassem a bom porto “sem perturbações colaterais”.

Não sei se esta referência se dirigia aos docentes e à sua indispensável participação neste processo. Mas creiam os decisores políticos que, com ou sem gestão e colocação de professores pelos municípios, estes não deixarão de participar no processo, mas para defender uma verdadeira descentralização,

que encaramos como forma de adequar as respostas educativas aos contextos locais e de combater as desigualdades que decorrem das diferenças económicas e sociais entre as diversas regiões e não como estratégia para desresponsabilizar o Estado de financiar a Escola Pública. Dissemos isso ao ministro da Educação há 3 dias.

### **Um mandato de resistência**

O mandato 2013 – 2016 foi essencialmente de resistência. Evitámos males maiores, é verdade, mas, apesar disso, não conseguimos evitar grandes males. Por exemplo, o sistema assistiu à imposição de cursos vocacionais no ensino básico, à imposição de exames nos primeiros ciclos de ensino, ao empobrecimento dos currículos escolares, sendo eliminadas algumas disciplinas, e à criação de meias-licenciaturas no ensino superior politécnico; as escolas viram aumentar o número de alunos por turma, consolidar a opção por mega-agrupamentos, ser impostas as mais diversas restrições, ao nível orçamental, mas não só, e as instituições de ensino superior e a ciência sofreram grandes cortes de financiamento público; os professores foram impedidos de progredir nas carreiras, foi-lhes roubado o tempo de serviço prestado, os salários foram reduzidos, o desemprego docente disparou, os horários de trabalho tornaram-se esmagadores por via do manobristo na sua elaboração e agravaram-se os requisitos previstos para a aposentação.

Foram medidas integradas numa estratégia de embaratecimento de custos, visando criar condições para o passo seguinte, a concretizar nesta Legislatura, que seria a chamada reforma do Estado e se traduziria:

- Num pré-escolar eminentemente social, garantido por uma rede cada vez menos pública;

- Num ensino básico organizado para selecionar, daí os exames no 4.º e 6.º anos e, para separar cedo, daí o desvio para as chamadas vias vocacionais a partir do 7.º;

- No empobrecimento curricular, centrando-se as aprendizagens no ler, escrever e contar e no treino de algumas destrezas;



- Na entrega aos municípios da gestão de uma resposta pública minimalista, de cariz social, em boa parte suportada por fundos comunitários;

- No desvio de alunos com dificuldades, necessidades educativas especiais ou deficiência para ambientes de segregação, alguns dentro das próprias escolas – as unidades de apoio especializado –, problema que poderá agudizar-se se, à permanência de 60% ou mais do tempo da generalidade destes alunos na sua turma, conforme veio estabelecer despacho publicado há dias, não corresponderem medidas que exigem um forte investimento. Pelo fraco orçamento da Educação para 2016, é muito elevada a possibilidade de exclusão provocada por medida dita de inclusão;

- Na entrega a operadores privados de respostas educativas de qualidade, dando-lhes a liberdade de escolherem os alunos e transformando o “papão” Estado, que tanto criticam, num Deus que não impõe limite ao consumo do maná que cai do céu e lhes entra diretamente no bolso;

- Num ensino superior a duas velocidades, uma para as elites, outra para os filhos da classe trabalhadora para quem “meia-licenciatura” seria suficiente.

Esta era a escola que a direita tinha em projeto, ou melhor, em guião. A escola reprodutora de uma sociedade injusta que, no nosso país, tem vindo a tornar-se cada vez mais cruel para os desafortunados. Esses são os filhos dos trabalhadores, desempregados muitos, com salários de miséria bastantes, vítimas de chagas sociais, como pobreza e exclusão, um grande número, e milhares com os pais ausentes, obrigados a emigrar.



“

**No mandato que se seguirá, queremos ter uma FENPROF ainda mais forte. Reconhecida no plano internacional, como já hoje é, e ainda mais reconhecida pelos professores portugueses como a sua grande organização sindical e que os representa no âmbito do movimento sindical unitário corporizado na CGTP.**

Foi brutal o desinvestimento da direita na Educação. Quando a própria troika impunha um já de si forte corte na Educação, de 380 milhões de euros, no período mais violento da agressão foram cortados mais de 3.000 milhões, o que demonstra que o desinvestimento no setor e, principalmente, na Escola Pública, não resultou apenas da ingerência estrangeira, mas da agenda neoliberal do governo.

Os professores contribuíram, e muito, para o combate às políticas de empobrecimento de Portugal e dos Portugueses. A sua luta em defesa da Escola Pública e dos direitos dos seus profissionais foi contributo importante nesse sentido. Contudo, foram igualmente importantes as lutas setoriais desenvolvidas, tais como:

- Dos professores das escolas de ensino artístico especializado;

- Dos investigadores em defesa dos seus direitos e da ciência;

- Dos docentes do EPC desenvolvida em condições muito difíceis, eles sim, tornados mão de obra barata por patrões sem escrúpulos e um CCT que os discriminou e desvalorizou;

- Contra a PACC, ou contra o negócio com a Cambridge;

- Em defesa da inclusão, luta que é de todos e continua a merecer um particular envolvimento dos colegas da Educação Especial;

- Dos educadores por um calendário escolar adequado e não só;

- Dos professores do 1.º Ciclo contra todos os atos de vandalismo economicista que têm descaracterizado o setor;

- Contra horários de trabalho que deixaram de ter fundamento pedagógico e deixaram de tratar os professores como pessoas com direito a vida para além da escola;

- Dos que se encontram em situação de precariedade, uma luta muito difícil que, na maioria dos casos, é cheia de contradições, confrontando-se a revolta de ser descartável e injustamente tratado com a necessidade de manter um emprego que, apesar de precário, é o único conseguido;

- Dos que tendo ficado com horário-zero procuraram fugir ao despedimento que se travestia de requalificação;

- A luta por uma aposentação muito antes do caixão;

- A luta dos docentes aposentados que têm sido tão ou mais maltratados que os seus colegas no ativo.

A FENPROF esteve em todas estas lutas!

Nestes difíceis anos que vivemos, foi notório o cerco da direita à comunicação social e a FENPROF como, em geral, o movimento sindical unitário e os mais consequentes opositores às políticas de direita passaram a ter curta presença nos media.

### Os media e os sindicalistas...

Não seria assim se, dos sindicalistas, se suspeitasse que se envolviam nos “negócios” da moda: corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influências, desvio de dinheiros públicos ou privados para fins ilícitos, compra ou venda nem que fosse de barcos a remos; se contribuíssem para levar bancos à falência, ou tivessem grandes amigos com sotaque beirão ou passaporte panamiano, se pagassem impostos na Holanda, fugissem ao fisco, falsificassem documentos ou constituíssem offshores em paraísos fiscais.

O problema é que os sindicalistas outra coisa não fazem que não seja defender os interesses de quem trabalha, lutar pelos direitos individuais e coletivos, agir solidariamente com os mais fragilizados, incluindo os que, no mundo, fogem da morte e procuram refúgio longe dela. Os sindicalistas passam muito do seu tempo em reuniões na construção de propostas que apresentam a governos

e patronato. Organizam lutas em defesa de uma sociedade justa e verdadeiramente solidária. E isso, para a caneta e a língua daqueles que o capital alimenta a caviar, é indesculpável, pelo que dedicam parte do seu tempo a manipular a opinião pública, tentando virá-la contra quem denuncia e combate a mão que os alimenta.

### Um olhar sobre a realidade internacional

Se a situação nacional, após estes anos, é difícil e complexa, no plano internacional as coisas não estão melhores. No mundo, a exploração e as desigualdades cresceram, temos mais focos de tensão e conflito e as perseguições, prisões e assassinios dispararam. Entretanto, de forma mais explícita, o capital tenta dominar em todas as regiões, com o pressing maior, depois de destruídas várias nações magrebina e do médio oriente, a recair sobre nações que, na América Latina, mais lhe têm batido o pé.

O que nos tem chegado do Brasil, um país irmão, daí estarmos ainda mais atentos, ilustra o que afirmei. O que vimos no passado dia 17, em direto na televisão, foi apenas mais um episódio de uma longa novela que poderia chamar-se “*O crime compensa*”. É extraordinário vermos corruptos e saudosistas da ditadura a liderarem um movimento pela demissão de um governo legitimamente eleito e cuja presidente não está acusada de qualquer crime, nem sob suspeita de corrupção.

Trata-se, na verdade, de um golpe sujo travestido de ato democrático e a FENPROF já manifestou e reitera, nesta sua reunião magna, toda a solidariedade junto dos companheiros das confederações sindicais de professores brasileiros, cujos presidentes estão aqui connosco.

Eles têm sabido lutar pelos direitos dos trabalhadores, contestando as medidas do governo que os prejudicam, mas sem perder de vista que o que está em curso e a direita pretende é outra coisa. O povo brasileiro não esquece a ditadura e, aconteça o que acontecer, estamos certos que saberá defender a democracia, impedindo o regresso ao passado.

Na Europa, a situação continua marcada pela ingerência dos mais fortes na vida dos restantes e as exceções são sempre à medida dos interesses dos primeiros. Nós portugueses sabemos bem o que isso é e conhecemos os sacrifícios que são impostos para alimentar interesses alheios. Uma ingerência que põe em causa a própria democracia e se ainda se admitem eleições nacionais, para os que se julgam donos do espaço europeu é indiferente a opção dos povos.

Sob chantagem, impõem a chamada austeridade, ainda que o mandato dos governos democraticamente eleitos seja opor-se às políticas de austeridade. Desta forma, fica a soberania posta em causa, o que é gravíssimo!



“

**A estratégia sindical que definiremos neste congresso é para um mandato que coincidirá com o período fértil da Legislatura. Nele, sendo muitos os nossos objetivos reivindicativos, destaco dois que teremos como essenciais: a defesa intransigente dos estatutos de carreira docente e a luta determinada por um modelo de gestão democrática para as escolas.**

## **A dívida cresce, a austeridade aperta**

No plano económico entrámos numa espiral que parece não ter fim: a dívida cresce, a austeridade aperta, o FMI reconhece que a austeridade falhou, a austeridade aperta ainda mais e a dívida continua a crescer. Entretanto, a economia vai sufocando e acabamos a assistir a lutas, não de galos, mas de abutres pelos despojos. Uns dão pelo nome de Santander ou CaixaBank, outros chamam-se Santoro ou China Three Gorges.

Simultaneamente, têm crescido as ameaças e os atos terroristas que merecem o nosso forte repúdio. França, Bélgica, Turquia, Tunísia, Líbano, Síria, Iraque, Palestina ou Sahara Ocidental, sendo estes últimos territórios ocupados, são apenas alguns países onde o medo e a morte ganharam terreno. Sem pôr em causa a necessidade de garantir a segurança dos cidadãos, há, no entanto, que rejeitar o que alguns estados já anunciaram: limitações ao exercício de liberdades individuais e coletivas.

Mas, por vezes, o terror é imposto pelos próprios estados, como acontece na Ucrânia, onde sindicalistas foram assassinados pelo fogo dentro da sede dos seus sindicatos, ou na Colômbia onde 16 sindicalistas foram assassinados só no último ano. O nosso repúdio é igualmente total.

Referi-me antes a situações extremas que condenamos, mas não podemos ignorar outras, que não sendo tão brutalmente violentas, deverão ser igualmente condenadas pelos democratas. Há países que nos são próximos, por razões geográficas ou laços culturais, e que impõem limitações graves à liberdade de pensar, falar, agir, contestar ou lutar, algumas através da lei, outras por decisão política ou judicial. Temos disto em países de todos os continentes e entristecemos-nos ainda mais quando a intolerância se expressa em língua oficial portuguesa.

## **A quem interessa a intolerância e a violência?**

Este estado de intolerância e violência global não é gratuito. Ele é útil aos que querem cavar cada vez mais as desigualdades, sendo uma das faces do atual estágio do capitalismo. Existissem dúvidas e os números dissipá-las-iam: 1% da população mundial possui riqueza igual aos restantes 99%; 319 milhões de pessoas vivem com pouco mais de 1 dólar por dia; no mundo há 200 milhões de desempregados, 168 milhões de crianças em trabalho infantil, 21 milhões de pessoas em trabalho forçado e 232 milhões de pessoas forçadas a migrações. Como se isto não bastasse, preparam-se ataques ainda mais brutais à soberania dos estados, aos direitos dos trabalhadores e à vida das pessoas. Refiro-me a tratados como o TTIP, o TPP ou o TISA, que procuram reconfigurar os estados à medida dos interesses do capital.

Nada disto é inevitável e não nos venham

falar de crise para que nos tornemos dóceis, acomodados ou compreensivos. Como afirmou Juan Somavia, em 2011, quando ainda era diretor-geral da OIT, “o respeito pelos princípios e direitos fundamentais do trabalho não são negociáveis nem mesmo em tempo de crise”.

## **A importância estratégica da Escola**

É neste quadro, que é negro, mas real, que a Escola assume maior importância. Não a escola que operadores privados usam para fazer dinheiro ou para formar as elites, mas a escola democrática. A este propósito, recordo que até o Papa Francisco, em novembro passado, se afirmou envergonhado pelo facto de muitos dos colégios católicos optarem por uma educação elitista e seletiva, acrescentando que essa elitização e seletividade faziam com que a Educação, em vez de aproximar os povos, os afastasse entre ricos e pobres, defendendo, então, uma educação inclusiva por todos terem direitos iguais. Estavam, nesse congresso internacional das escolas católicas, representantes portugueses, mas não consta que tenham aprendido com o que ouviram.

O importante papel que a Escola tem a desempenhar, passa por ensinar, sem dúvida, mas também por educar. Educar para a paz, para a tolerância, para a solidariedade, para os valores da democracia... esse terá de ser papel da Escola. Da Escola Pública. Da Escola Democrática. Daí serem tão fortes os interesses que se opõem à Escola Pública Democrática; daí ser tão grande a responsabilidade de cada um de nós em defendê-la, em particular de quantos entendem que uma educação pública de qualidade para todos é fator fundamental de transformação social.

## **E, finalmente, o fim da maioria de direita!**

E foi neste quadro internacional tão negativo que, em Portugal, chegámos a 4 de outubro de 2015. Nesse dia, os portugueses aproveitaram as eleições para interromperem o caminho que a direita já tinha traçado e dado como certo. Os deputados eleitos, em 10 de novembro, confirmaram o fim da maioria de direita e do seu governo.

Na presente Legislatura, as primeiras medidas foram importantes para os professores, indo ao encontro de reivindicações que foram bandeiras das suas lutas: o fim da PACC, da requalificação, do exame Cambridge, das BCE, dos exames nos 4.º e 6.º anos ou a reposição integral dos salários ainda em 2016.

Depois destas primeiras medidas, entrámos numa fase em que o ME, talvez “apertado” pelos comentários da direita e condicionado pelo ex-ministro que agora preside ao CNE, de onde sopra grãos de areia para a engrenagem da mudança, por vezes, parece hesitante no caminho. Refugia-se, na aprovação de determinados regulamentos

legais, em procedimentos de consulta pública que, por alegada urgência, passam por cima de fases importantes de auscultação.

No plano negocial, depois de um longo período de silêncio, iniciar-se-á no próximo dia 3 um importante processo negocial sobre as normas de organização do próximo ano letivo, em que procuraremos introduzir medidas que valorizem as condições de trabalho dos professores, desde logo os seus horários de trabalho<sup>1</sup>. Entretanto, começa a ser tempo de avançar para medidas de outro fôlego: a revisão global do regime de concursos, a aprovação de horários de trabalho que sejam pedagogicamente adequados, o descongelamento da progressão nas carreiras, a aprovação de um regime de aposentação específico para trabalhadores que, comprovadamente, sofrem um enorme desgaste físico e psicológico dada a atividade que desenvolvem, a revisão do estatuto do EPC conformando-o com a Constituição da República, a revisão dos currículos e, nesse quadro, dos modelos de avaliação dos alunos e da própria organização dos ciclos, o modelo de descentralização do sistema educativo, entre outras.

#### Garantir o investimento

Para assegurar as mudanças que se impõem, há que garantir o investimento que o OE para este ano não contempla e estabelecer um clima de permanente diálogo e discussão política que o acordo para a realização de encontros trimestrais, a par de diversos processos negociais, poderá garantir se o diálogo for consequente. Registámos positivamente o discurso, saudámos as primeiras medidas tomadas e não ignoramos a disponibilidade manifestada, mas reafirmamos que o sistema precisa de obras de fundo. Urgem os projetos de mudança e exige-se coragem para que a caravana passe, apesar dos ruídos que possam ser ouvidos. (...)

A estratégia sindical que definiremos neste congresso é para um mandato que coincidirá com o período fértil da Legislatura. Nele, sendo muitos os nossos objetivos reivindicativos, destaco dois que teremos como essenciais: a defesa intransigente dos estatutos de carreira docente, recusando liminarmente a sua eliminação e consequente integração num regime geral; a luta determinada por um modelo de gestão democrática para as escolas, convictos de que uma escola que não é democrática, não pode formar cidadãos e cidadãs para a democracia. Neste caso, estamos também perante uma questão de cidadania, sendo matéria que já apresentámos ao ME como de elevada importância. A iniciativa que proporemos neste congresso ajudará a reintroduzir esta questão na agenda dos professores.

Quanto aos estatutos de carreira, lembro que, por exemplo, em relação ao ECD os professores nunca se dispensaram de o defender. A sua exigência é anterior ao



**“ Foi brutal o desinvestimento da direita na Educação. Quando a própria *troika* impunha um já de si forte corte na Educação, de 380 milhões de euros, no período mais violento da agressão foram cortados mais de 3.000 milhões, o que demonstra que o desinvestimento no setor e, principalmente, na Escola Pública, não resultou apenas da ingerência estrangeira, mas da agenda neoliberal do governo.**

25 de Abril, quando os professores ainda estavam proibidos de ter sindicatos mas já se organizavam nos Grupos de Estudo; foi tema central do Congresso constituinte da FENPROF em 1983; levou os professores a fazerem 13 dias de greve em 1989/90, ano em que o ECD foi aprovado; de todas as lutas que fizemos em torno do ECD saímos sempre vencedores: nos anos 90, obtivemos a contagem integral do tempo de serviço e acabámos com a prova de candidatura; em 98, conseguimos que as grelhas salariais integrassem o corpo do estatuto; em 2010, eliminámos a divisão entre professores e titulares; agora extinguímos a PACC. Tão rico património de ganhos permite-nos afirmar que, se algum governo tentar acabar com o ECD, ou dele retirar a estrutura de carreira e a tabela salarial autónoma dos professores, faremos dessa luta o jogo das nossas vidas. Se necessário, nesse jogo, comeremos a relva, mas sairemos vencedores mesmo conhecendo a força do adversário. Também em relação ao ensino superior, embora com história diferente, a defesa dos estatutos de carreira será também, se forem postos em causa, motivo suficientemente forte para a mobilização dos docentes.

No mandato que se seguirá, queremos

ter uma FENPROF ainda mais forte. Reconhecida no plano internacional, como já hoje é, e ainda mais reconhecida pelos professores portugueses como a sua grande organização sindical e que os representa no âmbito do movimento sindical unitário corporizado na CGTP.

Num quadro tão difícil em que o sistema educativo perdeu mais de 20% dos seus professores, os Sindicatos da FENPROF tiveram uma quebra inferior a 5%. Reforçámos a nossa representatividade, é verdade, mas isso não chega, queremos aumentar, também, o número de associados, renovar a nossa ação e rejuvenescer o nosso corpo dirigente. E foi precisamente a pensar no futuro que propusemos ao delegado mais jovem de cada Sindicato que transportasse a bandeira da sua organização e a colocasse no palco. (...)

Nós, professores, desempenhamos um importante papel na sociedade. Como profissionais que somos, assumimos uma missão que é particularmente exigente, a de dar rosto ao futuro. A questão está entre sermos meros executores ou sermos artesãos. ●

1. Ver em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) apontamentos sobre as reuniões negociais entretanto realizadas na 5 de Outubro



## A pobreza, as crianças portuguesas, o relatório da Unicef e o papel da escola

“Nunca a luta pela inclusão e o investimento numa Escola Pública de qualidade foi tão importante porque as desigualdades sociais em Portugal nunca foram tão acentuadas e o seu impacto tão forte nas crianças. Relatório da UNICEF há dias divulgado, sobre as desigualdades no rendimento das crianças, coloca Portugal no 33.º lugar de uma lista de 41. O grupo das crianças portuguesas mais pobres tem um rendimento que fica 60% abaixo de uma média que, já de si, é muito baixa.

“Ainda de acordo com a UNICEF, uma em cada três crianças vive em privação material. Pertencendo esta ao grupo das mais pobres, a probabilidade de não ter acesso a um conjunto de bens e serviços essenciais aumenta em 70%. Portugal e Grécia são os países onde as prestações sociais têm menor impacto na redução das desigualdades no rendimento das crianças, pelo facto de serem extremamente baixas face às enormes necessidades das famílias.

“Estas crianças, felizmente, chegam à escola que as acolhe, a Escola Pública. E se são as políticas gerais e setoriais do governo, designadamente as laborais, sociais e económicas que podem dar resposta a tão grave problema, num momento destes, a Escola Pública tem também de o enfrentar, sendo enorme a sua responsabilidade. Não conseguirá eliminar as diferenças, mas terá de garantir os apoios indispensáveis a estes meninos, para que tenham, não só acesso à educação e a um ensino de qualidade, mas sucesso no seu percurso escolar e de vida. É nisto que a Escola Pública terá de fazer a diferença, proporcionando condições de igualdade de oportunidade. Condições que as políticas de direita negaram, porque apostam numa escola de matriz diferente.” ●

*Da intervenção de Mário Nogueira na sessão de abertura do 12.º Congresso Nacional dos Professores, 29/04/2016*

## Sessão de abertura

# Manuela Mendonça: Combatividade, ação, proposição e luta

**O**s congressos são momentos importantes na vida das organizações, não só pelo que acontece nos dias em que se realizam, mas por todo o trabalho preparatório, que inclui a elaboração dos textos e a sua discussão alargada nas escolas. Justo é que se realce também o trabalho desenvolvido pelos dirigentes, delegados e ativistas sindicais que através de inúmeras reuniões elegeram os delegados a este congresso. O compromisso com a atividade sindical é um compromisso profissional e cívico. (...)

Tendo cabido ao SPN a coordenação da Comissão Organizadora do Congresso, queremos também nesta ocasião, agradecer a todos os que, com o seu trabalho ou com o seu apoio, contribuíram para a sua realização, desde as entidades e organizações patrocinadoras aos trabalhadores dos sindicatos e da Fedreação, que com grande dedicação e competência, asseguram toda a logística para que os trabalhos possam decorrer nas melhores condições. Neste como noutros congressos, o seu contributo é decisivo e inestimável. (...)

Das reivindicações dos professores ao longo da sua história, destacam-se as relativas a vencimentos, concursos, horário de trabalho, tempo para aposentação e à participação na gestão das escolas, consubstanciada na recusa da nomeação dos reitores e na defesa de mais amplos poderes para os conselhos escolares, que se pretendia fossem órgãos deliberativos por excelência.

A esta reivindicação juntava-se a recusa da municipalização da educação, pela defesa das juntas escolares, onde, para além dos municípios, também tinham assento delegados dos professores eleitos. Qual destas matérias não vai estar em discussão neste congresso?

José Gomes Bento, autor da obra “História do Movimento Sindical Docente dos finais da monarquia à primeira República”, e sócio fundador do SPN, lembra que (e cito) “os professores têm um passado de luta pelos seus interesses profissionais e pelas re-



“**Os Congressos são espaços de tomada de posição e afirmação dos Professores**”

formas essenciais no ensino. Muitas das suas propostas integravam-se no melhor espírito progressista do tempo, defendiam métodos pedagógicos antitradicionalistas, enalteciam valores humanistas, desmistificavam as pseudo-reformas, erguiam-se contra prepotências e arbitrariedades do poder” (fim de citação).

É esta herança que a FENPROF e os seus sindicatos têm procurado honrar, conjugando um sindicalismo combativo, de ação, proposição e luta em torno de matérias socioprofissionais com uma intervenção consistente ao nível do sistema educativo, contribuindo com a sua ação para o cumprimento do objetivo da democratização da educação e, por essa via, para a construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e mais solidária. (...) ●



Sessão de abertura

## Fred Van Leeuwen (IE): “Se os Governos querem melhorar a educação, têm que começar a dar ouvidos aos professores”

**A**gradeço o convite que me foi endereçado para participar no vosso 12º Congresso Nacional. Agradeço igualmente as vossas contribuições para o trabalho da Internacional da Educação a nível mundial e na Europa.

Sem vós não seríamos capazes de fazer as escolhas que permitem dar voz aos professores na cena internacional. E uma coisa vos garanto, a nossa está a ser ouvida.

Em todos os continentes a nossa *Campanha Unite 4 Quality Education* tem sido bem-sucedida.

As nossas mensagens estão a ser entendidas. Estamos determinados a proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças e jovens independentemente da sua origem.

### A Europa e os refugiados

No mês passado visitei pessoalmente uma escola em Berlim, que, segundo me tinha sido dito, recebeu um grande número de crianças refugiadas da Síria.

“Quantos alunos refugiados é que há na escola?” perguntei à Diretora.

“Não faço ideia”, disse-me. “Não os contamos...”

Ocorreu-me de repente na altura que esta é uma das características, se não mesmo a alma da profissão de professor.

O desejo de promover a equidade – na sala de aula, na escola e sim, na sociedade de forma geral.

Não é coincidência o facto de muitos dos nossos colegas estarem profundamente preocupados com as dezenas de milhares de crianças refugiadas atualmente a caminho da Europa, a aguardar nas fronteiras da UE em condições miseráveis ou retidas – numa violação das convenções internacionais – em campos de detenção na Grécia.

A Europa celebra acordos questionáveis com a Turquia não estando assim à altura dos seus próprios elevados padrões morais.

Aproveito esta oportunidade para vos pedir que apelem ao vosso Governo para fazer o que deve ser feito, ou seja que receba a sua quota parte de refugiados.

Também nós iremos assumir as nossas responsabilidades.

Este Outono, a Internacional da Educação irá reunir os líderes das organizações membro e professores no ativo de vários países para debaterem o flagelo das crianças refugiadas e intercambiarem métodos e práticas de ensino.

Eventos como este representam o poder coletivo dos nossos sindicatos e da nossa atividade docente.

Colegas, as questões que irão debater nos próximos dias não são apenas importantes para Portugal, mas para uma série de outros países no mundo inteiro.

O ensino de qualidade deixou de ser uma questão meramente interna e transformou-se se num desafio a nível mundial.

### Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em setembro passado conseguimos que as Nações Unidas declarassem oficialmente a educação de qualidade, a educação primária e secundária gratuita e o ensino superior acessível, como um dos principais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para os 15 próximos anos.

A questão decisiva é, claro, como transformar esta declaração promissora, estas palavras encorajadoras, em políticas e medidas nacionais concretas. É possível que tenham algumas dúvidas.

E não vos responsabilizamos por isso.

Estou perfeitamente ciente das condições difíceis que muitos têm enfrentado desde o início da crise da economia mundial há oito anos atrás.

No interior da UE nenhuns outros países foram tão afetados como Portugal e Grécia.

Mais de um quarto dos professores neste país trabalha sem qualquer garantia de emprego.

Francamente, se existe uma definição de “emprego precário” dos professores, não há que procurar mais longe do que Portugal.

É chocante. Contratos a prazo, salários baixos, condições de trabalho precárias.

Esta realidade é a consequência de uma austeridade duradoura, uma política dissociada do que é necessário para construir um sistema de educação de qualidade.

Completamente afastada das necessidades dos nossos filhos para que possam ser bem-sucedidos no mundo.

Ainda na semana passada, a CSEE, a Região Europa da Internacional da Educação, publicou um relatório detalhado sobre a situação dos sistemas de ensino na Europa e a conclusão não é nada positiva.

O relatório revela que o vosso próprio Governo diminuiu os gastos em educação para aproximadamente 3% do PIB. Esta percentagem está longe de ser adequada.

### Debate global sobre o futuro da educação

E onde quer que constatamos que há Governos que não assumem as suas responsabilidades, as entidades privadas estão ansiosas por encher o vazio deixado.

Esta questão leva-me ao debate global sobre o futuro da educação, que envolve duas visões de educação concorrentes, e todos vós aqui hoje estão no centro desse debate.

**A primeira visão** assenta num entendimento de que sem um ensino público e professores altamente qualificados e altamente motivados com um elevado grau de autonomia profissional, haverá poucas hipóteses de todos os nossos filhos puderem desfrutar da educação que merecem.

Tão pouco haverá muitas hipóteses para os países poderem ter sociedades estáveis e sustentáveis.

### **Privados não são solução**

**A segunda visão** é sustentada na ilusão de que a educação pode ser prestada de maneira barata e eficiente pelo mercado livre, de preferência com menos pessoal qualificado e uma solução liberal única de programas online e exames normalizados.

Estou certo de que todos concordamos em afirmar que esta não é a nossa visão.

Em países como a Libéria, Quênia, Filipinas, mas também mais próximo de nós, em Inglaterra por exemplo, partes do sistema de ensino público estão a ser retiradas da alçada do Estado, passando a ser geridas por entidades privadas.

Convém frisar que não nos opomos que empresas construam escolas e produzam materiais didáticos.

Sempre o fizeram, não há razão para deixarem de o fazer.

Onde devemos traçar a linha é quando as multinacionais começam a gerir as nossas escolas com o objetivo de obter lucros causando desigualdades sociais ou quando invadem o espaço profissional dos docentes e nos dizem o que ensinar e como lecionar.

Há um ano atrás, lançámos uma campanha mundial de mobilização dos sindicatos dos professores no mundo inteiro com o objetivo de impedir que as forças do mercado possam tomar controlo do nosso setor.

Sejam os claros: enquanto na economia mundial os direitos dos investidores prevalecerem sobre os nossos direitos, prevalecerem sobre os direitos dos nossos estudantes e sobre os direitos humanos e dos sindicatos em geral, não poderemos permitir que as multinacionais conquistem o domínio público.

Temos que levar esta visão deturpada a julgamento.

Temos que resistir aos acordos de comércio internacionais que reduzem a educação a uma mercadoria.

Temos que transformar a nossa visão de educação de qualidade num direito fundamental protegido pelos Governos como única opção viável.

O argumento de que não temos condições para sustentar um sistema de escola pública radiante é falso.

Há dinheiro suficiente, mas está arrumado nos locais errados.

A engenharia fiscal contínua levada a cabo pelas multinacionais e pelos denominados "Documentos de Panamá," publicados há umas semanas atrás, provam o que já há



**Para a nossa organização e para os nossos filiados em 170 países, juntamente com os nossos 32 milhões de membros, estamos certos de que o caminho para um futuro sustentável passa pela sala de aula. E começa por nós.**

muito sabíamos: demasiadas empresas e pessoas estão a fugir às suas responsabilidades fiscais.

A questão é saber como fazer com que os trilhões de dólares a circular no setor privado possam contribuir para a bem público.

O vosso Congresso coincide com um ano significativo na história da educação e dos professores.

5 de Outubro, Dia Mundial dos Professores: a nossa profissão, irá marcar o 50º aniversário da Recomendação da OIT/UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores.

Apesar de ter sido aprovada numa era já passada, os seus fundamentos permanecem vivos ainda hoje já que, e cito, é reconhecido "o papel essencial dos professores no avanço da educação e a importância da sua contri-

buição para o desenvolvimento do homem e da sociedade moderna."

Quando foi adotada em 1966, o vosso país tinha ainda então que se tornar numa democracia; a população mundial era metade da atual; e nós estávamos ainda a três anos de colocar um pé na lua. Nessa época os professores eram considerados essenciais!

### **O mundo precisa de professores**

Na minha opinião esta deveria ser a situação atualmente. Ao entrarmos na chamada 'Quarta Revolução Industrial,' o mundo precisa desesperadamente de professores altamente qualificados, uma profissão docente forte para conduzir os nossos jovens rumo ao futuro.

Contudo, esta é hoje a nossa situação, vivemos na dita sociedade 'moderna' que os autores da Recomendação imaginaram.

Estou aliviado pelo facto desses autores não estarem hoje aqui para verem com os seus próprios olhos que no vosso país e em muitas outras partes do mundo, os professores têm excesso de trabalho; estão sobrecarregados; são mal remunerados; e desvalorizados.

Se os Governos nacionais querem realmente melhorar a educação, têm que começar a dar ouvidos aos professores e a melhorar as suas condições de trabalho.

(...)

Colegas, com isto chego ao meu último ponto.

### **Precisamos de voltar a tomar as rédeas da nossa própria profissão**

Não devemos permitir que agentes externos, autoproclamados peritos, agências de consultoria e multinacionais estabeleçam as nossas normas.

É por essa razão que começámos a

## **"Serei um mensageiro da miséria e desolação? Não, não sou. Há luz ao fundo do túnel"**



São muitos os países onde não existe um verdadeiro diálogo social sobre os nossos desafios profissionais, mesmo países em que os direitos de contratação coletiva são aplicados em pleno. Existem alguns exemplos perturbantes de um completo desrespeito pela competência profissional que representamos coletivamente. Serei um mensageiro da miséria e desolação? Não, não sou. Há luz ao fundo do túnel. Na verdade, acredito que a maré está a mudar. Talvez não sintam ainda esta realidade no vosso país, mas organizações influentes como a UNESCO e a OCDE, bem como um número cada vez maior de académicos de nomeada internacional, estão a cerrar fileiras com a Internacional da Educação. Na guerra de argumentos, estes académicos passaram para o nosso lado da ilha, e estão a subscrever a nossa opinião de que os Governos devem assumir a sua responsabilidade e proteger e melhorar os seus sistemas de ensino públicos através do financiamento adequado e do reforço da profissão docente. ●

*Da intervenção de Fred Van Leeuwen, dirigente da Internacional de Educação, na sessão de abertura do 12.º Congresso Nacional dos Professores, 29/04/2016*

desenvolver as nossas próprias diretrizes internacionais, parâmetros, para os docentes, que ajudarão as organizações membro a assumir a liderança estabelecendo as normas profissionais nos seus países.

A nossa profissão é o nosso ativo mais valioso, a nossa arma mais efetiva para promover as nossas aspirações progressistas.

### Por um mundo melhor, mais justo

No ano passado a comunidade internacional

acordou o caminho para criar um mundo melhor, mais justo.

Os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* refletem o mundo que desejamos.

Ao passar em revista os *17 Objetivos*, desde a igualdade de género à água limpa e erradicação da pobreza, vejo o Objetivo de educação como componente central em todos eles.

Desde a mais tenra idade aos estudos universitários avançados e terciários, a edu-

cação é um equalizador, retira as pessoas da pobreza e incentiva a inovação.

Para a nossa organização e para os nossos filiados em 170 países, juntamente com os nossos 32 milhões de membros, estamos certos de que o caminho para um futuro sustentável passa pela sala de aula. E começa por vós.

Desejo-vos boa sorte nas vossas deliberações e debates nos próximos dias e aguardo com interesse os vossos resultados. ●

## Mensagem do Presidente da República

O Presidente do Conselho Nacional da Federação, João Cunha Serra, leu, na sessão de abertura, a mensagem enviada pelo Presidente da República ao 12º Congresso, que refere:



**Q**uero, antes de mais, felicitar a FENPROF pela realização da 12ª edição do Congresso Nacional dos Professores, sublinhar a importância desta iniciativa e desejar êxito para os trabalhos que agora se iniciam. Elevar o nível de qualificação da população portuguesa permanece como o principal desafio colocado à educação, apesar dos impressionantes desenvolvimentos aí observados durante o período democrático.

O sistema educativo português registou um notável crescimento nas últimas quatro décadas, iniciando um processo de democratização e de convergência com a União Europeia. Durante esse período de tempo testemunhei de perto essa mudança. Honro-me de ser professor e de ter participado no esforço nacional de expansão escolar.

Nos últimos quarenta anos, Portugal foi capaz de praticamente universalizar a frequência da educação pré-escolar e do ensino básico e fez relevantes progressos nos ensinos secundário e superior.

Lembro que, em 1974, apenas 8% das crianças frequentavam a educação pré-

-escolar, menos de um terço dos jovens com quinze anos estava na escola e a taxa real de escolarização do ensino secundário não atingia os 5%. Permitam-me que sublinhe aqui o contributo do alargamento da educação pré-escolar para a redução das desigualdades sociais e para o reforço da justiça social.

Na linha da frente da democratização escolar estiveram os professores, sem os quais tal trajectória não teria sido possível desenhar. Os professores foram confrontados com um inaudito e complexo desafio: ensinar todos os alunos, independentemente do género, origem social, cultural ou étnica.

Apesar do enorme esforço realizado pelo país, há ainda um longo caminho a percorrer. Portugal apresenta uma das mais baixas estruturas de qualificação da população e continua a acumular défice de competências escolares no plano da União Europeia. Veja-se, neste contexto, que a enorme redução da taxa de abandono escolar, que passou dos 50% para os 14% nos últimos 20 anos, não foi, todavia, suficiente para que o país atingisse a média europeia.

Este facto indicia que uma parte expressiva dos jovens portugueses não conclui a escolaridade obrigatória. segundo a última edição censitária, cerca 40% dos jovens adultos (entre os 20 e os 24 anos) não completam o ensino secundário, integrando o mercado de trabalho por um período de tempo nunca inferior ao de duas gerações.

Os doze anos de escolaridade foram definidos como limiar mínimo de qualificação da população portuguesa, respondendo ao principal desafio colocado ao sistema educativo. Esse limiar deve ser também perspectivado como condição para o exercício pleno da cidadania, para o consciente

exercício de direitos e deveres, e para viver e trabalhar nos dias de hoje.

A frágil estrutura de qualificações da sociedade portuguesa sublinha a absoluta necessidade do país produzir compromissos em torno da educação de jovens e adultos, sob pena de perpetuarmos uma cidadania pouco exigente, um força de trabalho pouco qualificada e uma economia pouco competitiva.

Temos de ser capazes de abandonar velhos mitos que depreciam a importância da educação e do conhecimento e juntar esforços em torno da crucial relevância de formarmos uma comunidade de cidadãos activos, informados e qualificados, que, estou certo, nos permitirá encarar com redobrado optimismo a participação num mundo cada vez mais globalizado e exigente.

Temos que trabalhar para elevar os níveis de qualificação da nossa população. Os portugueses precisam acreditar que todos os alunos podem concluir o ensino secundário, à semelhança do que já acontece noutros países da nossa geografia.

Necessitamos acreditar que somos, pelo menos, tão capazes quanto os nossos parceiros europeus. Este é um desafio da maior importância para o futuro do país e naturalmente convoca todos os portugueses, sem excepção, exigindo a criação de efectivas condições de igualdade de oportunidades e a intensificação dos esforços por parte dos professores, dos alunos e das suas famílias.

Mais uma vez na linha da frente estarão os professores que, estou certo, saberão responder ao desafio. ●

**Marcelo Rebelo de Sousa**

29 de Abril de 2016



## O filme da sessão de abertura



Quarteto "Orpheu"



Bandeiras dos SP's da FENPROF a caminho da tribuna



Filme do Congresso foi atentamente seguido



**João Cunha Serra**, Presidente do Conselho Nacional da FENPROF



**Manuela Mendonça**, do SN da FENPROF e Coordenadora do SPN



**Guilhermina Rego**, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto



**Mário Nogueira**, Secretário Geral da FENPROF



**Fred Van Leeuwen**, Secretário Geral da IE



Representantes das organizações estrangeiras



**Paulo Sucena**, antigo SG da FENPROF



**Almerindo Janela Afonso** (Investigador) e **Arménio Carlos** (Secretário Geral da CGTP-IN)



Convidados nacionais

## Género



Mulheres  
**382**



Homens  
**256**

## Funcionários de apoio

**60**

## Delegados SP's



**152**



**150**



**192**



**78**



**36**



**28**



**2**

**638**

## Setores de Ensino

1.º Ciclo do Ensino Básico .....	112
2.º/3.º Ciclo Ens. Básico e Sec. ....	291
Especial .....	37
Pré-Escolar .....	67
Particular .....	29
IPSS/Misericórdias.....	8
Aposentados .....	64
Superior e Investigação .....	25
Desempregados .....	4

**638**

## Idades

Até 40 – 88
41-50 – 193
51-60 – 305
61-70 – 64
71-81 – 7
84 – 1

## Internacionais



**66**



## Discurso direto: a palavra aos delegados

### Forte componente solidária

A primeira nota que quero aqui deixar é o espírito combativo deste Congresso e a sua profunda ligação aos problemas sentidos pelos professores. As intervenções e os documentos em análise mostram que a Federação conhece a realidade e que se prepara para responder a novos desafios.

Pela nossa parte, Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE), penso que estamos a dar o nosso contributo para este importante debate, realizado num momento novo.

A segunda nota vai para a forte componente solidária deste 12º Congresso, que conta com a presença de delegados estrangeiros de todo o Mundo, evidenciando também um profundo conhecimento das realidades educativas e sociais em muitos países.

Uma terceira nota para sublinhar a importância deste Congresso como fator de incentivo à sindicalização e ao reforço da vida sindical docente. ● **Bruno Silva** | SPE ●

### Experiência enriquecedora

Este 12º Congresso está a revelar-se um espaço privilegiado para refletir sobre educação e consequentemente sobre as políticas educativas.

Sendo a primeira vez que sou delegada considero uma experiência enriquecedora a ser vivenciada por todos os associados dos sindicatos da FENPROF. ● **Elisabete Cerqueira** | SPRA ●

### Sem o Sindicato tudo seria muito pior

Sócia do SPN há quase 40 anos, sou hoje, pela primeira vez delegada ao 12º Congresso da FENPROF pela Universidade do Minho. A responsabilidade intelectual obriga: é precisa mobilização! Não chega deixar tudo sobre as costas dos colegas "sindicalistas".

As ameaças à Educação Pública são demasiado pesadas e os avanços hiperneoliberais demasiado violentos. Sejam sérios, realistas e justos: sem o Sindicato tudo seria muito pior.

Com o Sindicato podemos enfrentar, contornar, resolver (das formas possíveis!) os problemas e afirmar a nossa dignidade profissional, individual e coletiva. Não acredito no "cada um por si"! ● **Raquel Oliveira (Lia)** | SPN ●

### Maior mobilização dos Professores

Sendo a primeira vez que participo no congresso da FENPROF, saliento a qualidade e pertinência das intervenções assim como a importância do programa de ação proposto pela FENPROF.

A defesa da escola pública e a valorização da profissão docente passa, necessariamente, por uma maior mobilização dos professores nas escolas. ● **Alzira Albergaria** | SPN ●

### O exemplo dos que lutam

Emocionou-nos ouvir, na Conferência Internacional, a partilha das dificuldades que

os professores vivem por todo o mundo, bem como o exemplo dos que lutam em condições adversas pela melhoria da educação. Tal renovou a nossa determinação em combater aqueles que põem em causa o ideal de uma educação de qualidade para todos. ● **Francisco Oliveira** | SPM

### Luta pela dignidade e por direitos

Participar pela primeira vez num Congresso da FENPROF é ver a luta dos professores pela sua dignidade e pelos seus direitos ganhar corpo e força, fazendo leituras e traçando estratégias. Nesta reunião, os professores ensinam pelo que são: frutos da libertação da Revolução de Abril que não abrem mão das suas conquistas progressistas na educação. ● **Sérgio Branco** | SPRC ●

**FENPROF** 12º CONGRESSO

Tudo sobre o Congresso

Vídeos Reportagem Moções Votações

**Todos os setores de ensino e os temas essenciais que marcam a vida das escolas, dos educadores, professores e investigadores, passaram pelo 12º Congresso da FENPROF, tanto nas intervenções como nos documentos debatidos e aprovados. A partir deste JF, selecionamos brevíssimos apontamentos que destacam problemas e perspetivas dum diversificado conjunto de setores e temas que interessam a todos.**

## SETORES E DEPARTAMENTOS

### Educação Pré-Escolar

“Vivem-se tempos de alguma insegurança num setor de educação que era reconhecido pelo seu inconformismo, atitude reflexiva, criatividade e relação privilegiada com a comunidade educativa.

Mas ser Educador de Infância é SER LIVRE, livre de pensamento, livre para gerir o currículo, e livre, porque não, para brincar educando porque, como dizia Pablo Neruda “Em minha casa reuni brinquedos pequenos e grandes, sem os quais não poderia viver. O menino que não brinca não é menino, mas o homem que não brinca perdeu para sempre o menino que vivia nele e que lhe fará muita falta.” | **Julia Vale** •

### Vias vocacionais e profissionais

“Não questionamos aqui a pertinência e a importância da diversificação de cursos e das várias modalidades de educação e formação na escola pública, o que questionamos é que elas existam no ensino básico, e, sobretudo, que desempenhem a clássica função de reprodução das estruturas sociais, desfavorecendo e excluindo aqueles que, já

de si, são desfavorecidos e que já tinham sido excluídos do interior do próprio sistema.

Desde há muito que defendemos a coexistência de diversas vias no ensino secundário, de igual qualidade e dignidade, que se concretizem em respostas adequadas ao perfil de cada aluno e à diversificação das suas motivações e vocações. Lutamos por um sistema educativo inclusivo, em que as vias profissionais sejam encaradas como uma opção educativa igual às outras, sejam escolhas conscientes dos alunos e suas famílias, capazes de valorizar e aproveitar as competências e capacidades de cada um.” | **Anabela Sotaia** •

### Docentes aposentados

“Iremos realizar no 1º trimestre de 2017 a nossa 2ª Conferência para análise do trabalho feito e, se for caso disso, reequacionarmos a organização do Departamento e as nossas reivindicações específicas. Camaradas e colegas aposentados, está nas nossas mãos a defesa dos nossos direitos, em prol da nossa dignidade.

Apelamos à mobilização de todas e de todos para uma participação ativa, a fim de que os resultados possam ser os que desejamos. Aos que ainda estão no ativo fazemos o apelo, para que quando se aposentarem, permaneçam sócios dos seus sindicatos.” | **Helena Gonçalves** •

## TEMAS

### Desgaste dos profissionais, associado à questão da aposentação

De entre as várias reivindicações encetadas no seio da FENPROF, a aposentação dos professores aos 36 anos de serviço, independentemente da idade, é uma das exigências imediatas.

A FENPROF acompanha a reivindicação geral dos trabalhadores portugueses, nomeadamente os representados pela GCTP-IN. Contudo, e até que seja possível atingirmos

estas reivindicações, exigimos um regime transitório que permita, de imediato e de forma transitória, o acesso à aposentação por parte de quem já acumulou 40 anos de serviço e de descontos.

Não é possível nem digno exigir a um professor ou educador, dadas as características da sua actividade, que continue a leccionar com 65 ou mais anos de idade. Não é justo um professor ou educador, por motivos de saúde mental e psíquica, ser penalizado, com perda de remuneração, se pretender antecipar o fim das suas tarefas lectivas, quando já contribuiu com 36 anos de carreira contributiva. | **Manuel Nobre** •

## REGIÕES AUTÓNOMAS

### Açores

A atividade do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) tem sido, indubitavelmente, um agente de minimização das políticas desenvolvidas na última década de desvalorização da profissão docente e da escola pública.

Em contexto adverso, a ação do SPRA foi preponderante para que os docentes dos Açores tenham uma carreira mais valorizada do que a dos colegas do Continente e, seguramente, horários mais dignos. | **António Lucas** •

### Madeira

Apesar das dificuldades, temos sabido manter as devidas distâncias em relação à tutela, esclarecer os colegas sobre as diferenças entre o Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e as outras organizações, como o prova o ligeiro crescimento apresentado desde setembro (saldo positivo de 35 sócios), o que não deixa de ser significativo em tempos tão difíceis para o sindicalismo docente, por termos assistido a um grande retrocesso em termos de garantia de direitos ao longo dos últimos 11 anos. | **Francisco Oliveira** •

Continua na pág. 24

Valorizar a Profissão  
Reafirmar a Escola Pública

12.º Congresso Nacional  
dos Professores

29 e 30 de abril de 2016  
Seminário de Vilar, Porto



em: [fenprof.pt/12CONGRESSO/](http://fenprof.pt/12CONGRESSO/)

Google™ Pesquisa Personalizada

PESQUISAR

newsletter

endereço de email

Subscrever



Documentos

Regulamentos

Intervenções

Delegados

Fotografias

Notícias

## Resultados das Votações

- Regimento do Congresso – aprovado por unanimidade
- Estatutos - Artº 5 – aprovado por unanimidade
- Estatutos - Artº 13 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 21 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 23 – aprovado por maioria (com 1 abstenção)
- Estatutos – Artº 24 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 27 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 31 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 32 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 33 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 35 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 36 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 38 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 41 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 42 – aprovado por maioria (com 1 voto contra)
- Estatutos – Artº 44 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Artº 46 – aprovado por unanimidade
- Estatutos – Votação final global – aprovado por maioria (com 1 abstenção)
- Regulamento Eleitoral – aprovado por unanimidade
- Programa de Ação “A” – 413 votos
- Programa de Ação “B” – 6 votos
- Votação final do Programa de Ação – aprovado por unanimidade
- Resolução sobre Ação Reivindicativa “A” – 413 votos
- Resolução sobre Ação Reivindicativa B – 1 voto
- Resolução sobre Ação Reivindicativa (votação final) – aprovada por maioria (com uma abstenção)

**Nota:** registo dos resultados da votação das moções estranhas à ordem de trabalhos – final de cada um dos textos (ver a partir da pág. 56)



## FENPROF recebe espólio dos Grupos de Estudo

**A** FENPROF orgulha-se em ser reconhecida, por quem de justiça, como herdeira do trabalho da atividade e da história dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, que estiveram na base do movimento sindical docente hoje corporizado na FENPROF e nos seus sindicatos.

A importância dos Grupos de Estudo deve-se não só às reivindicações pedagógicas, como também às reivindicações laborais e políticas. Foram criados para “resolver os problemas dos professores”, como referiu Maria Manuel Ricardo. Daí terem sido precursores do movimento sindical e uma “escola de sindicalistas”.

“Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário publicaram, entre 1970 e 1974, três cadernos “O Professor” e três revistas com o mesmo nome; inundaram o Ministério da Educação com abaixo-assinados; organizaram mesas-redondas; encheram os jornais de pedidos de emprego nas férias para mobilizar a opinião pública para as suas reivindicações, organizaram colóquios, exigiram o direito de associação e publicaram livros”.

“Estrategicamente criaram um modelo organizativo com base em delegados eleitos nas escolas. Criaram uma rede de difusão da informação nas escolas quase diária, divulgando comunicados, atas e abaixo-assinados”, pormenorizou Maria Manuel Ricardo.

Eram na maioria professores que tinham militado, então estudantes, nas lutas académicas de 1962 e 1965, em Lisboa, e em 1969, em Coimbra. Muitos militavam em organizações que lutavam contra o regime do Estado Novo.

### Carta do Professor

Baseando o seu trabalho na Recomendação da OIT/Unesco relativa ao estatuto dos professores, em 1971 os Grupos de Estudo elaboraram o Anteprojecto da Carta do Professor, embrião do Estatuto da Carreira Docente, que viria a ser aprovado em 1990.

É claro que tal atividade gerou perseguição por parte do regime que, em fevereiro de 1974, classificou a associação como “secreta, anti constitucional e ilegal”.

A revista “O Professor”, o meio de comunicação dos Grupos de Estudo, mantém a sua publicação dirigida por Rogério Mota (contactos: revistas@paginaapagina.pt; rogeriopmota@gmail.com). Acaba de ser publicado, com o apoio do 12.º Congresso, o livro “Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974 – As Raízes do Sindicalismo Docente.”

A FENPROF disponibilizará toda a documentação do espólio doado, designadamente para a realização de trabalhos de investigação na área do sistema educativo e das Ciências da Educação. O centro de documentação irá organizar o acesso à muita informação agora entregue. | NS e JPO •

## Sessão de encerramento

Mário Nogueira:

# “Vamos continuar a luta pela Escola democrática, a Escola da Constituição”



Intervindo na sessão de encerramento, Mário Nogueira saudou todos os participantes (delegados, convidados nacionais e estrangeiros, funcionários dos Sindicatos e da FENPROF que asseguraram a realização do grande encontro no Porto) e destacou a riqueza do debate desenvolvido ao longo das várias sessões dos trabalhos.

“Vamos continuar a luta pela valorização da escola democrática, a escola da Constituição da República Portuguesa”, salientou o Secretário Geral da FENPROF, calorosamente aplaudido.

Destacou alguns momentos do Congresso, chamou a atenção para os documentos aprovados, valorizou a componente solidária da iniciativa e lembrou que “a luta é um trabalho do dia a dia” na construção de um país melhor.

A partir de palavras-chave como “mudança”, “luta”, “diálogo”, “democracia”, “professores” e “escola pública”, Mário Nogueira deixou mensagens de esperança, mas também de firmeza e combatividade para responder aos novos desafios que estão aí.

“Não vamos destruir as possibilidades de mudança no presente”, salientou Mário Nogueira, que abordou em vários momentos a importância e a dinâmica da escola pública, como “garantia da igualdade de oportunidades”, uma escola pública democrática, inclusiva e de qualidade. Em paralelo, chamou atenção para a necessidade de valorizar e dignificar a profissão docente, comentando preocupações que estiveram em foco no 12º Congresso: da gestão democrática à questão das carreiras, das condições de trabalho aos salários...

Com luta e unidade, **“tudo é possível; até mudar o mundo!”**. | JPO com NS •

Arménio Carlos:

# Um Congresso que revelou “a sensibilidade social dos professores”

Este foi um Congresso em que se afirmou a democracia, num espírito de “construção de um futuro melhor” e que revelou “um profundo conhecimento do que se passa na educação”, destacou Arménio Carlos na sessão de encerramento do 12º Congresso.

“Como aqui se viu, na CGTP-IN apresentamos propostas e procuramos saídas para os problemas do país”, referiu o Secretário Geral da Central unitária.

“Este Congresso revelou, também, a sensibilidade social dos professores, investigadores e educadores”, afirmou Arménio Carlos noutra momento da sua intervenção, atentamente seguida.

O dirigente sindical salientou a posição firme da Central contra “as chantagens e ingerências internas e externas”, destacando que é necessário romper com o modelo de exploração e empobrecimento assente na precariedade, no desemprego e nos

baixos salários, defender a liberdade e afirmar a democracia e a soberania.

“Não vamos ficar parados. Não estamos subordinados a ninguém. Só respondemos perante os trabalhadores”, garantiu Arménio Carlos.

Lembrando que “a redução da despesa pública não passa pelo congelamento de salários e de carreiras profissionais”, o dirigente da Inter recordou:

“Como temos repetidamente afirmado, a redução da despesa passa, necessariamente, pela coragem de cortar com as PPP’s, os SWAP, as negociatas com os escritórios de advogados e de consultoria, pelo fim dos apoios aos banqueiros e ao financiamento do sistema financeiro com



o nosso dinheiro! Cortem aqui e invistam na melhoria dos salários, no descongelamento das carreiras, na aplicação imediata das 35 horas para todos os trabalhadores e na educação, na saúde e na proteção social da população portuguesa!” | JPO •

## Discurso direto: a palavra aos delegados



### SETORES E DEPARTAMENTOS

#### 1º Ciclo

“Entregaremos, ao Ministério da Educação e aos grupos parlamentares, um dossiê para que se abra um processo de negociação urgente que permita que apresentemos propostas dos professores que conduzam a soluções que alterem a situação muito negativa que se vive e conduzam à reorganização e valorização do 1º CEB e à melhoria das aprendizagens dos alunos.” | **Manuel Micaelo** •

#### Ensino Superior e Investigação

“As desvantagens deste modelo (regime fundacional) são por demais evidentes para a academia e, naturalmente, vantajosas para os interesses económicos.

Não querendo retomar a questão, embora importante, da carreira e dos salários fica aqui mais uma questão para a qual devemos estar atentos: a rede pública de universidades foi implementada com o recurso a um forte e continuado investimento público, a investigação é aí efetuada na sua esmagadora maioria juntando assim os dois mundos (o do ensino e o da investigação) debaixo de um mesmo telhado.

Ao abrir-se a possibilidade de criação de consórcios entre Fundações e instituições privadas escancaramos a porta à privatização. E não se pense que esta possibilidade é puramente académica.” | **A. Fernandes de Matos** •

#### Educação Especial

“Se o tempo é outro e é diferente, as opções políticas têm que ser claramente transversais a várias áreas do sistema educativo.

Não podemos ter uma educação de qualidade e inclusiva se continuarmos a ter um número excessivo de alunos por turma; não podemos aceitar que medidas favoráveis à inclusão só se apliquem em alguns níveis de ensino, como acontece com a medida de turma reduzida.

Quanto ao despacho 1-H/2016, sobre matrículas e turmas, o ME deverá garantir o investimento necessário, nomeadamente de recursos humanos, para todos os alunos com NEE terem, pelo menos, 60% do tempo letivo nas suas turmas.” | **Ana Simões** •

#### Ensino Português no Estrangeiro

“Não basta afirmar-se que a Língua Portuguesa tem um carácter universalista! É preciso criar condições materiais, logísticas e humanas para que esta se possa afirmar e expandir.

A abertura do ensino do Português a cidadãos de outras culturas de origem deverá ser uma realidade no mais curto espaço de tempo, sob pena de perdermos para outros, o espaço geográfico e estratégico que tanta energia já absorveu ao longo das décadas de presença no espaço EPE.

É premente a obrigação de agir de imediato e de traçar um quadro que englobe os objetivos e estratégias, ancorados numa verdadeira política de ensino e de difusão do Português.” | **Carlos Pato** •

### TEMAS

#### Precariedade

“É acertada a ideia, que surge no Projeto de Resolução sobre a Ação Reivindicativa subscrita pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pelas Direções dos seus sete sindicatos, de conjugar, no mesmo instrumento de luta – um abaixo-assinado –, o

combate à precariedade com reivindicações tão aparentemente diversas como são as que se relacionam com a aposentação, as carreiras e os horários de trabalho.” | **Vitor Godinho** •

#### Informação e comunicação

“Há necessidade de renovar, investir e reforçar a nossa acção a nível da informação e comunicação, designadamente fazendo uma melhor gestão da agenda sindical, coordenando-a melhor com os acontecimentos e os factos que necessitam de uma resposta rápida, clara e eficaz.

Se é verdade que compete às direcções sindicais fazerem esse trabalho, não nos esqueçamos que cada um dos que está presente nesta sala pode dar-lhe um importante impulso:

- Mantendo e actualizando placards sindicais; informando a sua direcção de todo e qualquer facto que levante dúvidas ou suscite polémica;

- Preparando os colegas para a importância da realização e da participação nas reuniões sindicais e nas lutas que realizamos;

- Transferindo conhecimento para os seus colegas, se necessário recorrendo aos dirigentes da sua área sindical;

- Organizando os núcleos sindicais para que sejam capazes de mostrar a importância de sindicatos fortes e democráticos, porque assentam a sua actividade na vida das escolas e nas expectativas dos professores, mas que são, ao mesmo tempo, firmes e exigentes.” | **Luís Lobo** •

#### Amianto

“O atual Ministro da Educação declarou que pretendia retirar o amianto de algumas escolas até ao final de 2017. Sem se fazer um diagnóstico sério da situação, vai retirar-se apenas o fibrocimento.

Está-se literalmente a começar a casa pelo telhado. Não é isso que deve ser feito! Deve ser feito um levantamento completo, uma avaliação e monitorização do amianto, informação aos utilizadores e só se deve retirar no imediato o que apresente perigo.

No passado já se gastou muito dinheiro nalgumas obras para encher o olho, mas sem cumprir a lei.” | **José Janela** •





**APROVADO PROGRAMA DE AÇÃO**

# **Valorizar a Profissão Reafirmar a Escola Pública**





**O Programa de Ação proposto pelo Secretariado Nacional e aprovado por unanimidade, no segundo dia dos trabalhos, é uma reflexão e um instrumento de luta para todos os docentes e investigadores. É o pano de fundo onde emergem objetivos reivindicativos e enquadramentos para a sua concretização.**

**O Programa divide-se em quatro áreas:**

- 1.** Enquadramento político em que decorre o Congresso e projetamos a ação;
- 2.** Uma reflexão em quatro dimensões cruciais para definirmos o que queremos;
- 3.** Uma identificação das nossas raízes para compreendermos a matriz sindical que nos caracteriza e integrarmos a importância e atualidade do sindicalismo;
- 4.** E ainda algumas notas sobre organização e funcionamento da nossa federação.

“Quanto ao perfil profissional docente, apontamos, à cabeça, o reconhecimento do papel insubstituível dos professores, em sentido oposto à desvalorização que é objetivo político carregado de intenções. Os professores têm de ser vistos como profissionais, capazes e decisivos, do direito universal à educação e da comunicação pedagógica. É tempo de retomar uma profissionalidade crítica e reflexiva. Reclamamos autonomia no exercício da profissão; funcionarização e servilismo opõem-se ao perfil profissional a desenvolver”, afirmou João Louceiro na intervenção em que foi apresentado o documento.

## CAPÍTULO 1

### Os riscos de desmantelamento da Escola Pública no final da década em que mais foi fragilizada

**P**ortugal viveu uma década muito difícil. Os últimos quatro anos foram um autêntico tubo de ensaio social, económico e político, no qual se iniciaram experiências que visavam ser generalizadas e consolidadas na atual legislatura. Pretendia-se uma profunda reconfiguração do Estado, que iria passar pela transferência de funções sociais que são sua obrigação para as mãos de operadores privados e, também, pelo aumento da exploração de quem trabalha, com normas de regulação laboral ainda mais negativas.

Na Educação e na Ciência, do mesmo modo, estes quatro anos foram os piores de uma década muito negativa. A partir de medidas criadas por anteriores governos do PS e, essencialmente, com a imposição de outras decisões ou o agravamento das já existentes, por mão de PSD e CDS, os anos da troika em Portugal impuseram uma redução superior a 3.300 milhões de euros só no financiamento da Educação.

Relatório recente da OCDE confirmou que Portugal, apenas entre 2010 e 2012, teve uma redução de 14% na despesa pública com a Educação (não incluindo ensino superior). No início da década, a despesa portuguesa por aluno cifrava-se nos 7.444 euros, enquanto o valor médio europeu era de 8.982 euros. De 2012 a 2015, este valor continuou a ser comprimido e, hoje, Portugal destina à Educação um valor que é pouco superior aos 3% do PIB. Portugal ocupa um dos últimos lugares do ranking europeu.

De 2011 a 2015, no que respeita ao financiamento público da Educação, os cortes, ano a ano, foram os seguintes: 803 milhões; 600 milhões; 700 milhões; 495 milhões; 704 milhões. Se no memorando assinado com a troika, em 2011, pelo governo português e pela oposição à sua direita, o corte previsto era de 195 milhões, veio depois a fixar-se em 380 milhões de euros. Porém, entre 2011 e 2015 multiplicou-se quase nove vezes!

Mas não foi só a Educação a sofrer com as ações políticas dos últimos dez anos. Foi assim, também, nas demais áreas que integram o núcleo central das funções sociais do Estado, afetando, principalmente, o emprego e as remunerações dos trabalhadores. Neste caso, as reduções nos rendimentos foram impostas através da imposição de uma enorme carga fiscal, de cortes diretos no salário e do bloqueamento das progressões

nas carreiras. No ensino superior, aqui se inclui a não produção dos efeitos salariais resultantes da obtenção da agregação e da passagem a categoria superior por concurso. Chegados ao final do primeiro trimestre de 2016, ainda nenhum destes problemas foi resolvido; para já, só a reposição do valor integral do salário se encontra em curso.

Na Educação e na Ciência, o corte foi executado, sobretudo, à custa de uma fortíssima redução de recursos humanos e do acentuar da precariedade dos vínculos laborais no ensino superior.

De acordo com dados conhecidos, ao longo da anterior legislatura, em valores percentuais, o número de docentes que saiu das escolas é praticamente o triplo do da redução de alunos. Das estatísticas da Educação aos dados relativos a aposentações publicados em Diário da República e, mais recentemente, de acordo com o Relatório n.º 26/2015 – 2.ª S, de novembro de 2015, que resulta de auditoria do Tribunal de Contas ao setor da Educação no período de ingerência da troika, resulta a confirmação desta fortíssima redução de docentes na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Uma redução que a FENPROF sempre disse ser muito acima do suportável e estar na origem da crescente sobrecarga de trabalho sentida pelos docentes que se mantêm no ativo.

De acordo com aquele relatório, no período da legislatura compreendido entre os anos letivos 2010/11 e 2014/15, é reconhecida a redução de 30.864 docentes (21,8%). Assim, o número de docentes dos quadros, em 2014/15, era de 96.997 (vindo de 107.944 no início da Legislatura); o de contratados atingia, apenas, os 14.496, quando, em 2010/11, era de 33.413 (o Tribunal de Contas regista uma diminuição de 56,6%).

Pelos cálculos da FENPROF, a diminuição do número de docentes terá sido ainda maior, pois não são aqui considerados, por exemplo, os mais de 1.100 docentes que saíram por rescisão por mútuo acordo. Neste período, ainda de acordo com o relatório, o número de alunos passou de 1.298.825 para 1.203.162, ou seja, uma quebra de 7,3% (95.663 alunos a menos).

Confirma-se que mentiam os que atribuíam a redução do número de professores e a não abertura de lugares nos quadros à quebra do número de alunos no sistema. Nuno Crato, os seus secretários de estado, outros governantes, incluindo o Primeiro-Ministro Passos Coelho, e também diversos deputados das bancadas de PSD e CDS repetiram, vezes sem conta, essa mentira.

De acordo com os números reproduzidos pelo Tribunal de Contas, conclui-se que mais de dois terços da redução de professores resultou de medidas impostas com esse objetivo pelo governo da direita, o que, aliás, é confirmado pelo relatório em causa. Ainda

que nem todas referidas pelo Tribunal de Contas, dessas medidas destacam-se: imposição de mega-agrupamentos; encerramento de milhares de escolas; eliminação de disciplinas ou redução da sua carga horária; manipulação dos horários dos docentes, atribuindo atividade letiva em horas da componente não letiva ou eliminando pausas do horário de trabalho; aumento do número de alunos por turma; desrespeito pelas normas de constituição de turmas com alunos que apresentam necessidades educativas especiais; entrega a operadores privados de turmas que tinham lugar nas escolas públicas...

A forte redução do corpo docente, como se previa, não foi inócua. Teve graves consequências nas condições de organização e funcionamento das escolas, provocou preocupantes quebras de qualidade do ensino e obrigou as escolas a abandonarem projetos e atividades que, apesar de importantíssimos na luta contra o abandono e o insucesso, deixaram de contar com os recursos humanos necessários.

No ensino superior, a redução do número de docentes e o aumento da precariedade foram realizados a partir de severos cortes nos orçamentos de funcionamento das instituições e escolas e, também, no aumento dos encargos destas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para a Segurança Social (SS).

Na investigação, em consequência de uma avaliação, fortemente contestada, da responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), foram excluídos do financiamento plurianual cerca de 50% dos centros de investigação e desenvolvimento (I&D). Em paralelo, a redução brutal das bolsas FCT, de doutoramento e de pós-doc, nomeadamente, levou a uma saída sem precedentes de investigadores, com a consequente debilitação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

#### A mudança necessária

Os últimos quatro anos em que a direita governou o país destinaram-se, essencialmente, a embaratecer o sistema, também condição necessária para, na legislatura seguinte, a que agora se vive, avançasse, como previa o designado guião para a reforma do Estado, por outros caminhos que não os que a Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra.

Privatizar, direta ou indiretamente, municipalizar, desvalorizar formações com a imposição de vias desqualificadas a mais de metade dos alunos portugueses (desde o ensino básico ao superior) e transferir financiamento público para fundos comunitários, eram esses os projetos a concretizar até 2019. Aliás, era isto que explicitava o programa de governo que PSD e CDS apresentaram na Assembleia da República, já depois das eleições legislativas.

Felizmente, em 10 de novembro de 2015, o programa foi rejeitado pela maioria dos deputados eleitos. Uma maioria que resultou da vontade expressa de mudança manifestada pelos portugueses nas eleições realizadas em 4 de outubro de 2015 e que o então Presidente da República, Cavaco Silva, tentou impedir que tivesse implicação na constituição do governo. A CRP foi, porém, superior ao seu desejo, impedindo-o de dissolver a Assembleia eleita pelo povo português.

Das políticas derrotadas na sequência do ato eleitoral e da rejeição do programa de governo PSD/CDS (XX Governo Constitucional), porque nele constavam, podem salientar-se: os contratos a estabelecer com os municípios nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura; os contratos com privados, num quadro em que estes foram colocados em pé de igualdade com as escolas públicas, em nome de uma falsa liberdade de escolha; fazendo parte do percurso de segregação, a imposição de cursos vocacionais desde o ensino básico, a torrente de exames desde o 4.º ano de escolaridade e os cursos técnicos superiores profissionais a ministrar pelos institutos politécnicos; o desinvestimento na Ciência com uma drástica redução nas bolsas de investigação; o aumento dos custos do acesso à saúde ou à educação de qualidade; a intenção de impor os plafonamentos nos descontos para a segurança social.

De acordo com o programa apresentado pela direita, os direitos laborais seriam ainda mais reduzidos e a precariedade passaria a ser a norma; a reposição dos salários na íntegra, o desbloqueamento das carreiras e a redução da carga fiscal eram miragens que talvez se concretizassem, não se sabendo exatamente quando ou como. O exemplo da devolução de parte da sobretaxa de IRS que, dos 30% anunciados em plena campanha eleitoral, acabou em nada, no final do ano, ilustra bem a política de mentira que foi seguida. A ocultação dos contínuos e gravíssimos problemas dos bancos, bem como dos seus autores, resolvidos à custa de sacrifícios impostos à maioria das pessoas, exemplifica uma postura inaceitável de protecionismo dos interesses financeiros, da irresponsabilidade e do crime económico.

### **Portugal num mundo complexo e cada vez mais desigual**

A vida em Portugal não é alheia ao contexto internacional, no qual se vive um tempo de grande complexidade. O mundo está cada vez mais desigual. Para isto contribui o aumento da exploração que é imposto para satisfação dos “mercados”. A par e interligada há uma espiral belicista que não para de crescer. São marcas indeléveis da profunda crise do sistema capitalista, terreno fértil para a afirmação de radicalismos.

Em algumas regiões, o terrorismo e/ou o apoio crescente à extrema-direita, são

consequências desses radicalismos, atingindo dimensões muito preocupantes. Ainda que em Portugal possam surgir sinais aparentemente contraditórios com a situação europeia e mundial, os constrangimentos, designadamente a dependência externa a que o país continua sujeito, não deixam grande margem de ação, abrindo espaço à ingerência estrangeira que põe em causa a sua soberania e tornando ainda mais estreitas as margens da democracia.

Se a organização económica, social, política e cultural que prevalece no mundo tem agravado os níveis de exploração e gerado desigualdades crescentes nas sociedades – e Portugal é dos países em que elas mais se têm acentuado –, os conflitos de natureza belicista que têm sido instigados tornam ainda mais difícil a vida de quem menos tem e menos pode, fragilizando perigosamente a democracia. São sempre os pobres quem mais sofre. Como diz Mia Couto, a diferença entre a guerra e a paz é que na guerra os pobres são os primeiros a serem mortos; na paz são os pobres os primeiros a morrer (Mulheres de Cinza, 2015).

Marcas deste tempo são, entre outras: a ingerência do FMI e, no caso europeu, da União Europeia (UE) e do Banco Central Europeu (BCE), como Portugal bem conhece, impondo políticas de empobrecimento e exploração com o objetivo de transferir riqueza do trabalho para o capital; a destruição de serviços públicos, com o intuito de entregar funções sociais que competem aos estados nas mãos de operadores privados; o declínio da democracia, incluindo a perseguição até à morte de opositores, sindicalistas e outros, e a ilegalização de partidos comunistas, como na Ucrânia; o avanço da extrema-direita em países como a Hungria, a Finlândia, a Polónia, a Turquia e, até mesmo, a França; o agravamento de diversos conflitos regionais com usurpação da soberania de povos, como acontece nos territórios ocupados da Palestina, do Sahara Ocidental ou do Curdistão; a criação de grupos como o autodenominado Estado Islâmico, viveiros de fundamentalismos e campos de treino de terroristas que servem ou, durante algum tempo, serviram interesses que hoje revelam incomodidade com a sua existência.

Neste domínio, os atos de terrorismo não conhecem fronteiras. Acontecem em lugares tão distintos como França, Mali, Líbano, Síria, Líbia, Tunísia, Afeganistão, Iraque, Estados Unidos ou Rússia. Está criado um clima de medo que condiciona a vida das sociedades, podendo levar à adoção de medidas que, em nome da segurança, poderão pôr em causa liberdades individuais dos cidadãos.

Por último, porque o capital não desiste de dominar o mundo para concentrar ainda mais a riqueza que pilha, temos assistido a uma forte pressão da direita e extrema-direita sobre os governos dos países que, na América Latina, se opõem às regras ditadas do

“

**Da parte da FENPROF, as posições são claras. Os seus princípios são os de sempre; a sua disponibilidade negocial mantém-se inalterada; a importância que dá à apresentação de propostas sobre todos os assuntos que à Educação respeitam continua a ser muito elevada; a importância que atribui à participação, à ação e à luta dos professores, educadores e investigadores e, em geral, dos trabalhadores, não se reduz.**

exterior, alheias aos interesses dos povos e contrárias à afirmação da sua soberania. Há resultados visíveis dessa pressão em países como a Argentina, a Venezuela e o Brasil.

Encontramos no mundo atual situações aparentemente diversas mas que têm a mesma natureza: a profunda crise do capitalismo que, a qualquer preço, tenta manter e dilatar sobre as suas fontes de lucro, a exploração dos trabalhadores e a apropriação das riquezas dos povos. A acumulação de riqueza pelo capital está na razão direta do empobrecimento de quem trabalha. O relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o desenvolvimento humano, divulgado em dezembro passado, afirma que a riqueza e o rendimento globais atingiram o ponto mais alto de sempre; no entanto, sintomaticamente, alerta para a desigualdade na distribuição, estimando que, em 2016, o 1% mais rico da população mundial detenha já mais de 50% daquela riqueza.

Se não houver uma forte mobilização e oposição dos povos, a situação internacional e as implicações dela em países como o nosso tenderão a agravar-se, designadamente com a assinatura de novos tratados internacionais, a juntar aos já existentes e que são, na verdade, instrumentos do domínio capitalista. O Tratado Transatlântico (TTIP: Transatlantic Trade and Investment Partnership) é um desses tratados que tem vindo a ser preparado com enorme secretismo. A



concretizar-se, os direitos dos trabalhadores dos dois lados do Atlântico, como, em geral, os de cidadania democrática, acabarão brutalmente diminuídos, principalmente do lado europeu.

A via crescentemente agressiva de desenvolvimento do capitalismo, para além do empobrecimento dos trabalhadores e das populações, ataca, cada vez mais, direitos públicos universais como a Educação, a Saúde ou a Segurança Social de qualidade para todos. Mas vai mais longe a ganância do capital, a ponto de pôr em causa a própria preservação do planeta, cujos recursos naturais são explorados de forma descontrolada, começando a atingir níveis de rutura.

Apesar de se terem obtido alguns resultados positivos na recente Conferência de Paris sobre o clima, não é adquirido que os países, sobretudo os mais ricos, venham a respeitar os limites adequados à não destruição das condições de vida na Terra. A insensibilidade e avidez, a partir dos países mais ricos, e a falta de recursos dos mais pobres, tem levado a que não sejam tomadas as medidas necessárias, desde logo, à redução da concentração de dióxido de carbono na atmosfera e, em consequência, do aquecimento global do planeta. Se a meta limite de 1,5 graus centígrados for ultrapassada, a situação do planeta e da humanidade pode ser de catástrofe generalizada.

Preservar exige que se abdique da exploração desenfreada de uma elevada percentagem dos recursos naturais e exige um forte investimento em alternativas. É necessário que o lucro de alguns deixe de falar mais alto do que o futuro de todos, pelo que a preservação do planeta passa, também ela, por uma forte luta anticapitalista.

### **Oportunidades que se abrem para o futuro**

Com as eleições de 4 de outubro de 2015, os portugueses penalizaram a maioria de direita que impôs as políticas de empobrecimento e se preparava para as prosseguir, essencialmente, por razões de natureza ideológica, através de uma defesa feroz do capitalismo, como modelo de sociedade, e do liberalismo económico, enquanto estratégia para o seu aprofundamento.

Na Educação, por exemplo, a direita assumiu a intenção de alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). É que esta lei constitui um obstáculo à concretização do projeto ideológico da direita, evidenciado no chamado guião da reforma do Estado e no programa apresentado pelo fugaz governo pós 4 de outubro. Porém, a coligação que juntou PSD e CDS perdeu mais de 720.000 votos; a sua expressão eleitoral reduziu-se de quase 51% para menos de 37%, com a perda de 25 deputados e, assim, da maio-

ria absoluta que detinha na Assembleia da República.

Embora a direita não tivesse condições para continuar a governar, durante cerca de dois meses, o então Presidente da República, representante fiel dos interesses do capital e da direita, recusou aceitar a vontade do Povo, tendo ainda indigitado um governo cuja rejeição parlamentar estava anunciada. Depois de o programa do governo PSD/CDS ter sido reprovado pela maioria dos deputados, Cavaco Silva manteve o governo em funções durante mais um mês, passando a auscultar banqueiros e patronato, na procura de uma saída que garantisse a continuidade das políticas de direita. É significativo que só perante o protesto da CGTP-IN, Cavaco Silva acabasse por chamar, também, as confederações sindicais.

Sem a saída que pretendia e condicionado pela CRP que, tantas vezes, desrespeitou (só em relação a questões orçamentais, por treze vezes o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais matérias que o Presidente da República promulgara), Cavaco Silva, a custo e com desacordo explícito, acabou por indicar o atual Primeiro-Ministro, cujo partido reunia, no Parlamento, a garantia de que, à sua esquerda, qualquer moção de rejeição apresentada pela direita seria reprovada.

Com a entrada em funções deste novo governo – o XXI Governo Constitucional (PS) –,

as expectativas dos trabalhadores portugueses elevaram-se, não só pelo sentido das primeiras medidas aprovadas pela Assembleia da República (na Educação, verificou-se o fim dos exames do 4.º ano de escolaridade, a revogação definitiva da prova de avaliação de capacidades e conhecimentos, PACC, e a eliminação do regime de requalificação), mas também por, pela primeira vez, haver um governo PS de maioria relativa e suportado no parlamento pelos deputados de PS, BE, PCP e PEV.

As medidas aprovadas para a Educação foram acompanhadas de outras em domínios como a Saúde, a Segurança Social ou no setor dos transportes. Da mesma forma, avançaram medidas relativas a salários ou fiscalidade que, não sendo as reclamadas pelos trabalhadores, ainda assim são mais favoráveis que as previstas pela direita, caso tivesse sido reconduzida no governo.

No plano do relacionamento institucional, criaram-se condições para a existência de linhas de diálogo e negociação, o que há muito não acontecia. Novidade é o facto de existirem, hoje, duas frentes importantíssimas de intervenção a este nível, complementares e ambas com capacidade de decisão política: o governo – em particular, o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) – e a Assembleia da República.

Porém, o que se conquistar, neste novo quadro político, dependerá sempre dos professores, educadores e investigadores e das capacidades de intervenção, ação e luta que demonstrem.

## **Dois testes ao novo tempo: eleições presidenciais e Orçamento do Estado para 2016**

Seguiram-se dois momentos importantíssimos: as eleições presidenciais, no início deste ano, e a aprovação do Orçamento do Estado para 2016 (OE 2016) que, devido à data escolhida para as eleições legislativas por Cavaco Silva e ao atraso por si provocado na indicação do governo, também só seria aprovado com o ano em curso.

Nas eleições presidenciais de 24 de janeiro, a direita apresentou um candidato que, por razões táticas, se esforçou por retirar visibilidade à presença dos partidos que o apoiaram e que beneficiou, essencialmente, de anos de promoção na comunicação social, tendo também, beneficiado de tratamento privilegiado em período pré-eleitoral.

Do resultado eleitoral, porém, não poderão tirar-se ilações relativamente à legitimidade da maioria parlamentar que suporta o governo. Sondagem efetuada no próprio dia 24 de janeiro (AXIMAGE), junto dos eleitores das presidenciais, revelou que o conjunto dos partidos que constituem a atual maioria contabilizou 52,1% (nas eleições legislativas, a 4 de outubro, somaram 50,6%). PSD e CDS, nessa sondagem, somaram 39%, no

conjunto, com o CDS a valer apenas 3,3%.

Do Presidente da República eleito, exige-se que defenda, cumpra e faça cumprir a Constituição da República e o que ela consagra para Portugal e para os Portugueses, nomeadamente no que concerne à existência de funções sociais do Estado, de caráter universal, prestadas por serviços públicos de qualidade e no que respeita aos direitos de todos os cidadãos, designadamente os trabalhadores, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência.

O OE 2016 só foi publicado a 30 de março, p.p., por razões a que acima se alude e que responsabilizam o anterior Presidente da República, Cavaco Silva. Dele retira-se um sentido global positivo, tendo em conta, desde logo, o que era o programa da direita para prosseguir a governação. Trata-se de um orçamento da responsabilidade do governo do PS mas em que, não contando este com maioria absoluta, acolheu propostas dos partidos à esquerda que contribuíram para a sua aprovação.

No processo de construção do OE 2016, ocorreram inaceitáveis pressões externas, designadamente da União Europeia, aliás, favorecidas e reforçadas pelo discurso interno da direita que tem revelado manifesta dificuldade em conformar-se com o sentido de voto que lhe retirou a maioria e a afastou do governo.

O sentido positivo identificado no OE 2016 não ilude, no entanto, as suas limitações quanto à resolução dos problemas que o país enfrenta, incluindo o que pode conduzir à recuperação de direitos de professores, educadores e investigadores e à urgente inversão do roteiro de degradação da escola pública e das áreas da ciência e da investigação. Tais limitações, que importa não ver agravadas, decorrem em grande medida de constrangimentos ditados por opções políticas do partido que está no governo, como é o caso da insistência em não tomar de frente o problema da reestruturação da dívida que consome, só em juros, mais de 8.000 milhões de euros ao ano, inviabilizando políticas de que o país carece.

O sentido positivo do OE 2016 não impede, em particular, a apreciação de sentido contrário e as preocupações resultantes de aspetos como, por exemplo, o corte de cerca de 82 milhões no orçamento do ME, relativamente ao executado em 2015. Sendo um corte de muito menor dimensão do que vinha ocorrendo, anualmente, com o governo PSD/CDS, não deixa de constituir um fator de indifereção preocupante. Mais expressivo e, portanto, não menos preocupante é o corte previsto em recursos humanos para a educação que ascende a 300 milhões de euros, incompreensível, desde logo, face à recuperação salarial prevista e face às intenções propaladas de combate decidido à precariedade.

No quadro político atual, está ao alcance do Governo e da Assembleia da República,

adotarem políticas e medidas mais favoráveis, bem diferentes daquelas a que a direita submeteu o país. Mas muitas, mormente as que atendem a justas reivindicações dos docentes e investigadores e a constrangimentos verificados nos sistemas educativo e científico, requerem a reposição de dotações financeiras que foram cortadas em sucessivos orçamentos do Estado. Ora, tal reposição tem vindo a ser contrariada por inaceitáveis pressões, chantagens e imposições da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.

Face a isto, é de capital importância rejeitar as ingerências sobre o nosso país que não dão mostras de diminuir de tom. O povo e as instituições democráticas têm a legitimidade e terão a força para derrotar tais imposições e para definir um caminho que retome o que Abril abriu. A FENPROF – no quadro da CGTP-IN e, certamente, com muitas outras organizações políticas, sindicais e sociais – estará empenhada nessa luta. A maioria dos deputados da Assembleia da República (PS, BE, PCP, PEV), principal sede da soberania nacional, deve contribuir para que o Governo faça as opções e aplique as medidas necessárias ao desenvolvimento do país, contrariando ingerências externas e respeitando o sentido profundo da mudança ditada pelas eleições de 4 de outubro.

## **Um tempo que abre perspetivas, mas impõe envolvimento e ação determinada**

Não se estranha que a estratégia da direita passe pela radicalização de posições de algumas organizações que servem os seus interesses e têm intervenção no plano social e sindical. As ações desenvolvidas por organizações sindicais filiadas na UGT que, no caso dos docentes, são dominadas pelo PSD, são disso exemplo. Após quatro anos em que uma aparente letargia alternava com indifereção favoráveis ao governo, ressurgem, agora, híper reivindicativas, assumindo posições que antes calavam.

Não é possível esquecer quem acordou a imposição da PACC a milhares de jovens profissionalizados, quem aceitou a criação do regime de requalificação, quem assinou o contrato coletivo de trabalho (CCT) do ensino particular e cooperativo, traindo os interesses e direitos dos docentes do setor, quem não foi consequente na contestação ao regime de concursos, designadamente às diversas modalidades de contratação direta pelas escolas, quem não se ouviu na contestação aos cortes salariais, aos inúmeros atentados à educação inclusiva, à asfixia financeira dos centros de investigação e ciência ou aos cortes impostos no ensino superior. A elevação de voz a partir do momento em que se consumou o afastamento da direita do poder, não pode deixar de ser vista como um ato de hipocrisia e oportunismo político-partidário, ainda mais se recordarmos a recusa em convergir com

outras organizações em momentos de luta fundamentais contra políticas e medidas que, agora, dizem contestar.

Da parte da FENPROF, as posições são claras. Os seus princípios são os de sempre; a sua disponibilidade negocial mantém-se inalterada; a importância que dá à apresentação de propostas sobre todos os assuntos que à Educação respeitam continua a ser muito elevada; a importância que atribui à participação, à ação e à luta dos professores, educadores e investigadores e, em geral, dos trabalhadores, não se reduz.

A postura dos governantes, nuns casos, e das entidades patronais, em outros, determinarão o curso do relacionamento que, em cada momento, será avaliado e se estabelecerá. Na atual conjuntura, o governo e, neste, os ministérios que têm responsabilidades na Educação (ME, MCTES, MCESS, MNE e MS), bem como as entidades empregadoras particulares e cooperativas, serão os interlocutores diretos a quem se exige capacidade negocial.

Simultaneamente, a Assembleia da República, que tem hoje uma maioria com obrigações sociais, económicas, culturais e políticas muito distintas das que tinha a de direita, será sempre um espaço de intervenção privilegiada da FENPROF. Nele procurará contribuir para a construção de consensos na atual maioria, e para a adoção de políticas de esquerda e soberanas, seguindo aqui a formulação usada pela CGTP-IP.

Esta ação no quadro institucional não dispensa uma ainda maior disponibilidade dos docentes e investigadores para se envolverem numa ação sindical que compreenda reflexão, debate, apresentação de propostas, ação e a inevitável luta pelos objetivos reivindicativos estabelecidos. Só dessa forma será possível alcançar os resultados desejados.

## CAPÍTULO 2

### A função social da escola

**A** Declaração Universal dos Direitos Humanos, carta de princípios que estabelece quais os direitos inalienáveis do indivíduo, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelecendo no seu artigo 26.º que “toda a pessoa tem direito à educação”.

Passaram-se quase setenta anos e em muitos países, apesar dos esforços realizados, a concretização desse direito continua a ser uma meta difícil, se não mesmo impossível de alcançar. Não sendo o que acontece no nosso país, tal não impede uma necessária reflexão sobre a importância e a função da Educação, sobre o papel da instituição escolar, bem como a sua articulação com

os objetivos estabelecidos nas agendas políticas de quem nos governa.

Apesar da possibilidade de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, a verdade é que o mundo em que vivemos, cada vez mais globalizado, atingiu um nível de complexidade sem precedentes. As contradições, as assimetrias, o aumento das desigualdades e das intolerâncias, as crises e as tensões geradas constituem o pano de fundo de uma realidade para a qual a escola é instada a responder.

Faz, assim, todo o sentido referir um relatório elaborado por iniciativa da UNESCO, importante marco na história do pensamento educacional e que continua, em nosso entender, com toda a atualidade. Referimo-nos ao “Relatório Faure – Aprender a Ser (1972)” que, apesar de estar a cumprir o seu 43.º aniversário, mantém uma atualidade por demais evidente, fruto do seu caráter “antecipador”. Cabe sublinhar a referência à importância que as tecnologias educativas vão passar a apresentar e ao conceito e papel da educação permanente.

A Educação, portanto, tem de ir muito para além da leitura, da escrita e do cálculo, devendo para tal adotar métodos de aprendizagem que favoreçam o reforço da justiça, da equidade social e da solidariedade, não esquecendo, para isto, o desenvolvimento de todas as capacidades – também capacidades físico-motoras e aptidões artísticas, incluindo-se aqui o cumprimento do programa curricular específico no 1.º ciclo.

Esta abordagem ao ser cartografada no atual sistema educativo faz emergir questões que nos obrigam a uma reflexão. São elas: qual a função social da escola numa sociedade que se quer democrática num tempo de globalização? De que forma são entendidos conceitos como o direito à educação, a igualdade de oportunidades e a escola e a prestação de serviço educativo?

Começando pela função social da escola, que traz agregada a si o direito à educação, esta tem como compromisso assumido o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos. Toda esta aprendizagem deve ser construída de forma contextualizada, contribuindo para o desenvolvimento nos alunos de competências pessoais e sociais, assim como a aquisição de um núcleo de conhecimentos que lhes permitam ser cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade.

Não se pode, contudo, atribuir à escola a responsabilidade de pôr fim às injustiças que se avolumam atualmente na nossa sociedade. No entanto, pode e deve a escola contribuir de forma significativa para atenuar e combater as desigualdades socioeconómicas numa sociedade que se quer mais justa, fraterna e solidária. Assumindo este pressuposto, o grande desafio da escola pública é, pois, fazer com que a sua função educativa asuma um papel compensatório. Isto é, que

atenda às diferenças, sejam elas quais forem, criando, deste modo, novas oportunidades a todos, no acesso e na partilha do saber e do conhecimento.

Em tal contexto, facilita-se a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento de mais capacidades e a valorização de saberes que as crianças e jovens consigo transportam. Neste processo, poder-se-á, então, inferir que uma educação de qualidade deve ser aquela que visa a escola como um espaço e tempo de vida, uma instituição privilegiada para uma aprendizagem com sentido, tornando-se esta assunção num desafio permanente da instituição escolar democrática.

A satisfação destas necessidades, pelo sistema público de educação, confere aos indivíduos a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural e linguística, assim como a promoção da educação de outros, na procura e na assunção responsabilizadora de uma maior justiça e coesão social.

Não menos fundamental em todo este processo educativo é o enraizamento e enriquecimento dos valores culturais democráticos, éticos e morais comuns. É nestes valores que os indivíduos e a sociedade ancoram a sua identidade e dignidade. Este é um dos grandes objetivos que se deve privilegiar na consecução de qualquer projeto educativo. Em suma, com todos estes pressupostos estruturantes, a função social da escola torna-se em si mesma uma finalidade.

Neste sentido, a função social da educação, de um modo geral, é a de promover a mobilidade social e consequentemente universalizar as oportunidades. Neste paradigma, a educação assume uma natureza axiológica. A escola obrigatória, laica e universal surge neste contexto como um processo de pertença social. A sua existência tem de ser consignada como um direito fundamental.

Assim, o direito à educação, ou seja, a educação para todos, consagrado nas sociedades contemporâneas, aponta os cidadãos como naturalmente os primeiros responsáveis pelo direito à educação das crianças e jovens à sua responsabilidade. Contudo, são os estados, jurídica e politicamente, os primeiros responsáveis pelo cumprimento do direito à educação e consequentemente pelo desenvolvimento da função social da escola. Como afirma Reis Monteiro, são eles os autores e primeiros destinatários do Direito internacional em geral e, portanto, do Direito internacional da educação que subscreveram e ao qual se obrigam.

Numa sociedade em mutação e na assunção da sua identidade profissional, os professores devem conceber-se como profissionais do direito à educação e da comunicação pedagógica, salvaguardando desta forma o superior interesse do aluno, como um dos valores fundamentais na construção da sua profissionalidade.

A igualdade de oportunidades de acesso e sucesso para todos, ou do sucesso escolar generalizado, conceito transparente pela própria semântica das palavras, constitui-se como um direito a garantir pelo Estado, até ao nível da entrada dos jovens no mercado de trabalho (12 anos de escolaridade, atualmente), assim como o acesso a um currículo comum para todos os alunos, independentemente da sua origem social, económica ou cultural e, não menos importante, providencia a frequência da mesma escola por todos esses alunos.

A escola pública tem como missão, promover um ensino de qualidade, assim como reclamar que a simples aquisição dos saberes não basta. É preciso colocá-los ao serviço de competências ligadas a práticas sociais. Torna-se necessário aprender a mobilizá-los, servindo-nos deles para afrontar a complexidade do mundo e para tomar decisões que possam contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

Claro que não é de ignorar o papel que pode caber ao ensino particular e cooperativo, desde que devidamente enquadrado no que para este nível se preceitua na LBSE. Ao mesmo tempo que estabelece, no seu artigo 37º, que “compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (sublinhado nosso), reconhece noutra artigo (54º), como especificidade, que o ensino particular e cooperativo se rege “por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei”.

Fica assim evidente o carácter prioritário das responsabilidades do Estado na Educação e o papel supletivo de algumas respostas, sempre com carácter complementar, do ensino privado.

Do histórico da elaboração desta lei, em 1986, consta aliás a recusa da Assembleia da República da época em incluir um aditamento proposto pela direita que pretendia que “o Estado assegure ao ensino particular e cooperativo a igualdade de tratamento em relação ao ensino público”. Sintomático! Passados 29 anos, a mesma direita viria a retomar esta pretensão no quadro da auto-designada “Reforma do Estado”.

Na agenda política neoliberal, a escola assume-se como uma instituição prestadora de um serviço educativo, onde o modus operandi é de que quase tudo pode ser mercantilizado, continuando este pressuposto a encontrar terreno político fértil para a sua disseminação no nosso sistema educativo.

A concessão de serviços, a subcontratação e outras formas de transferência de competência para entidades privadas de tipo empresarial, foram algumas das primeiras expressões dessa visão, aplicada às nossas escolas. É de sublinhar, quanto a isto, que a defesa da oferta pública se faz, também, pela exigência de qualidade que não pode estar dependente de qualquer critério de lucro.

Prosseguindo, compete a cada um de nós, de uma forma clara e informada, tomar uma posição sobre a asserção da Educação: ou se entende a mesma como um bem público ou como um produto de consumo, não ignorando que a primeira nos remete para a posição de cidadãos, enquanto a segunda para a de consumidores. Numa análise política de malha fina, importa salientar as relações que estas posições estabelecem e de que formas são apresentadas aos indivíduos.

Na esteira de Roger Dale, assumimos que as dicotomias políticas existentes entre um sistema educativo enquanto serviço público e a prestação de um serviço privado são expressas, por um lado, na universalidade de ter direito a bens e serviços de igual valor; por outro lado, pelo fornecimento de serviços e bens cujo valor social depende da sua relação com outros congéneres e cuja posse classifica e estratifica os seus destinatários. Também existem diferenças substantivas na natureza das tarefas, nas finalidades, nos valores de referência e no significado dos serviços prestados pelas instituições. O serviço público, quando instituído, não tem como objetivo o lucro.

A diferenciação pelo mérito e a competição estão a consolidar-se como questões fundamentais para os grupos sociais dominantes. Foi no desenvolvimento deste processo que se impuseram formas de controlo e de monitorização do sistema educativo. Estas são visíveis e concretizam-se através da avaliação (exames nacionais generalizados a todo o sistema educativo), da gestão escolar, de rankings estabelecidos a partir dos resultados dos exames, bem como de modelos de avaliação das escolas que têm vindo a ser seguidos.

Com o objetivo de se afirmarem, neste contexto, muitas escolas têm vindo a celebrar parcerias com entidades privadas que passam a intervir com influência nas suas decisões. De facto, o recurso a avaliadores do sucesso (associações, empresas, fundações), recorrendo a instrumentos de medição por si gerados (provas, questionários, etc.) ou à produção de relatórios instrucionais, tem servido para potenciar exercícios de poder das direções, degradar relações laborais e até desvalorizar o papel dos professores. De igual modo, a orientação de proximidade ou a complacência para a promoção de ofertas privadas de ensino em estabelecimentos públicos contribuem também para um promíscuo quadro de intervenção direta (nomeadamente em órgãos de direção) de interesses concorrenciais da oferta que o Estado tem de garantir e defender.

Cumprir lembrar que a LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), ainda em vigor, no seu artigo 2º, ponto 2, refere que é do Estado a responsabilidade de “promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”.

Contudo, as políticas continuadas e de consolidação ideológica dos últimos governos, que consagram a competição, a excelência, e os resultados a qualquer custo, significam um efetivo aprisionamento da conceção democrática da escola pública por uma política colonizadora de carácter mercantilista.

Foi neste contexto sociopolítico que nos foi imposta a Revisão da Estrutura Curricular do XIX Governo Constitucional (PSD/CDS), e, portanto, o currículo como construção histórico-cultural não fica imune às mudanças em marcha. Convém, no entanto, recordar que o currículo não é neutro, é fundamentalmente determinado pelas opções políticas dos estratos sociais dominantes.

Deste modo, e assumindo que o currículo é mais do que a apresentação seletiva do conhecimento, mais do que um plano tecnológico altamente estruturado, que não se esgota nos conteúdos a ensinar e a aprender, isto é, na dimensão do saber, mas que se amplia às dimensões do ser, do formar-se, do transformar-se, do decidir, do intervir e do viver e conviver com os outros, a revisão apresentada e consumada não permitiu uma discussão aprofundada e alargada no tempo com aqueles a quem cabe o desafio profissional quotidiano de “fazedores do currículo”, em contextos cuja diversidade sociocultural impera – os professores.

Partindo, ainda, do pressuposto de que o currículo é um projeto antropológico de crenças, valores, atitudes e saberes que configuram um sistema, uma estrutura que procura alicerçar a aprendizagem, conceber o currículo desenraizado deste quadro conceptual de intervenção é esquecer que ele faz parte de um todo cultural e que as suas responsabilidades não são só educativas, mas também sociais.

A revisão curricular do XIX Governo Constitucional, de Nuno Crato, ainda em vigor, assume a liberdade dos professores no desenhar do currículo, a qual se esgota perante a prescrição dos exames nacionais (exceto os exames dos 4.º e 6.º anos de escolaridade, já anulados), assim como na pressão dos resultados académicos e dos rankings das escolas; uma outra, intrinsecamente ligada aos exames e rankings referidos, apresenta os métodos de ensino como a centralidade da ação profissional dos professores, ou seja, é na técnica do processo de ensino que reside a resposta à pressão dos resultados, sendo-lhes desta forma imputada a total responsabilidade para o sucesso dos alunos, como se os contextos socioculturais nada significassem na vida de todos os intervenientes do processo de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, se esta não foi a realidade proposta, de que serviu acabar com a gestão flexível do currículo?

A política curricular diz respeito a um conjunto de princípios educativos e curriculares, de regras e de estratégias que visam definir e orientar a oferta educativa. Neste



# 12.º Congresso Nacional dos Professores



sentido, a política curricular é a política que representa a expressão de uma legitimidade e de um poder relacionados com tomadas de decisão sobre a seleção, a organização e a avaliação dos conteúdos de aprendizagem. Por este facto, a FENPROF entende que qualquer alteração nesta área deve ser sempre precedida de uma ampla discussão pública e social.

Não assumindo este princípio, as alterações curriculares emanadas pelo XIX Governo Constitucional, PSD/CDS, foram apenas baseadas em conceitos abstratos. O que está subjacente por detrás dessas definições, não é a de um aluno concreto, é a de um aluno médio abstrato. Um aluno médio, uma escola média, uma turma média, um professor médio, etc.

Na esteira de João Formosinho, o que deve ser tido como importante é que a escola se organize pedagogicamente para todos e para cada um, o que implica que a questão da diferenciação pedagógica seja clara e assumida, isto é, que se possa partir para uma diferente organização pedagógica. Colocar a organização pedagógica da escola (uma gramática organizacional com mais de 150 anos e desenhada a partir da escola de elites) como uma discussão importante a realizar, contribuiria muito para uma mudança que se quer positiva e real nas escolas, independentemente das continuidades políticas educativas verificadas.

Ficou patente que o tempo que acabamos de viver não foi o tempo orientado para as solidariedades, da formação dos indivíduos cooperativos e solidários. Nos últimos anos, como resultado das mutações que têm vindo a acontecer na esfera social e política, com as inevitáveis consequências económicas, a educação tem vindo a ser progressivamente sujeita aos desideratos do mercado de trabalho e pouco mais tem sido do que um instrumento de legitimação de uma divisão social desigual, com a crescente instrumentalização da educação ao serviço do recurso humano, organizado, gerido, valorizado, desclassificado, reciclado e, dado o caso, abandonado em função da sua utilidade para o emprego.

Vive-se hoje um tempo político novo. Um tempo e uma janela de oportunidade. Um tempo em que o carácter competitivo, individualista e alienado, marcado pelo hiperconsumo, pela mercantilização de qualquer bem ou serviço, pela intolerância e pelo conflito, obriga a um plano ambicioso para a educação, que se afigura tão necessário quanto urgente. A escola não pode deixar de responder a estes desafios neste novo contexto político, onde as expectativas são altas. É tempo de exigir o regresso a uma profissionalidade crítica e reflexiva, onde a autonomia individual e os processos criativos, conjugados com corredores de liberdade individual, sejam cada vez mais e maiores.

A valorização da função social da escola

pode ser promotora, e até estimuladora, de processos democráticos de transformação social em tempo de globalização.

Neste processo, várias preocupações emergem: que caminho deve a escola seguir num mundo que se mediatiza e globaliza? Como superar a crise em que se encontra, enquanto instituição potenciadora e promotora de igualdade de oportunidades para todos, vivenciando uma crise económico-financeira profunda quer a nível nacional, quer global? Como reorientar a educação no sentido de uma sociedade mais global, sem perder a especificidade nacional? Que educação para o século XXI? Qual o papel da escola constantemente confrontada com desafios a que não pode responder sozinha, ao mesmo tempo que é solicitada para missões que não lhe competem?

A FENPROF apresenta, de uma forma totalmente aberta e visando a necessária e ampla discussão que tais matérias devem ter, a possibilidade de os ciclos de ensino virem a organizar-se de outra maneira, em vez dos atuais “quatro-dois-três-três-ensino superior”. Impõe-se discutir a organização da escolaridade obrigatória, hoje de doze anos. Por exemplo, há que equacionar se a existência de um ciclo de ensino de dois anos na primeira metade deste percurso mantém a oportunidade que foi considerada em 1986, aquando da aprovação da LBSE, ou se, pelo contrário, haverá vantagem em homogeneizar a duração destes ciclos, pensada a articulação entre eles, a sua sequencialidade e a diferenciação pedagógica que se lhes venha a atribuir.

A FENPROF defende também a implementação de políticas públicas de educação de adultos, nas suas vertentes formais, não formais e informais, que permitam, definitivamente, afastar o espectro do analfabetismo e das baixas taxas de qualificação dos portugueses. Tais políticas necessitam ser continuadas, fator fundamental para a sua eficácia, o que não tem acontecido no nosso país.

Desde o 25 de Abril, poucas vezes se assistiu a um real investimento nacional nesta área. Excluindo o generoso envolvimento das mais diversas organizações sociais e da Direção Geral da Educação Permanente, em 1974 e 1975, apenas nos finais dos anos 90 com a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos e, posteriormente, com a Iniciativa Novas Oportunidades, se desenvolveu uma política coerente envolvendo assinaláveis meios. Práticas inovadoras, reconhecidas internacionalmente, foram colocadas no terreno, tendo obtido meritórios resultados.

Mau grado uma evidente deriva, mais recente, do conceito da educação de adultos para uma visão “utilitarista”, perseguindo a “empregabilidade” e a “adaptabilidade ao mercado” propostos pela Aprendizagem ao Longo da Vida – seguindo o modelo em voga

nas instâncias europeias, fornecedoras dos meios financeiros disponíveis –, na primeira década deste século assistiu-se a uma inédita participação popular nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. Um milhão e trezentos mil adultos inscreveram-se e cerca de quatrocentos e dez mil obtiveram uma certificação. Cerca de sessenta mil concluíram cursos de educação e formação. Não são resultados a desprezar. As justas críticas a algumas perversões do modelo institucionalizado não podem fazer esquecer os evidentes méritos.

Infelizmente, a partir de 2011, suspensa que foi a iniciativa Novas Oportunidades, o esforço do Estado para continuar a ultrapassar os reconhecidos défices nacionais quase desapareceu. Importa, portanto, exigir ao XXI Governo uma atenção especial para com a educação de adultos, criando as condições para que se concretize uma das políticas públicas mais necessárias no país, corrigindo erros do passado recente (como a denominada “deriva vocacionista”). O Programa do XXI Governo, apostando em “Investir na educação de adultos e na formação ao longo da vida”, dá um passo positivo ao voltar a dar a visibilidade necessária à educação de adultos.

Concluindo, a escola que desejamos é uma escola atenta ao conhecimento e aos processos da sua transmissão. Uma escola onde se aprende a aprender, a pensar, a avaliar, a protestar, a desconfiar do nosso etnocentrismo, das nossas certezas, a conviver e a ouvir os outros. Uma escola onde se aprende a aprender, a pensar, a avaliar, a protestar, a refutar o etnocentrismo, a questionar as nossas certezas, a conviver e a ouvir os outros. Uma escola que procure harmonizar o nosso interesse com o interesse coletivo e a apreciar o valor da democracia e dos direitos humanos. Em suma, uma escola que possa promover a articulação da vida escolar com a vida fora dela.

### **Gestão escolar e democracia**

A gestão democrática das escolas esteve sempre no caderno reivindicativo da FENPROF porque as questões relativas à autonomia, direção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das escolas – pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima de escola.

As alterações legislativas introduzidas nesta área, particularmente a partir de 2008, representam um grave retrocesso no funcionamento democrático das escolas. A concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, inibindo as práticas democráticas colegiais e até os processos eleitorais, ou a limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa, são sinais de um novo paradigma: o gerencialismo na educação escolar.

O impacto negativo do atual modelo é

cada vez mais sentido nas escolas, sendo frequentes situações de abusos de poder que levam a um crescente sentimento de insegurança e de medo. A situação só não é mais grave porque as características pessoais de alguns diretores ainda vão conseguindo contrariar a natureza do modelo e as práticas que favorece.

Sete anos passados sobre a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, torna-se por demais evidente que muitos dos problemas que as escolas hoje enfrentam estão relacionados com a sua organização e gestão. A construção de um outro regime de direção e gestão das escolas torna-se, assim, um objetivo reivindicativo da maior importância para os professores e para a FENPROF.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. É pela prática democrática e através do exercício de direitos essenciais como a participação e a eleição, que se vive a democracia. As crianças e os jovens são socializados – ou não – para os valores da democracia, da cidadania, do diálogo, da participação, através da vivência numa organização onde estão cada vez mais anos da sua vida. A democratização do governo da escola deve, por isso, ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

A elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão (de topo e intermédia) são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal. E a FENPROF considera que a assunção destes princípios é absolutamente decisiva para a promoção de uma escola pública e democrática. Uma escola que não é democrática no seu funcionamento e organização não educa para a democracia.

A participação e a democracia são também valores fundamentais no ensino superior. Contudo, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) publicado em 2007, ao pretender dificultar algumas práticas menos conformes ao interesse público, caiu no polo oposto. Este diploma veio limitar drasticamente a participação, designadamente no que respeita à colegialidade dos órgãos académicos, reduzindo muito os seus poderes e o número dos seus membros e facilitando a instauração de formas de gestão de pendor autocrático, desconformes com as condições para o exercício da liberdade académica, coartando a iniciativa individual e coletiva, bem como a criatividade, essenciais às missões do ensino superior.

## **Descentralização e autonomia**

Algumas das distorções do modelo atual de direção e gestão (educação pré-escolar e ensinos básico e secundário) ficaram, de resto, patentes no recente processo de delegação de competências para as autarquias

ao abrigo do Programa Aproximar Educação (PAE). Um processo em que os professores foram totalmente colocados à margem e em que os diretores foram os principais interlocutores das autarquias, em detrimento dos conselhos gerais, que supostamente teriam de dar parecer positivo, mas cuja posição foi ignorada, sempre que da votação resultou a rejeição do modelo.

Esta situação desmonta a retórica incosequente da autonomia das escolas, que alegadamente o PAE pretendia reforçar – ideia paradoxal, num quadro em que as autarquias passam a intervir nas áreas curricular, pedagógica e de gestão de recursos, com as escolas a perder ou a partilhar com os municípios competências que anteriormente estavam na sua esfera de decisão.

A FENPROF denunciou o secretismo que caracterizou a negociação e assinatura de contratos interadministrativos de delegação de competências com quinze municípios, assim como a ausência de uma discussão séria e ponderada sobre o conteúdo e as implicações dessa contratualização (ao nível do financiamento da educação pública, da gestão pedagógica e curricular e da gestão do pessoal docente). Inaceitável é a dupla tutela que deixará a escola entre o poder concentrado do centro e o poder municipalizado, numa espécie de centralismo local. Ou, ainda, que a transferência para os municípios seja feita, em parte, com as competências que hoje estão atribuídas à escola.

Em consulta nacional, por voto secreto, os professores portugueses disseram “não” à municipalização da educação (98% dos votos expressos). Neste contexto, a FENPROF defende a suspensão deste projeto-piloto, alertando para os riscos associados à municipalização da educação: o acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios; o descomprometimento do Estado em termos de financiamento e responsabilidades sociais; um maior controlo sobre as escolas; o aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, a FENPROF exige que qualquer processo de transferência de novas responsabilidades para o poder local seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas da comunidade educativa. Um debate que garanta o envolvimento das escolas e dos professores, valorizando as suas posições e os seus contributos. E deve ser enquadrado por uma ideia que reflita os caminhos e as condições para a descentralização administrativa do país.

O programa do XXI Governo Constitucional (p. 109) afirma “promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo, enquanto elementos indispensáveis para que as escolas e os agrupamentos possam trabalhar num clima que lhes permita

estar mais focados no que os alunos têm que aprender”. Refere ainda que “é fundamental consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências até agora concentradas no Ministério da Educação, com reforço da legitimidade e da responsabilidade dos seus órgãos de administração e gestão. Este esforço tem como elemento fundamental a consolidação da autonomia pedagógica das escolas e dos professores”.

A FENPROF tem reafirmado que a valorização da escola, como espaço organizacional dotado de autonomia, só é possível num quadro de descentralização da administração educativa, considerando que enquanto esta se mantiver fortemente centralizada, a autonomia das escolas continuará a ser sistematicamente contrariada, quer por uma regulamentação excessiva, quer por práticas de ingerência da administração. Destas, releva-se a imposição administrativa de mega-agrupamentos de escolas – um exemplo paradigmático da prevalência de critérios economicistas sobre critérios de natureza pedagógica e uma opção de ordenamento da rede que urge corrigir, apesar de esta matéria estar totalmente ausente do programa do novo governo para a Educação.

Descentralizar é transferir poderes (competências e meios) do nível central para outros níveis do sistema. Neste sentido, importa clarificar que competências devem ser descentralizadas e para que órgãos. A FENPROF defende há muito a transferência de competências para o nível local e para a escola e, a estes dois níveis, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária.

No que toca ao nível local, a Federação defende a criação de conselhos locais de educação (CLE), estruturas onde os municípios têm um papel importante mas não determinante. Estes CLE são órgãos locais de administração educativa, de representação ampla e pluralidade de interesses, com competências próprias (por exemplo, a organização da rede escolar e a definição das áreas vocacionais a adotar no ensino secundário ou das componentes curriculares locais). Não são órgãos de tutela das escolas – são instâncias privilegiadas de territorialização das políticas educativas nacionais e espaços de encontro das escolas de uma determinada área, que aí devem poder articular e potenciar projetos educativos que, autonomamente, cada uma concebe, desenvolve e avalia.

Ao nível da escola, a FENPROF defende a existência de um órgão de direção forte, a que chama conselho de direção, constituído por representantes de todos os intervenientes diretos na vida escolar (professores, funcionários, alunos e pais/encarregados de educação), com poderes no domínio

das decisões de política educativa e de orientação pedagógica. Para a Federação, a gestão escolar deverá estar subordinada ao poder democrático do órgão de direção.

Concretamente, e em paralelo com as competências que deverão ser transferidas para o nível local, a FENPROF defende que as escolas têm que dispor de uma efetiva autonomia em áreas essenciais e que, nesse âmbito, devem, nomeadamente, poder:

- Tomar decisões curriculares, tendo em conta os contextos sociais, culturais e económicos e a sua adequação ao nível pedagógico e administrativo (sem pôr em causa o currículo nuclear nacional);

- Definir o seu modelo de organização, com vista ao desenvolvimento dos seus projetos educativos e dos processos de ensino-aprendizagem, de modo a que estes promovam a consecução dos objetivos gerais e específicos aprovados pelas escolas;

- Definir a composição e as competências das estruturas de gestão intermédia;

- Decidir sobre a organização dos espaços, tempos, e números de alunos por turma;

- Definir e gerir os créditos horários destinados ao desenvolvimento de projetos e ao desempenho de cargos, incentivando a colegialidade e a cooperação;

- Elaborar as suas regras internas de funcionamento, assumindo o regulamento interno como um instrumento ao serviço das opções expressas no Projeto Educativo de Escola.

No que toca concretamente à gestão pedagógica, a FENPROF entende o conselho pedagógico como o centro nevrálgico da pedagogia. E de pedagogia deve tratar quem sabe – os docentes. Assim, este órgão será composto por educadores e professores, entre os quais se encontrará o seu presidente por um processo de eleição, assim como os seus elementos constitutivos que devem ser eleitos pelas estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica. Antes de mais, importa clarificar a separação e complementaridade entre direção e gestão escolares, com a segunda subordinada à primeira, garantindo, desta forma, a prevalência de critérios pedagógicos e científicos sobre critérios administrativos ou quaisquer outros.

O conselho pedagógico é encarado como uma secção do conselho de direção, e se é o órgão de direção pedagógica da escola, então será responsável pela definição do modelo de organização do processo de ensino-aprendizagem, nomeadamente o tipo, as competências e a composição das estruturas pedagógicas intermédias, tornando o seu funcionamento menos burocrático, reforçando a coordenação pedagógica e a articulação curricular e adequando-o à realidade de cada comunidade educativa. Deverá, ainda, competir ao conselho pedagógico a flexibilização e a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos.



**A Educação tem de ir muito para além da leitura, da escrita e do cálculo, devendo para tal adotar métodos de aprendizagem que favoreçam o reforço da justiça, da equidade social e da solidariedade, não esquecendo, para isto, o desenvolvimento de todas as capacidades – também capacidades físico-motoras e aptidões artísticas, incluindo-se aqui o cumprimento do programa curricular específico no 1.º ciclo.**

Quanto ao conselho de gestão, será composto por uma equipa eleita de professores, a quem cabe realizar a gestão quotidiana das escolas nos domínios pedagógico, administrativo e de pessoal, no respeito pelas orientações do órgão de direção, cujas decisões lhe cabe executar e fazer executar.

A FENPROF defende que na autonomia das escolas não devem estar implicadas:

- A contratação dos docentes pelas escolas (ou pelos municípios). A situação de enorme instabilidade a que estão ainda sujeitos milhares de docentes ver-se-ia agravada num contexto de arbitrariedade e falta de transparência e equidade.

- A livre seleção dos alunos pelas escolas. O Estado tem a obrigação, constitucionalmente consagrada, de organizar uma rede pública de educação que permita aos alunos frequentar uma escola próxima da sua residência. Se isso não for garantido, é o próprio direito à educação que é posto em causa.

- A dotação global de um orçamento às escolas, que inclua despesas com pessoal. Sendo necessária uma maior intervenção das escolas na determinação dos seus orçamentos, assim como uma maior flexibilidade na gestão das verbas relativas às despesas correntes e de capital, a atribuição desta dotação global, sobretudo no quadro de suborçamentação a que as escolas estão sujeitas, criar-lhes-ia dificuldades acrescidas, por um lado porque poderiam vir a ter que equacionar dispensar pessoal para poder fazer

face a outras despesas, e por outro porque teriam que afetar mais recursos humanos à gestão financeira, acabando por prejudicar o desenvolvimento de trabalho na vertente pedagógica.

- A atribuição às escolas de personalidade jurídica para efeitos de recurso a créditos bancários, numa lógica de autofinanciamento. Independentemente das receitas próprias que algumas escolas já hoje conseguem obter, sublinhamos a responsabilidade do Estado no financiamento da rede pública de educação e ensino.

É comumente aceite que é necessário reforçar a autonomia das escolas. Importa, contudo, clarificar o conceito de autonomia – quando falamos de autonomia falamos de poder de decisão, de democracia e de participação? Ou apenas da possibilidade de as escolas executarem de forma mais ou menos criativa decisões centrais? Ou ainda da desregulação do sistema público de ensino e da sua privatização?

A autonomia das escolas não é uma questão técnica, é uma questão essencialmente política. Por isso, as medidas de reforço da autonomia podem assumir diferentes objetivos e modalidades de concretização, em função das perspetivas políticas que as sustentam.

São estas perspetivas que têm que ser discutidas, no quadro de um projeto político nacional e dos princípios fundadores da Escola Pública, como um bem comum: a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a promoção do sucesso educativo de todos. E por isso a FENPROF afirma que se pode defender a autonomia das escolas, recusando a desresponsabilização do Estado em matéria de educação e ensino, recusando a desregulação da oferta pública nacional de ensino, recusando um sistema de recrutamento de professores arbitrário e pouco transparente e recusando a desregulamentação da profissão docente e a restrição de direitos essenciais à sua dignificação e indispensáveis ao desenvolvimento da escola como um espaço mais autónomo, livre e democrático.

Cabe aqui, por inteiro, ainda uma referência às instituições do ensino superior. A pretexto da “consolidação orçamental”, foram-lhes impostas fortes restrições à sua autonomia administrativa e financeira nestes últimos anos, levando algumas universidades a pretenderem transformar-se em fundações com regime de direito privado, como forma de tentarem libertar-se, alegadamente, do “espartilho” da burocracia do Estado. Trata-se, ao mesmo tempo, de um engodo para justificar, a prazo, uma ainda maior redução da responsabilidade do Estado, designadamente, pelo seu financiamento, e uma confissão de impotência política da tutela para conseguir que sejam salvaguardadas a nível da política governamental as condições para garantir uma gestão eficaz e eficiente, às instituições

do ensino superior, sem que tenham de abandonar o regime público, dando assim cumprimento ao estabelecido na CRP.

## Perfil profissional docente

No momento de viragem política que se vive em Portugal, é indispensável que apareça, no primeiro plano da inversão de caminhos que urge começar a percorrer, a necessidade de uma identidade profissional docente centrada no reconhecimento do insubstituível papel dos professores, enquanto agentes de mudança e co-construtores de um melhor futuro.

É nos momentos decisivos que se devem tomar as grandes decisões. Tenhamos a coragem, pois, de afirmar que não há futuro para a educação neste país sem que os professores se voltem a sentir entusiastas do conhecimento, condutores de aprendizagens significativas dos seus alunos e dinamizadores de um espaço-escola cooperativo e empenhado na formação dos cidadãos responsáveis que o país precisa.

A desqualificação da profissão docente tem sido um objetivo carregado de intencionalidade dos políticos neoliberais que nos governam há (demasiados) anos. Contar com docentes obedientes, submissos, conformados, sujeitos a uma burocracia asfixiante e facilmente comandados tanto por tutelas próximas como distantes e que não suportam quaisquer rasgos de autonomia pessoal ou coletiva, é um desígnio claro destas políticas retrógradas que procuram, já sem disfarces, a elitização dos sistemas educativos.

Há que dizê-lo frontalmente e sem subterfúgios – elitizar os sistemas educativos públicos é a fórmula mais curta para o caminho da sua privatização. Os professores devem perceber que, também por esta via, estão a ser instrumentalizados e o que deles espera quem tal promove é, tão só, a complacência perante tais desígnios.

Como a FENPROF sempre defendeu, a par de todas as movimentações progressistas na área, a Educação não pode nunca ser equacionada como se de uma mercadoria se tratasse. Por isso mesmo, a FENPROF rejeita a subordinação da educação a uma lógica mercantil.

A situação difícil que vivemos em Portugal, acentuada pela crise económico-financeira iniciada em 2008 e pelas políticas ultraliberais de que o XIX Governo Constitucional (PSD/CDS) é exemplo paradigmático, têm contribuído para uma cada vez maior degradação da Escola Pública, tornando-a distante do que Riccardo Petrella considerava como “um local onde se constrói o laço social, onde deve elaborar-se a democracia da vida”.

A escola tem de voltar a ser uma instituição social de referência e, para isso, é fundamental assumir, quer do ponto de vista social quer político, que os professores são parte indispensável da argamassa com que se constroem as suas paredes. Estes professores, indispensáveis à escola do fu-



**A escola pública tem como missão, promover um ensino de qualidade, assim como reclamar que a simples aquisição dos saberes não basta. É preciso colocá-los ao serviço de competências ligadas a práticas sociais. Torna-se necessário aprender a mobilizá-los, servindo-os deles para afrontar a complexidade do mundo e para tomar decisões que possam contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.**

turo, só poderão ser professores motivados, confiantes na sua preparação e capacidades, usufruindo da autonomia pedagógica inerente a esta profissão.

Claro que autonomia pedagógica não significa individualismo mas, bem pelo contrário, cooperação, entajuda, participação e partilha, com os seus pares, dos saberes que todos têm e devem ser colocados ao serviço de projetos exigentes que visem as aprendizagens de qualidade a que todos os seus alunos têm direito.

A FENPROF sabe que esta forma de estar na escola e na educação está nos antípodas do professor funcionário que os neoliberais projetaram, impulsionaram e tentaram estabelecer como facto consumado e irreversível. O que não avaliaram devidamente foi a capacidade de resistência de muitos professores a este diktat, que, insubmissos, conscientes e organizados em torno de sindicatos representativos e combativos, se mostram dispostos a percorrer outros caminhos.

No nosso país, o poder quase discricionário da direita, levou a cabo uma ofensiva legislativa que procurou deixar raízes inamovíveis de um pensamento retrógrado da educação e dos educadores que a concretizam. É tempo de demonstrar que nada é inamovível e que é possível inverter os caminhos seguidos. A FENPROF afirma convictamente que tal é necessário e possível.

É essa possibilidade que, depois de assumida, deve ser trabalhada ao nível de

propostas concretas que apontem para a reversão das medidas constrangedoras do perfil profissional docente que a FENPROF defende.

Uma dessas medidas é o modelo de avaliação do desempenho docente atualmente em vigor. Pensado para ser, antes de tudo, um colete de forças da autonomia e criatividade dos professores, tal modelo aposta tudo na burocratização de processos, no controlo férreo da atividade docente, no alimentar de posturas subservientes perante um poder hierárquico de proximidade assente na uni-pessoalidade da gestão escolar, em suma, em funcionarizar os professores ao limite.

Este estatuto de funcionário obediente e servil, implementado pelos poderes políticos dos últimos anos, é encarado pela FENPROF como absolutamente impeditivo do desempenho autónomo, criativo e responsável dos professores nas respostas que só a sua autoridade profissional pode encontrar para elevar a qualidade da educação no país e melhorar as aprendizagens e o sucesso dos nossos alunos.

Reverter esse sistema de avaliação do desempenho docente é imprescindível e constitui uma das principais exigências da FENPROF nos tempos que correm.

No ensino superior, onde a avaliação do desempenho dos docentes se realiza com base em regulamentos aprovados pelas instituições, para além dos riscos de falta de objetividade, imparcialidade e equidade, há ainda o risco de uma grave limitação da liberdade académica dos docentes, devido a tentações para padronizar o seu trabalho na docência, na investigação e na extensão, por via do que se valoriza mais e do que se deixa de valorizar, ou se valoriza menos, com graves prejuízos para o cumprimento cabal e equilibrado de todas as dimensões da atividade dos docentes.

Em paralelo com aquela exigência de reversão, coloca-se também uma outra de grande alcance, relativa à definição do horário de trabalho que os professores estão obrigados a cumprir. Também nos últimos anos se acentuou a sobrecarga de trabalho que impende sobre estes. Ela é resultante da incorreta definição do que é trabalho letivo e não letivo, do “afogamento” em tarefas burocráticas e reuniões excessivas, da sujeição a discricionariedades hierárquicas de vários tipos, de uma exposição social agressiva, debilitante e cansativa e, não menos, da não contratação dos docentes necessários para substituir os que saem por motivos diversos (da aposentação à não renovação de contratos derivada de cortes orçamentais, como sucede, por exemplo, nas instituições de ensino superior).

Recorper toda a arquitetura de suporte ao quotidiano profissional docente é uma urgência para o relançamento da qualidade do que se ensina e aprende nas nossas escolas e que a FENPROF coloca em primeiríssimo

plano das urgências legislativas do novo governo de Portugal.

Há ainda uma outra área do sistema educativo que urge regressar a uma certa normalidade, que já teve, antes da fúria neoliberal que nos assolou, que é a de se conseguir retomar a lógica de dotar os quadros das escolas do número suficiente de profissionais necessários ao cumprimento da sua insubstituível função social. Referimo-nos, naturalmente, à afetação de professores às escolas e às regras de concurso para que isso ocorra.

Não equacionando sequer a arbitrariedade e o compadrio de colocações ao nível de escola, a normalidade só será restabelecida a partir de um redimensionamento dos quadros de escola de acordo com as suas reais necessidades, de concursos públicos que respeitem a graduação profissional dos docentes que a eles se sujeitam, que garantam a anualidade da sua realização ao mesmo tempo das garantias de estabilidade laboral e fixação dos professores a escolas de dimensão humanizada, e não megaempresas educativas que desincentivam o trabalho cooperativo e solidário de profissionais estimulados para dar o seu melhor.

No ensino superior, o RJES e os atuais estatutos das carreiras docentes, universitária e politécnica, consagram normas que definem valores mínimos para lugares de carreira, face ao número dos docentes convidados, bem como de efetivos mínimos nas categorias mais elevadas e, no caso do ensino politécnico, também de especialistas. O facto é que tais normas não têm sido cumpridas. Entre outros efeitos, isto tem levado à não renovação dos corpos docentes, cuja idade média já é elevada, dificultando ou impedindo a continuidade do nível já conseguido de produção científica e pedagógica em importantes áreas do saber, com graves prejuízos para o país.

A identidade profissional docente é uma construção, permanente e sempre inacabada, cuja vitalidade beneficia muito de um acreditar e sentir a profissão, apanágio de quem se sente estimulado.

Os professores querem ser exigentes, rigorosos e empenhados no seu trabalho e, para isso, dispensam claramente tutelas autoritárias, venham de onde vierem, sempre cerceadoras da liberdade de pensamento, bem como do livre exercício da sua atividade.

Só com docentes qualificados, motivados e integrados em escolas e agrupamentos de dimensão humana aceitável, se poderá atingir uma educação de qualidade e de sucesso para todos. Com este pressuposto, a FENPROF defende:

- A valorização e dignificação do papel do professor junto da comunidade educativa e da opinião pública em geral, pelo que importa redefinir, nesse sentido, e cumprir os estatutos de carreira;

- A criação de condições de estabilidade

do pessoal docente nas escolas, rejeitando a cultura do descartável e valorizando o papel da comunidade escolar na consecução de escolas de qualidade e, no caso do ensino superior, atribuindo aos docentes as condições previstas na lei para a aquisição do doutoramento (dispensa de serviço docente e isenção de propinas);

- A criação de equipas multidisciplinares de intervenção em áreas como a saúde, o serviço social, o apoio psicológico, etc., que permitam aos professores e educadores centrarem o seu empenho no ensino e na educação, não se dispersando por múltiplas tarefas burocráticas e inúmeras funções que outros técnicos podem executar com melhor preparação.

## CAPÍTULO 3

### A importância do sindicalismo e da sindicalização num tempo que continua a ser dos sindicatos

#### Uma breve referência à história do sindicalismo em Portugal

Com o 25 de Abril, os trabalhadores portugueses reconquistaram, ou alcançaram mesmo, importantes direitos negados ao longo de quase meio século. Constituem património da nossa democracia e fundamentos importantes do regime constitucional. Um deles é o da liberdade de exercício da atividade sindical.

É inegável a importância dos sindicatos. Através da sua ação e a dos seus associados, têm assumido um papel central na resistência e no combate à crescente ofensiva contra os direitos sociais e as condições de vida dos trabalhadores. Esta ofensiva vem sendo acompanhada de uma poderosa ação ideológica que visa incutir as ideias de inevitabilidade face às regras impostas pelos mercados e a de que o neoliberalismo, expressão mais extremada do capitalismo, seria o caminho – o “único” caminho –, num tempo em que a luta de classes restaria, tão só, como memória do passado. A precariedade e os baixos salários passariam a ser a moderna matriz das relações laborais, num tempo histórico em que a estabilidade e o “emprego para a vida” já não teriam razão de existir. A aceitação deste “inevitável caminho” teria como contrapartida, também única, o emprego.

A importância do sindicalismo para a classe trabalhadora está bem patente na sua capacidade de resistência, apesar dos duros ataques movidos contra os sindicatos. Os

trabalhadores compreendem a importância do sindicalismo na defesa dos seus direitos e interesses, daí que se tenham frustrado as expectativas de quantos previam que os sindicatos não iam resistir ao virar do milénio. Mais do que uma previsão, esse foi um desejo de alguns que, no entanto, não viram concretizado.

Em Portugal, a organização sindical de classe surgiu após 1873, com a criação da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, que passou para plano secundário a finalidade mutualista do associativismo, à época existente. A vertente reivindicativa do associativismo passou a prevalecer, o que não agradou ao poder monárquico.

Com a implantação da República, em 1910, sindicatos e sindicalistas continuaram a ser perseguidos. Da calúnia à prisão, a tudo foram sujeitos por essa sanha persecutória. Em 1914 assiste-se a algum alívio da pressão exercida sobre os sindicatos e é nesse ano que se constitui a União Operária Nacional (UON). Promovia um sindicalismo de classe. Porém, as divisões internas e os conflitos no seio da própria UON eram fortes, o que fragilizou o movimento. Em 1919, a UON viria a dar origem à Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Depois do golpe fascista de 28 de maio de 1926, a perseguição dos sindicalistas conhece um novo recrudescimento e em 1933, com a aprovação do estatuto do trabalhador nacional, os sindicatos de classe são extintos.

Apesar de todas as perseguições, nunca os trabalhadores baixaram os braços. Embora o confronto fosse difícil, dado o caráter violento do poder, continuaram a lutar, surgindo novas formas de organização da ação e luta sindicais. Momento marcante dessa luta clandestina mas organizada foi a revolta dos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, em 1934. A partir de meados do século passado, algumas direções sindicais eleitas pelos trabalhadores passaram a ser efetivamente representativas.

Momento muito alto da história recente do sindicalismo em Portugal ocorreu em 1970, no dia 1 de outubro: a criação da Intersindical Nacional. A Intersindical Nacional deu um insubstituível contributo à luta contra o fascismo, tendo sido muito importante na criação de condições para um dos mais importantes acontecimentos da história do nosso país: o 25 de Abril de 1974.

Já em pleno período revolucionário, realiza-se o 1.º Congresso da Intersindical (25 a 27 de julho de 1975) que aprova os seus primeiros estatutos e programa de ação. Em 1977 (27 a 30 de janeiro) tem lugar o Congresso de Todos os Sindicatos em que participam 1.147 delegados em representação de 272 sindicatos, 13 federações e 17 uniões. Era criada a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN). Com a consolidação da

democracia, a CGTP-IN reforçou-se como organização verdadeiramente representativa dos trabalhadores em Portugal.

Se a organização sindical de todos os trabalhadores portugueses tem uma história vibrante e riquíssima de ação e luta, a organização sindical dos professores não lhe fica atrás e deve orgulhar todos os docentes e investigadores portugueses pela ação que desenvolveu, pelos objetivos reivindicativos que colocou e pelo conceito de sindicalismo que adotou. Em tempo de grandes divisões políticas, que também se faziam sentir no seio do movimento sindical, os sindicalistas conseguiram sempre encontrar objetivos unificadores da luta dos professores e dos investigadores científicos.

Já então a luta era considerada a forma adequada de obter resultados positivos. Em 1905, por exemplo, é publicado o decreto da Reforma do Ensino Secundário que introduz importantes alterações à de 1901. Tais alterações resultavam dos veementes protestos de toda a comunidade educativa, nos quais os professores tinham assumido um importante papel. Face aos resultados obtidos, o presidente da comissão dos liceus do país escreve que "No nosso país, só pela luta acalorada e forte é que podemos triunfar através dessa massa de indiferentes, ineptos e amorfos que nada produzindo têm o riso alvar dos inconscientes e daqueles que não têm no cérebro uma ideia por mais disparatada que seja, nem uma iniciativa seja de que género for. Os governos só cedem em Portugal por meio do protesto unânime, eloquente dos que sofrem...".

Fixando-nos no período posterior à implantação da República, em 1911, no Porto, é criado o Sindicato dos Professores Primários de Portugal que já introduz nas suas principais preocupações a defesa dos interesses sócio profissionais dos professores. Em 1912 é criada a Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, que defende a democratização do associativismo, abrindo-o a todos os professores, sejam ou não permanentes, tanto dos liceus como das escolas industriais. Em 1918, surge a Liga Nacional do Professorado Primário Português que rompe definitivamente com o modelo mutualista e se enquadra numa conceção claramente identificada com os princípios do sindicalismo de classe. Ainda neste ano de 1918, na sequência da Reunião Magna de Aveiro, são dados os primeiros passos para a criação da mais importante organização sindical de professores da Primeira República: a UPPPOP – União do Professorado Primário Oficial Português.

A UPPPOP constituiu-se, em congresso, em 20 de junho de 1918, cria um jornal, o "Professor Primário", que será editado até 1932 e na sua primeira reunião extraordinária, em Coimbra (agosto de 1918) propõe um entendimento com a União Operária Nacional (UON) para "reclamar o levantamento da



escola primária como primeiro baluarte da emancipação dos povos". Em 1919 participa no Congresso de Coimbra da UON, onde esta se transforma em Confederação Geral do Trabalho (CGT).

A UPPPOP luta pelo emprego, num momento em que o desemprego atinge 30% dos 9.000 professores de então; luta por uma aposentação digna (aos 25 anos de serviço, com os vencimentos e melhorias existentes à altura da aposentação); luta contra a municipalização do ensino primário; debate temas, nos seus congressos, como "Os horários escolares em face dos estudos feitos sobre a fadiga intelectual"; exige que se reduza o número de alunos por turma que chegavam a atingir os 50.

Esta postura esclarecida e reivindicativa levou a que o governo tivesse ameaçado proibir o congresso da UPPPOP, de 1920, que, no entanto, acabou por se realizar em Coimbra. Em 1924, no congresso realizado em Braga, a UPPPOP aprova a possibilidade de filiação de docentes do ensino infantil, de professores das escolas normais e escolas primárias superiores e de inspetores. Passa a designar-se por União do Professorado Primário Oficial do Ensino Geral e Infantil.

Já depois do golpe de 28 de maio, em 1926, realiza-se o último congresso da União e é sob ameaça de prisão que, em janeiro de 1927, tem lugar a última reunião do seu Conselho Federal.

Também por serem bastante menos, a organização e a atividade dos professores liceais era mais reduzida. A direção da Associação do Magistério Oficial só em 1925, por pressão de professores de vários liceus, retoma a atividade que praticamente tinha desaparecido e em 1927, no Porto, são aprovados os estatutos da Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses

Em 23 de setembro de 1933, por força do artigo 39.º do decreto n.º 23.048, os funcionários públicos são proibidos de se

associarem, todas as organizações de professores são extintas e, durante mais quarenta anos o fascismo que se abateu sobre o povo português provocou muitas vítimas, mas, ainda que clandestina, a luta nunca parou.

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, surgem movimentações de professores que se organizavam em torno dos designados Grupos de Estudo. Em 1970 surge, em Lisboa, o Grupo de Estudos dos Professores Eventuais e Provisórios, que exige o pagamento das férias e a recondução em serviço. Os Grupos de Estudo estendem-se ao Norte, Centro e Sul. Em 1971 transformam-se em Grupos de Estudos dos Professores do Ensino Secundário (GEPDES) para, dois anos mais tarde, se alargarem aos do Ensino Preparatório.

Para além de debates e tomadas de posição, estes GEPDES, que são fruto da chegada à profissão de jovens que viveram as intensas lutas académicas dos anos 60, promovem vários abaixo-assinados que recolhem inúmeras adesões. Em 1971, são 480 subscritores de posição sobre a situação dos professores provisórios e eventuais; em 1973, mais de duas mil assinaturas exigem o pagamento de 12 meses de salário; ainda nesse ano, mais de 3.500 protestam pelas dificuldades resultantes dos baixos vencimentos; no início de 1974 são 8.000 assinaturas a exigir melhorias salariais, face ao aumento do custo de vida e a equiparação a outras profissões.

Entretanto, ainda no início de 1974, os GEPDES são equiparados pelo governo a associação secreta, o que motivou o protesto, em abaixo-assinado, de 1.500 professores. Esta equiparação colocou sob ameaça de prisão os seus dirigentes. Nestas lutas, alguns futuros dirigentes sindicais assumiram papel relevante. Foram os casos, por exemplo, de António Teodoro, que viria a ser presidente do SPGL e primeiro secretário-geral da FENPROF, eleito em 1983, ou de António José Costa Carvalho, primeiro diretor da

revista “O Professor”, que seria membro fundador do SPN.

Logo após o 25 de Abril de 1974, são criados os Sindicatos de Professores, cujos primeiros e principais dirigentes são oriundos dos GE. O desvirtuamento da vida sindical, o seu afastamento das escolas, a adoção de uma prática sindical contrária aos interesses dos professores e, como corolário dessa prática antissindical, a adesão à UGT por parte do SPZC e do SPZN, levaram a que os professores das regiões centro e norte constituíssem, em abril e novembro de 1982, respetivamente, o SPRC e o SPN. Rapidamente estas organizações sindicais tornaram-se as mais representativas das suas regiões.

Em abril de 1983 foi constituída, em Congresso, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) que, 33 anos depois, continua a ser a maior e mais representativa organização sindical de docentes em Portugal.

### A importância do sindicalismo

Enquanto Portugal se democratizava, no mundo assistia-se, de forma paulatina e absolutamente programada, ao avanço de um processo de globalização que, como afirma António Avelãs Nunes (2013), deve ser entendido como “um projeto político levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do pensamento único, assente nos dogmas do neoliberalismo”. Acrescenta Avelãs Nunes que “O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.../... é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é a ditadura da burguesia, sem concessões. Mais especificamente: a ditadura do grande capital financeiro”.

É neste trajeto inaceitável, traçado pelos neoliberais, que hoje nos encontramos. Nele, tudo é posto em causa, quando se trata do trabalho e dos trabalhadores. Descartáveis, são meros recursos que garantem a criação da riqueza que o capital acumula. Para melhor os controlar, o capital fá-los viver, permanentemente, sob ameaça e chantagem que aumentam de cada vez que, descontentes com a exploração a que estão sujeitos, lutam pelos seus direitos.

Quando os sindicatos reclamam estabilidade, direitos e salários dignos para quem trabalha, logo o poder político de que o capital se serve afirma que eles, com tais exigências, condenam os trabalhadores ao desemprego. Com um discurso hipócrita de

alegada defesa dos trabalhadores, lançando incertezas em relação ao seu futuro, aquele poder político impõe, então, normas cada vez mais desfavoráveis a quem trabalha. É um serviço que presta ao poder económico e financeiro que o domina e de quem, mais tarde, espera o devido reconhecimento.

O recurso a esse tipo de chantagem sobre as pessoas foi fundamental para que, a partir de certa altura, as políticas de direita impostas por diversos governos, por iniciativa própria ou a soldo da troika, deixassem de merecer a contestação que se esperaria. O brutal aumento do desemprego e da precariedade e a redução dos rendimentos da generalidade dos portugueses não teve toda a contestação necessária porque também a ameaça do desemprego passou a pairar sobre todos. Foi, mesmo, recuperada a velha ideia fascista de que sempre vale mais um mau emprego do que nenhum, sendo que, neste caso, “mau” significa sem direitos, sem estabilidade, sem salário condigno.

Não há muito tempo, no final de 2015, no âmbito do debate sobre o aumento do salário mínimo, o presidente da direção da COTEC Portugal (Associação Empresarial para a Inovação) afirmava que “todos queremos que as pessoas tenham salários condignos, mas, acima de tudo, queremos que tenham emprego”. É este o discurso do patronato e da direita: o emprego vale por si, ainda que o salário não seja condigno e, no caso português, haja muito quem trabalhe para ser pobre, já que o seu rendimento líquido situa-se abaixo da linha que estabelece o limiar da pobreza. Há professores nestas condições, nomeadamente muitos que trabalham em horários incompletos ou em atividades de enriquecimento curricular, pagos de forma indigna.

É esta denúncia que os sindicatos continuam a fazer, é este combate pelos direitos de quem trabalha que os sindicatos continuam a assumir, é dessa luta por salários condignos que os sindicatos jamais desistirão. Mas é ainda – e essa é a matriz do sindicalismo em que a FENPROF se revê – a luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente justa que, para ser alcançada, exige uma profunda transformação social, política, económica e cultural. A FENPROF assume tal matriz sindical combativa e transformadora. É o projeto sindical que faz falta aos trabalhadores e é nele que mais se reveem, daí ser essa a sua principal opção sindical.

Percebe-se que esse modelo de sindicalismo incomode os que pretendem governar ao serviço de interesses contrários aos dos trabalhadores. Alguns governantes deste jaez, tentando ocultar a sua opção de classe, chegam a afirmar que não concebem uma sociedade sem sindicatos; “não são é destes”, como explicou, um dia, em entrevista, uma ex-ministra da Educação de Portugal. Mas estes são os sindicatos que fazem falta aos trabalhadores.

Questionou um dia John Dewey (professor e filósofo do início do século XX): “Qual seria, hoje, a condição dos trabalhadores e das trabalhadoras, se não houvesse sindicatos?”. E concluía: “Basta colocarmos a questão para saber que estaríamos a contemplar uma grande tragédia”. Um século depois, a reflexão não perdeu atualidade.

Para a FENPROF, a mudança não se faz apenas com luta. Esta deverá perseguir objetivos e estes deverão assentar em propostas devidamente fundamentadas, a apresentar às entidades empregadoras e ao poder político. Para a FENPROF, as propostas não se deverão limitar a aspetos de ordem socioprofissional, reafirmando, neste 12.º Congresso, um princípio fundamental de sempre: tudo o que respeita à Educação e à Ciência interessa aos professores e aos investigadores; tudo o que interessa aos professores e aos investigadores, respeita à sua organização sindical mais representativa.

A concretização deste princípio implica que a FENPROF continue a intervir sobre todas as questões que respeitam à organização e funcionamento das escolas e também dos sistemas educativo e científico, à sua gestão, às questões curriculares, à formação dos professores, à ação social escolar, ao financiamento dos sistemas públicos de educação e da ciência, à concretização dos princípios da educação inclusiva... E, claro está, implica que intervenha em relação às questões socioprofissionais e também no plano da ética e da deontologia profissional, não deixando por mãos alheias ao interesse dos docentes e investigadores a tomada de posição nestes domínios.

A FENPROF afirma-se com esta intervenção diversa; a FENPROF impõe-se com a apresentação de propostas concretas que resultem do debate que promove com os professores e com os investigadores; a FENPROF reforça-se com a luta dos docentes e investigadores em torno das suas propostas, convertidas em objetivos reivindicativos. Os tempos são adversos, mas o sindicalismo não perde importância por isso. Pelo contrário, reforça a sua importância, enfrentando a adversidade com coragem e com alternativas.

### A importância da sindicalização

Ilustre-se com o que se verificou em relação aos docentes, da educação pré-escolar até ao ensino secundário, no setor público. No último triénio, o número de docentes no sistema desceu acentuadamente: quase 22%. No entanto, entre saídas de associados e novas entradas, o decréscimo de sindicalizados nos sindicatos da FENPROF limitou-se a cerca de 5%. Num contexto difícil, tem-se verificado, assim, a acentuação da taxa de sindicalização na profissão.

É um reforço importante de representatividade, tanto mais que chegou a admitir-se uma quebra significativa, tendo em conta que estes três anos que distam do con-

# 12.º Congresso Nacional dos Professores



gresso anterior foram de enorme sacrifício financeiro para os trabalhadores. Neles, o governo PSD/CDS manteve o congelamento das carreiras, os cortes salariais e impôs um enorme aumento de impostos. Como acima se refere, também reduziu de forma drástica o número de docentes no sistema, recorrendo a mecanismos como as rescisões, a requalificação, a aposentação antecipada ou, no caso dos professores contratados, a não renovação ou a não celebração de novos contratos. No total, foram mais de trinta e dois mil professores afastados da profissão, aos quais haveria de acrescentar docentes de outros setores, bem como investigadores, todos eles também representados pela FENPROF.

A importância da sindicalização, tal como se referiu antes em relação ao sindicalismo, também já era tema de reflexão de John Dewey: “Por que é que se pertence a uma organização de professores deste tipo, em vez de simplesmente a uma de outro tipo? Há necessidade de uma organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum. E que, ao representá-los, represente também a proteção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e, com isso, reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. Estávamos no início do século passado, mas também aqui se constata a impressiva atualidade do pensamento do pedagogo que, em coerência, também foi sindicalista empenhado.

A importância de ser sindicalizado avalia-se, também, na razão direta dos ataques dirigidos aos sindicatos, sobretudo pelas entidades patronais, por governos que estão ao serviço do capital e por comentadores com eles coniventes. Com o sindicato, os trabalhadores organizam-se na elaboração de propostas e também no desenvolvimento da luta; com o sindicato, a negociação e a contratação ganham um carácter coletivo que dá força aos trabalhadores pois, isoladamente, estariam em situação de grande fragilização face ao poder político e à entidade patronal.

O sindicato é o conjunto dos trabalhadores que representa. Desses, alguns são eleitos para assumirem a sua direção, mas o sindicato não se resume aos dirigentes ou delegados sindicais eleitos. O sindicato são todos os que nele se encontram filiados, estendendo-se a muitos que influencia na tomada de posição e na luta. Mas o sindicato ganha sempre mais força com a sindicalização. Porque representa mais trabalhadores; porque garante mais recursos para o desenvolvimento da ação; porque aumenta a diversidade do grupo profissional que representa.

Os professores são, em Portugal, um dos grupos profissionais com mais elevada taxa de sindicalização. O mesmo acontece

se compararmos o nível de sindicalização dos docentes portugueses com o de boa parte dos países europeus. A FENPROF é, com grande destaque, a organização mais representativa, porque é nela que se revê a grande maioria dos docentes, sendo provavelmente essa a razão por que nunca o poder aceitou levar por diante processos de medição da representatividade que fossem consequentes.

A FENPROF, contudo, não se dá por satisfeita, devendo colocar a sindicalização no topo das preocupações. Essa é condição para o seu reforço. O campo para a sindicalização é muito largo. Há baixas taxas de adesão, por exemplo, no ensino particular e cooperativo e no ensino superior e na investigação, apesar de, ultimamente, estes terem sido dos setores em que se verificou maior crescimento; sem esquecer que, também nos outros setores do ensino público, em todos os níveis de educação e ensino, ainda há muitos docentes para juntar a este já imenso coletivo.

Sobre o futuro dos sindicatos e a importância de ser sindicalizado, José Paulo Serralheiro escrevia, em 2008, o seguinte: “Está longe o fim dos sindicatos. Tão longe que uma parte importante dos trabalhadores nem sequer ainda se deu conta que ser parte de um sindicato é uma condição da sua cidadania e uma necessidade do seu processo de libertação”. Compete-nos, junto dos docentes e investigadores, levá-los a tomar consciência dessa condição e dessa necessidade.

### O tempo dos sindicatos

O tempo continua a ser dos sindicatos. Nesse sentido, torna-se indispensável reforçar a organização sindical nas escolas e nos centros de investigação científica. Como afirmou a CGTP-IN no seu congresso, em 2012, “A força dos sindicatos tem a sua raiz nos trabalhadores unidos e organizados nos locais de trabalho, tenham eles vínculo efetivo ou precário, em torno dos seus interesses comuns, e mobilizados para defenderem, promoverem e efetivarem os seus direitos e lutarem pelas suas legítimas aspirações e por melhores condições de vida e de trabalho. Os Sindicatos reforçam-se através da capacidade de representarem todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas profissões e os vínculos de trabalho, e de defenderem e organizarem os desempregados na luta pelo emprego e pela segurança social”.

É nas escolas e nos centros de investigação científica que se organiza a vida sindical, pois é nos locais de trabalho que nasce e se desencadeia a ação reivindicativa e se afirma a capacidade de resposta do sindicato aos problemas concretos dos trabalhadores. É também aí, nos locais de trabalho, que se sindicaliza, se elegem os delegados sindicais e se encontram os quadros que, no futuro, dirigirão a organização.

“

**É uma enorme responsabilidade dos sindicatos e da FENPROF contribuir para devolver a esperança aos professores, educadores e investigadores, para afastar o medo do seu quotidiano, dar-lhes confiança na sua força e capacidade de, com a luta, alcançarem resultados positivos para si, para a Escola Pública, para a Ciência e para o país. Não é tarefa fácil, mas é fundamental e o atual quadro político nacional, sendo mais favorável, poderá contribuir para levar a bom porto esse exaltante trabalho.**

A capacidade de luta, a eficácia da ação sindical e a sua influência, o combate contra as tentativas de limitar a liberdade de ação sindical medem-se e travam-se no local de trabalho. É nas escolas e nos centros de investigação científica que tem de se centrar a atividade sindical, pois é lá que os dirigentes têm um permanente contacto com a realidade concreta que deverão dominar, devendo, do trabalho direto com os professores e investigadores, fixar as reivindicações e as prioridades a dar aos objetivos reivindicativos.

Esta forma de intervenção, próxima de quem o sindicato representa, não se pode substituir por qualquer outro tipo de desenvolvimento da ação sindical. Esta intervenção é a que distingue a FENPROF de outras organizações que atuam no campo sindical e é este tipo de trabalho nas escolas e nos centros de investigação científica que os professores e os investigadores reclamam, queixando-se quando, em sua opinião, passa demasiado tempo sem que o sindicato aí marque presença. Para além das reuniões formalmente convocadas, o contacto poderá passar por pequenos encontros a realizar, por exemplo, nos intervalos ou permanências na sala de professores, em diálogo com os colegas presentes.

A ação sindical a desenvolver nos locais de trabalho, para além de contar, de forma insubstituível, com o trabalho de dirigentes e delegados sindicais, terá de ser com-

plementada com formas diversificadas de comunicação e contacto, designadamente através de meios eletrónicos adequados, de informação e propaganda escritas.

Se estes processos permitem estabelecer a comunicação interna à profissão e à Escola, já no plano de uma ação mais ampla, que se pretende que extravase a profissão e o setor da educação, o trabalho com os órgãos de comunicação social é fundamental. A FENPROF deve manter uma relação próxima com os órgãos de comunicação social e os seus profissionais. Esta ação, combinada com a anterior, contribui para fortalecer a organização e só uma FENPROF forte terá capacidade para promover o debate, para erguer propostas e organizar a luta sempre que a mesma se torne necessária.

Problema sentido pela nossa organização é o do rejuvenescimento dos quadros. Não por falta de jovens sindicalizados, mas porque o seu vínculo precário, a instabilidade que vivem, as colocações em localidades muito distantes da sua residência habitual e o desemprego que afeta mais de 30.000 professores – dos quais cerca de 12.000 já deixaram de se candidatar a um contrato –, bem como muitos investigadores, levam ao afastamento, não necessariamente do sindicato (estão associados aos sindicatos da FENPROF cerca de cinco mil professores desempregados e outros tantos contratados a prazo), mas da atividade sindical regular.

Aquele é um problema que não é exclusivo das organizações sindicais, mas da própria profissão e que se reflete nos sindicatos. Por exemplo, hoje é relativamente raro encontrar um professor com menos de quarenta anos de idade a trabalhar nas escolas. O envelhecimento da profissão é um problema que tem de ser enfrentado, mormente porque não aceitamos ver desperdiçada toda uma geração de jovens detentores de uma formação atualizada mas que são, simplesmente, arredados do sistema.

Para a FENPROF, os sindicatos de professores que a integram – SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA e SPE – são os elementos fundamentais da organização. São eles que determinam a sua implantação e ação junto dos professores, educadores e investigadores de todo o país e também no estrangeiro. A FENPROF tem sido um importante espaço de consenso e convergência em torno das grandes questões da ação reivindicativa, das propostas a apresentar ao governo e às entidades empregadoras privadas, da ação e da luta a desenvolver no plano nacional e da intervenção sindical no plano internacional. Simultaneamente, tem sabido garantir e respeitar a identidade e a representação regional dos sindicatos, sendo eles que continuam a dar resposta organizada a problemas concretos e especificidades com que se deparam nas respetivas regiões.

Para que, nos setores dos docentes e investigadores, a FENPROF continue a

afirmar-se como organização sindical de referência e para que a sua ação seja tão eficaz quanto possível, é indispensável investir numa cada vez melhor intervenção dos seus quadros. Nesse sentido, há que dar atenção à quantidade, mas também à qualidade dos quadros sindicais, o que exige a sua eleição com regularidade e através de processos reconhecidamente democráticos, a sua adequada formação, não apenas no plano político, mas igualmente em relação à história e natureza do movimento sindical unitário em que se integra a FENPROF.

A formação sindical deverá, ainda, incidir sobre dimensões da atividade internacional, na qual a FENPROF assume um papel importante, designadamente ao nível da Internacional de Educação (IE) e do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE). Há que lembrar que as políticas neoliberais, cuja tentativa de imposição atinge todo o mundo, ganharam maior expressão no nosso país após a intervenção do FMI, UE e BCE. Tais políticas são dirigidas por centros de poder transnacionais. O objetivo não pode ser substituir a ação que compete a cada organização desenvolver no seu próprio país – seria, até, incoerente delegar a nossa atividade em instâncias internacionais quando percebemos, no plano político, a importância de cada país exercer a sua soberania –, mas procurar articular respostas, trocar experiências, compreender melhor certas realidades nacionais à luz do que já se passou em outros países e, também, criar pressão e influenciar os tais centros de poder.

Uma última nota sobre as eleições legislativas realizadas em 4 de outubro. Deram origem a um novo quadro parlamentar que criou condições para inverter o caminho que tem sido percorrido por governos anteriores, onde o desmantelamento das funções sociais do Estado e o agravamento das desigualdades económicas e sociais estavam iminentes, onde o ataque à Escola Pública e a degradação do regime democrático estavam em curso. O novo quadro político, porém, não dispensa professores, educadores e investigadores de lutarem. De forma diferente, o que sucede com esta nova realidade política, assente numa maioria que se completa à esquerda do PS, é que estão criadas condições que poderão conferir uma nova eficácia à ação sindical, o que vai depender, não só do quadro político, mas muito da luta e da intervenção dos professores, educadores e investigadores.

Neste novo contexto, a mobilização não está magicamente facilitada. Tantos anos de tanta luta com resultados importantes, mas aquém do desejado e justo, fomentaram desânimos. Também a saída da profissão de muitos dos que mais se envolveram nas lutas e de toda uma geração que muito contribuiu para transformar um golpe de estado na Revolução de Abril, não ajuda na mobilização. Da mesma forma, o desemprego, a preca-

riedade, a permanente ameaça em relação ao salário, ao vínculo, ao resultado de uma avaliação menos justa ou, simplesmente, à prepotência de um superior hierárquico, têm consequências na capacidade de reivindicar e de lutar dos docentes e investigadores que é preciso ter em conta e superar.

É uma enorme responsabilidade dos sindicatos e da FENPROF contribuir para devolver a esperança aos professores, educadores e investigadores, para afastar o medo do seu quotidiano, dar-lhes confiança na sua força e capacidade de, com a luta, alcançarem resultados positivos para si, para a Escola Pública, para a Ciência e para o país. Não é tarefa fácil, mas é fundamental e o atual quadro político nacional, sendo mais favorável, poderá contribuir para levar a bom porto esse exaltante trabalho.

Num quadro de tanta responsabilidade e tamanha exigência, coloca-se a necessidade de continuar a adotar uma postura ofensiva na apresentação de propostas e na intensificação da ação reivindicativa. A luta não é a única via para a obtenção de resultados, mas é uma via insubstituível para a eficácia da ação sindical.

## **CAPÍTULO 4**

### **Uma FENPROF que deverá continuar a renovar-se, a melhorar a sua intervenção e a tornar-se cada vez mais representativa dos professores, educadores e investigadores**

**A**FENPROF é reconhecida como a maior, mais importante e mais representativa organização sindical de professores, educadores e investigadores em Portugal. Relativamente ao seu último congresso, realizado em 2013, a quebra de associados, no quadro da imposição de uma fortíssima diminuição de docentes e investigadores no sistema, foi de apenas 4,9%, cerca de 1/3 do que havia acontecido entre 2010 e 2013. Decrescendo a percentagem de associados substancialmente menos do que a do universo de trabalhadores representados, a representatividade da FENPROF voltou a reforçar-se, não obstante as circunstâncias muito difíceis do último triénio.

Mas, claro, não basta aumentar a representatividade, melhorando a taxa de sindi-

calização. É necessário aumentar, mesmo, o número absoluto de docentes e investigadores sindicalizados. A sindicalização é garantia de independência de uma organização que vive, como a nossa, apenas das receitas da quotização dos associados dos seus sindicatos. A reposição do valor integral dos salários e pensões e o descongelamento das carreiras, exigências que a FENPROF mantém, serão também relevantes para a consolidação da sua independência e para a intensificação da atividade.

A ação da FENPROF tem-se centrado em três eixos fundamentais, reafirmados nos anteriores congressos:

- Valorização da negociação e da contratação coletivas;

- Promoção da unidade dos professores e dos investigadores, desde logo a partir dos locais de trabalho e, quando necessário e possível, convergindo com outras organizações na ação e na luta;

- Convergência nas lutas com outros setores da vida laboral e social, privilegiando, desde logo, a CGTP-IN e os setores público e privado que a integram, mas estando também atenta às mais diversas iniciativas que ocorrem no plano social, avaliando, em cada momento, a possibilidade de participação nestes espaços.

No histórico da FENPROF e dos seus sindicatos, há importantes envolvimento em ações e movimentos sociais. Exemplo mais significativo encontra-se ao nível das manifestações pela independência de Timor Leste, que tiveram na FENPROF o pivô de toda a movimentação social desenvolvida. Há ainda a registar o envolvimento em iniciativas e ações em defesa da água pública, em defesa da Paz e contra as medidas de austeridade.

A FENPROF não deixará de dar a melhor atenção à natureza e aos objetivos dos diferentes movimentos sociais, de âmbitos mais gerais ou mais específicos, que vão surgindo em diferentes momentos políticos. Importante será, sempre, distinguir as convergências desejáveis dos fracionismos intencionais de que alguns deles possam ser portadores.

A FENPROF deverá manter-se disponível para debater as melhores formas de organização e convergência com outras organizações sindicais, designadamente da Administração Pública. Este é um setor extremamente atacado pelos governos, palco destacado de violentas políticas de austeridade, usado, muitas vezes, como “exemplo” para o privado. Há que encontrar, a este nível, as melhores respostas, formais ou informais, que, no respeito pelas normas de democraticidade de funcionamento e, também, de bom relacionamento entre as organizações, originem dinâmicas mais fortes, reforcem a ação sindical e respeitem a atividade específica de cada organização, definindo com rigor os âmbitos de interven-

ção. Esta reflexão deverá, inevitavelmente, partir de uma avaliação cuidada das diversas instâncias e níveis de organização em que a FENPROF participa e ter em conta a forte representatividade da CGTP-IN no vasto setor da Administração Pública.

### **Atividade internacional**

No plano internacional, a FENPROF tem vindo a reforçar a visibilidade e a intervenção.

Apesar de ser uma organização de um país pequeno, a FENPROF, pela capacidade de intervenção junto dos docentes e investigadores que representa, pelas posições e pelas convergências que, também no plano internacional, tem sabido construir, ocupa um lugar importante nesse contexto. Hoje, a FENPROF está presente no Comité Executivo Mundial da Internacional da Educação (IE), através da eleição da sua secretária internacional no último congresso da IE, bem como no Comité Executivo do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE)/IE Europa, o que confirma o reconhecimento que, através dos seus representantes na atividade internacional, merece por parte dos seus parceiros, em particular europeus, africanos e latino-americanos. Cabe, ainda, relevar neste plano a participação e intervenção da FENPROF, em conjunto com outras organizações sindicais europeias, no Alter Summit e nos Fóruns Sociais Mundiais.

Para a FENPROF, as prioridades para a atividade internacional mantêm-se: Europa, com um particular envolvimento na ação a desenvolver pelos países do sul, mas, cada vez mais, com relações importantes com países da Europa Central, do Norte e de Leste; países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com enfoque numa relação de solidariedade que tem tido expressão relevante em ações de formação sindical; América Latina, uma região em que o embate com o neoliberalismo tem sido particularmente agudo e onde, com alguns recuos, mas também com importantes avanços, têm sido obtidos resultados que interessam a toda a humanidade; a Palestina e a República Árabe Saharaui Democrática, cujos povos continuam a ser violentamente reprimidos por potências estrangeiras, mantendo a FENPROF, com eles uma empenhada solidariedade.

A FENPROF reafirma a sua condição de organização filiada na IE, no CSEE e na CPLP-Sindical de Educação. Pelas responsabilidades que assume em todas essas organizações, dará uma atenção cuidada à atividade a desenvolver no plano internacional, embora consciente das limitações financeiras que se colocam ao pleno desenvolvimento da mesma.

### **Aspetos relevantes da atividade e da organização da FENPROF**

No que respeita aos diversos níveis de organização do trabalho, a FENPROF assenta a sua

atividade em departamentos que preparam as decisões dos órgãos federativos, designadamente em relação às posições a tomar e às ações a desenvolver. Estas frentes e estes departamentos de trabalho são fundamentais à vida da FENPROF, à presença junto dos docentes e investigadores e à afirmação na sociedade portuguesa.

Relativamente aos níveis de organização para a intervenção político-sindical, desde logo, há que melhorar a atividade das frentes e departamentos já em funcionamento: Sistema educativo; Profissão docente; Formação; Direção e gestão das escolas; Municipalização; Concursos de docentes; Precariedade e desemprego; Setores de educação, ensino e investigação; Educação e formação de adultos. Justifica-se, ainda, a constituição de outros departamentos e frentes, bem como a organização de trabalho mais sistemático em relação a algumas áreas de preocupação. Visando esses propósitos, assinalam-se, de seguida alguns aspetos relevantes com eles relacionados.

- Inclusão. A inclusão é hoje um dos maiores desafios colocados à escola e diz respeito a todos e a todas. Passada a fase da integração, em que se universalizou o direito de todos frequentarem a escola pública, chega agora a fase da inclusão, impondo a criação de condições que garantam igualdade de oportunidades, não apenas no acesso, mas igualmente no sucesso escolar e educativo. Uma exigência que, sublinhe-se, é contrária ao sentido negativo e retrógrado das políticas desenvolvidas pela direita, sobretudo na anterior legislatura.

A concretização de uma política respeitadora dos princípios da educação inclusiva obriga a um investimento efetivo na Escola Pública, pois exige: melhores condições de trabalho nas escolas, designadamente no que concerne aos horários de trabalho; uma adequada organização pedagógica que, por exemplo, não é possível obter num contexto de mega-agrupamento; que os docentes sejam libertados da carga burocrática a que estão sujeitos, bem como de enfadonhas e inúteis reuniões, passando a disponibilizar mais tempo aos seus alunos; número de horas suficiente para dar resposta às necessidades de apoio de todos os alunos.

Acresce que dificuldades e limitações na sua atividade são problemas que afetam, não apenas alunos, mas também professores e trabalhadores não docentes das escolas. A todos terão de ser proporcionadas condições de trabalho que promovam os mais elevados níveis de qualidade no respetivo desempenho profissional. Nesta asserção, importa lembrar que, como se confirmou em encontro promovido pela FENPROF, muitos docentes, devido a limitações e dificuldades permanentes ou temporárias, confrontam-se com problemas acrescidos na atividade que desenvolvem.

Face ao que antes se afirma, justifica-se uma cada vez maior preocupação da FENPROF com as questões da inclusão, devendo esta estar presente em toda a sua ação e nas propostas que apresenta. A importância da inclusão justifica ainda que a FENPROF se envolva na promoção de iniciativas, podendo fazê-lo em parceria com outras organizações, tais como desenvolvimento de projetos, debates ou publicação de documentos, contribuindo, dessa forma, para que a escola se torne num efetivo espaço de inclusão.

- Ética e deontologia profissionais. É oportuno o aprofundamento do debate sobre ética e deontologia das profissões docente e de investigador. Depois de anos muito difíceis em que foram negados tantos direitos e condições inerentes aos respetivos exercícios profissionais, chegamos a um tempo que deverá ser de reconstrução. Reconstrução de duas profissões que nunca perderam referências, mas que também nunca conseguiram a afirmação plena que os seus papéis sociais reclamam.

Em momentos de mais forte ataque à profissão docente, é recorrente surgir quem defenda que uma "ordem" contribuiria para unir os professores, aumentar a sua capacidade reivindicativa, o seu prestígio, e que esse seria o caminho para estabelecer um código de ética e deontologia profissional docente. Mas a criação de uma ordem, para além de estranha à sua natureza, seria mais um fator de divisão e de novas e desnecessárias tutelas sobre a profissão. Os professores não precisam de uma instância desse tipo para defender – ou para lhes impor – o que concerne à ética e à deontologia. Há, aliás, uma ética e uma deontologia historicamente construídas, assumidas e respeitadas pela classe docente.

A FENPROF e os seus sindicatos têm sido e continuarão a ser espaços de análise e discussão das questões da ética e da deontologia da profissão, conscientes que da sua clara assunção também beneficia a imagem social dos professores, algo que só ilusoriamente seria melhorado pela eventual criação de uma ordem. O mesmo sucede em relação aos investigadores.

Os professores e os investigadores não necessitam que, sobre si, se ergam novas tutelas que os fiscalizem, controlem e cerceiem espaços de exercício autónomo da profissão. O que faz falta é que, de facto, seja reconhecida a sua autonomia profissional, num tempo em que já estão cercados e sobrecarregados com normativos que burocratizam a profissão e em que são evidentes propósitos de os reduzir "a uma condição de vassalagem intelectual", voltando às palavras de John Dewey que assim se referia a uma indesejada situação dos professores. Não precisam de mais instâncias de poder que exerçam sobre si novas formas de controlo e que imponham mais diretivas sobre os seus comportamentos morais e éticos.

“

**A sindicalização é garantia de independência de uma organização que vive, como a nossa, apenas das receitas da quotização dos associados dos seus sindicatos. A reposição do valor integral dos salários e pensões e o descongelamento das carreiras, exigências que a FENPROF mantém, serão também relevantes para a consolidação da sua independência e para a intensificação da atividade.**

A FENPROF rejeita a ideia de que a resolução dos problemas dos docentes e dos investigadores passa pela criação de instâncias de caráter corporativo. Enquanto organização mais representativa desses trabalhadores, é incontornável o papel da FENPROF em relação às questões da ética e da deontologia, pelo que estas questões passarão a constituir uma frente de trabalho que, adequadamente organizada, levará ao indispensável aprofundamento da reflexão. Tal, permitirá a apresentação de propostas que contribuirão para uma revisão positiva dos estatutos de carreira e profissional dos docentes e investigadores portugueses.

- Ensino Particular, Cooperativo e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Este é um departamento que já existe, mas que deverá ganhar maior destaque no conjunto da atividade desenvolvida pela FENPROF, como a seguir se verá.

Muitas vezes, quando reclama políticas que defendem a escola pública, há quem considere – e os operadores privados fazem passar essa mensagem, na ânsia de afastarem os professores da organização sindical que melhor os defende – que a FENPROF está a colocar-se contra os professores do ensino particular e cooperativo. Nada mais falso. Aliás, os últimos anos foram demonstrativos disso mesmo: as alturas em que a Escola Pública é mais atacada e a condição dos seus profissionais mais regride, são aquelas em que mais são postos em causa os direitos e as condições de trabalho dos docentes das escolas privadas; há uma correlação evidente, quanto à situação profissional dos docentes.

A FENPROF não só tem consciência dos problemas acrescidos dos professores do

ensino particular e cooperativo (incluindo os do ensino superior), à custa dos quais muitos patrões têm enriquecido, pondo em causa direitos profissionais e laborais, como tem vindo a desenvolver uma atividade crescente e reconhecida no setor. Uma atividade que é de especial importância para os docentes, num setor onde, lamentavelmente, o patronato tem contado com o apoio declarado das organizações da UGT para aumentar as condições de pressão e exploração sobre professores e educadores.

A luta por um contrato coletivo de trabalho para o ensino particular e cooperativo, que salvguarde os direitos dos docentes, continuará a ser prioridade da FENPROF neste setor em que serão, ainda, preocupações maiores a situação do ensino artístico especializado, a defesa do contrato coletivo de trabalho em vigor para os docentes das IPSS e a salvaguarda do acordo de empresa recentemente assinado com a União das Misericórdias, com o objetivo de que se converta em acordo coletivo de trabalho a ser aplicado a todas as Misericórdias. No caso das escolas profissionais, a FENPROF empenhar-se-á no sentido de que, finalmente, seja negociado um contrato coletivo para os docentes que reflita a especificidade deste setor de ensino.

No ensino superior particular e cooperativo (ESPC) cerca de 75% dos docentes estão com contratos precários, trabalhando 2/3 a "recibo verde". Não existe acordo coletivo de trabalho devido à oposição da associação patronal. O diploma regulador do regime dos docentes e dos investigadores deste sector, que se encontra previsto no RJIES e que era já anteriormente mencionado nas várias versões do Estatuto do ESPC, nunca foi aprovado devido a falta de vontade política dos sucessivos governos.

Esta situação de enorme precariedade impede a constituições de corpos docentes estáveis e permanentes, que é outra das exigências do RJIES. A liberdade académica é, assim, posta em causa, o que tem facilitado o desrespeito pelas competências dos órgãos académicos e a falta de transparência dos procedimentos. Numa tal situação, torna-se difícil a denúncia interna de casos de tráfico de influências que põem em causa a qualidade e a validade na atribuição de certos diplomas, como se verificou em casos recentes que obrigaram a tutela a intervir.

- Atividade setorial e intersectorial. Foi opção da FENPROF, no seu 10.º Congresso, privilegiar a atividade intersectorial, tendo em conta, por exemplo, aspetos que se tornaram comuns nas condições de trabalho dos docentes dos diferentes setores, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Tal, contudo, não implicava a desvalorização da atividade setorial, como assinalou o congresso seguinte, em 2013. No entanto, as exigências de resposta coletiva que se colocaram a todos os docentes, num período de



ataques transversais à sua condição (direitos, salários, condições de trabalho e também no plano social), a par de políticas que procuraram derrubar alicerces fundamentais das funções sociais do Estado, acabaram por fragilizar as respostas setoriais.

Na segunda metade do último mandato, intensificou-se a vontade de retomar a iniciativa setorial, com a realização, por exemplo, do Encontro de Quadros da Educação Pré-Escolar, a Conferência Nacional do 1.º Ciclo, o Encontro Nacional de Docentes do Ensino Particular e Cooperativo, diversas ações no âmbito da educação especial e, também, com o reforço da ação sindical no ensino superior e na investigação. É necessário dar continuidade e mais energia à atividade setorial, sem deixar de a articular, no que for possível e desejável, intersetorialmente.

Na verdade, mesmo reconhecendo o que há em comum e que une todos os docentes, os problemas setoriais são sentidos de uma forma particularmente intensa por quem os vive. Haverá, até, uma predisposição para considerar que os problemas enfrentados por outrem, regra geral, serão de menor monta. Verdade, isso sim, é que não poucas vezes os ataques à condição profissional dos docentes, incluindo a degradação de condições de trabalho, são desferidos sectorialmente.

A unidade nem sempre se constrói fixando objetivos únicos em que se espera que todos se revejam. Como tal, há que reconhecer e tratar os problemas de cada setor, elaborar os respetivos diagnósticos, identificar a sua natureza e, a partir deste conhecimento, avançar com propostas e objetivos reivindicativos. Provavelmente, então, será mais fácil perceber que a natureza dos problemas é comum e radica nas políticas que são desenvolvidas, recomendando uma resposta convergente. A unidade constrói-se

em torno desta convergência.

Relativamente ao ensino superior e à investigação, as especificidades, por razões compreensíveis (formação, estatutos de carreira, condições de trabalho, quadro de autonomia das instituições, maior distanciamento em relação à ação sindical), são ainda mais vincadas. É indispensável manter respostas adequadas que esclareçam, dinamizem a participação e o debate e que mobilizem docentes e investigadores para estarem atentos e, quando necessário, participarem na luta sindical. Infelizmente, alguma da reação dos docentes e investigadores tem surgido já em momentos extremos, quando se torna muito difícil resolver os problemas.

Há que continuar a procurar as formas mais adequadas de intervir no setor do ensino superior e da investigação, tornando-se prioridade da ação da FENPROF a superação da evidente escassez de quadros sindicais que, então no caso da investigação, simplesmente não têm existido. O aprofundamento da reflexão, tanto em relação às formas de organização, como à definição de prioridades reivindicativas, deverá passar pela realização de uma conferência nacional no próximo ano letivo, em momento a determinar pelos futuros órgãos da FENPROF.

- Os casos específicos dos desempregados e aposentados. Referem-se, aqui, dois grupos que estão bem representados nos sindicatos da FENPROF, havendo milhares de sindicalizados nestas duas situações. Porém, tal não se tem refletido nos níveis de participação na ação sindical.

Do ponto de vista da organização, a situação é diferente em cada um dos grupos. No setor dos aposentados, existe organização e um número importante de quadros sindicais, o que contribui para frequentes tomadas de posição por parte da Federação, facilitando

o apelo à integração na vida e na atividade sindical. Pode dizer-se, mesmo, que nos últimos anos foram dados importantes passos na organização dos aposentados, o que já se foi traduzindo numa relevante – mas ainda insuficiente – capacidade de iniciativa, intervenção e luta neste âmbito.

Já no grupo dos desempregados, a situação é muito marcada pela falta de quadros. A ação desenvolvida a este nível assenta, essencialmente, em dirigentes que não se encontram em situação de desemprego, sendo manifestamente insuficiente o envolvimento daqueles que nela se esperaria implicar.

No caso dos docentes e investigadores desempregados, explica-se, em parte, que assim aconteça. Na maioria dos casos, por exemplo, são obrigados a procurar outras ocupações, muitas vezes com situações e horários que dificultam a ligação à atividade sindical. Também é sensível uma certa desvinculação com a profissão para que se qualificaram, mas da qual se veem afastados por força de políticas que geram precariedade, desemprego e enormes incertezas em relação ao futuro. Não é despendida, ainda, a influência da ofensiva ideológica que inculca apreciações negativas sobre os sindicatos, algo a que, não poucas vezes, os mais desprotegidos e descontentes se encontram mais vulneráveis.

Tudo isso exige da FENPROF a perseverança para que esses docentes e investigadores, mesmo não participando mais ativamente na ação sindical, sintam que ela também se lhes dirige, nomeadamente quando assume a exigência de rejuvenescimento da profissão, quando defende que as escolas e os centros de investigação devem ser dotados dos recursos humanos indispensáveis à satisfação das suas necessidades ou quando visa combater a precariedade laboral. Dentro daquela

perseverança, importa aprofundar o debate sobre as causas – políticas e ideológicas, de organização, de comunicação, de processos de trabalho, etc. – que subjazem à ainda insuficiente atratividade da intervenção sindical para muitos trabalhadores desempregados.

Para um caso e outro – aposentados e desempregados – a FENPROF deverá continuar, pois, a desenvolver uma ação que, para além de tomadas de posição, se destine a aumentar os níveis de participação na atividade desenvolvida.

No que respeita à organização interna da FENPROF, reafirma-se que é possível e necessário melhorar o funcionamento dos diversos departamentos já constituídos, deixando a este propósito algumas notas.

- Informação e Comunicação. São áreas fundamentais para a afirmação da FENPROF, do seu projeto e das suas posições. Revelam a ligação da FENPROF aos problemas da Educação, da Ciência e do país e visam a sua presença permanente, não só entre os docentes e investigadores, mas procurando alcançar toda a comunidade educativa e a sociedade em geral.

A informação e a comunicação são rosto, voz e presença da Federação. Um funcionamento menos eficiente a este nível dificultaria a divulgação pública da mensagem da FENPROF que se fortalece com a capacidade que tiver de projeção para o exterior.

A FENPROF é uma das organizações sociais e políticas que mais intervenção tem no plano da informação e comunicação, mediado pela imprensa escrita e audiovisual. Para isso contribui uma intensa atividade nos locais de trabalho, uma grande e persistente mobilização dos investigadores e dos docentes de todos os níveis de educação e ensino e a mediatização do seu secretário-geral. Porém, num mundo em que a comunicação assume um papel central na formação da opinião e na intervenção cívica, a programação, designadamente, dos canais de televisão generalistas, dominados por uma lógica de entretenimento, e os alinhamentos dos telejornais, como se sujeitos a uma lógica de “cartel”, tornam cada vez mais difícil assegurar que a mensagem e o recurso do movimento sindical à comunicação social de massas produza o efeito informativo desejado.

O controlo da informação por grandes grupos económicos, a produção de informação por agências que não são independentes, a dominação dos órgãos de comunicação social e das suas chefias editoriais pelo poder económico, que os detêm e financiam, criam obstáculos à produção isenta de informação.

Esse é um grande desafio que se coloca, hoje, ao movimento sindical unitário e à FENPROF em particular. Daí que o investimento em novas formas de organização e o recurso aos meios mais utilizados pelos cidadãos para obtenção e circulação de informação tenham de ser prioridades nos próximos anos – designadamente o correio eletrónico,

“

**A FENPROF, no triénio 2016-2019, tem condições para se fortalecer, para se renovar e rejuvenescer, para tornar mais eficaz a sua ação, para continuar a ser a organização de referência dos docentes e investigadores em Portugal.**

com a gestão adequada e integrada de listas de correio, as redes sociais e a renovação e permanente atualização da sua página eletrónica –, a par de uma atitude informativa ainda mais assertiva.

Nesta área da informação e comunicação, é necessário garantir a cobertura e divulgação de toda a intensa atividade desenvolvida pela FENPROF, no país e no estrangeiro; dar atenção aos temas que a comunicação social destaca, acautelando, sempre que necessário, a tomada de posição; garantir uma regular informação e uma comunicação eficaz junto dos professores (revista; informação atualizada em site ou pelo envio através do correio eletrónico; divulgação nas redes sociais...); valorizar a edição de materiais de informação direta (cartazes; tarjetas; múpis; pendões; desdobráveis-síntese; eventual recurso, em momentos especiais, a publicidade na comunicação social...); melhorar o contacto com a comunicação social, constituindo um gabinete de imprensa que promova iniciativas e tomadas de posição, e que seja um elo de ligação, sobretudo aos jornalistas da especialidade, bem como a sites e publicações de educação, sindicalismo ou outros temas de interesse para a ação da FENPROF; gerir ficheiros que facilitem a recuperação de tomadas de posição sobre os mais diversos assuntos.

Este departamento deverá, ainda, auxiliar a ligação a organizações nacionais e internacionais, quer produzindo e tratando informação da respetiva atividade, quer divulgando junto delas a atividade da Federação.

- Organização. É uma área em que a FENPROF poderá dar mais alguns passos.

O departamento assumiu as suas responsabilidades, sempre que foi chamado a envolver-se na organização de iniciativas e ações de luta, mas falta um nível de atividade interna, regular, que contribua para o reforço da própria FENPROF, o que passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos sindicatos nas respetivas regiões.

Da atividade a desenvolver neste âmbito interno deverá resultar a troca de experiências sobre aspetos de organização (relacionamento com os associados, campanhas de sindicalização ou procedimentos administrativos) e uma adequada articulação com outros

departamentos, nomeadamente o financeiro e o da formação.

- Ação Jurídica. Corresponde a um departamento de grande relevância para a atividade sindical. Deverá articular a ação de apoio aos associados que a ele recorrem, em todo o país, apoiar a direção sindical na contestação em tribunal de procedimentos violadores dos quadros legais vigentes e assessorar as comissões negociadoras sindicais.

Impõe-se uma boa coordenação entre os departamentos dos diversos sindicatos, devendo todos eles ser implicados na atividade a desenvolver; em fases de maior conflitualidade jurídica e em que esta é muito mediatizada, é necessário garantir uma resposta genérica imediata, tendo em conta tempos sindicalmente úteis para a interposição de ações e garantindo uma reação que vá ao encontro das expectativas dos docentes e investigadores que, em momentos de grande pressão, anseiam por respostas em prazo curto.

Desta frente de trabalho, pretende-se ainda que mantenha uma ligação técnica e sindical à CGTP-IN e outras organizações com as quais seja desenvolvida atividade comum; que garanta respostas adequadas para frentes específicas, elabore pareceres que fundamentem propostas para alterar quadros legais ou o envio de posições à Provedoria de Justiça ou à Procuradoria-Geral da República; que aprecie normas comunitárias e proponha, quando oportuno, formas de transposição e de atuação.

- Formação. Há que distinguir, aqui, dois planos: i) o da reflexão, tomada de posição e elaboração de propostas sobre formação de professores (inicial, contínua e especializada); ii) o da organização de iniciativas (colóquios, encontros, seminários e outras de âmbito nacional) e, se de interesse para os docentes e investigadores, da formalização de protocolos de cooperação no âmbito em apreço.

No que respeita à intervenção política, há que exigir uma melhor formação inicial de professores e educadores e, nesse sentido, aprofundar e apresentar propostas. Esta é uma obrigação que se tornou ainda mais premente com o combate movido à PACC, prova iníqua que o MEC alegava destinar-se a garantir professores de qualidade. Para além disto, o tema é de inegável atualidade e relevância para a condição profissional dos docentes.

Também no que respeita à formação contínua e à formação especializada de professores é necessário apresentar propostas que garantam a efetivação desses direitos. Mas, como a formação, mormente a contínua, também é um dever, importa reivindicar a consagração de condições, designadamente de tempo e gratuidade, para que a mesma seja frequentada.

Para levar por diante tarefas nestes planos, os órgãos de direção da FENPROF avaliarão a exequibilidade do funcionamento de um centro de formação que tomará a designa-

ção “Centro de Estudos e Formação Irene Lisboa”, recuperando o nome do instituto criado pela Federação e reafirmando uma justa homenagem à eminente professora e pedagoga. O Centro de Estudos e Formação Irene Lisboa teria por funções:

- Articular a atividade dos sindicatos no âmbito da formação;
- Promover ações de âmbito nacional como encontros, debates, seminários, colóquios, atividades culturais;
- Tomar iniciativas de formação sindical;
- Assegurar a gestão do centro de documentação da FENPROF;
- Apresentar candidaturas a projetos nacionais e internacionais de estudo e formação;
- Divulgar intercâmbios de formação;
- Promover estudos;
- Celebrar, com outras entidades, protocolos que potenciem a execução das funções atrás enunciadas.

- Finanças e património. A FENPROF apenas depende – e assim deve continuar – da quotização dos associados dos sindicatos. Esta é a principal garantia da sua independência.

Nos últimos anos, fatores diversos, em particular o aumento do desemprego, os cortes salariais e nas pensões e o congelamento das carreiras, tiveram impacto negativo no financiamento da organização. Não obstante, uma boa gestão dos recursos disponíveis permitiu, ainda assim, fazer face às exigências.

As expectativas para o futuro são positivas: é possível aumentar o número de associados; ao longo deste ano serão repostos os salários na íntegra; prevê-se o descongelamento das carreiras; é reconhecida a necessidade de aumentar o número de docentes nas escolas. As perspetivas positivas, no entanto, não dispensam as exigências de um grande rigor financeiro e patrimonial. As iniciativas deverão ser devidamente orçamentadas e gastos não indispensáveis deverão ser eliminados. No que respeita ao património há que avaliar cada bem e decidir qual a opção menos dispendiosa de gestão.

- Regalias e benefícios sociais. Há que manter a procura de novos acordos e protocolos, a par da promoção dos já existentes, aspetos que, não sendo centrais nem determinantes da atividade sindical, não devem ser desvalorizados pela atratividade que exercem para a vinculação sindical e como contributo para a melhoria da situação dos associados dos sindicatos.

A FENPROF, no triénio 2016-2019, tem condições para se fortalecer, para se renovar e rejuvenescer, para tornar mais eficaz a sua ação, para continuar a ser a organização de referência dos docentes e investigadores em Portugal. Os tempos não são fáceis, mas com a sua ação e a indispensável luta dos professores, educadores e investigadores, a FENPROF continuará a dar um contributo insubstituível ao futuro da Educação, da Ciência e do país. ●



## Congresso em direto

Quem não esteve presente no Seminário de Vilar, no Porto, pôde assistir *online* ao 12.º Congresso Nacional dos Professores. Isto graças à transmissão vídeo em direto, na página da FENPROF, assegurada por uma vasta equipa de profissionais.

Desta forma, todos os docentes e, público em geral, puderam assistir ao decorrer dos trabalhos nos dias 29 e 30 de abril, em que se apresentaram propostas para rentabilizar o atual momento político a favor dos professores portugueses.

Note-se que o Congresso foi acompanhado, em todas as suas sessões, por intérpretes que traduziram as intervenções para língua gestual. ●

## Agradecimento à CM do Porto e à Fundação de Serralves

Na abertura dos trabalhos do 12º Congresso, a Coordenadora da Direção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Manuela Mendonça, deixou “uma saudação especial aos nossos convidados internacionais – ao Secretário Geral da Internacional da Educação, Fred van Leeuwen e a todos os outros, representantes de 39 organizações de 26 países, que, para estarem aqui hoje connosco vieram, literalmente, um pouco de todo o mundo.”

“Esperamos que se sintam em casa e que apreciem o programa que organizámos para as delegações estrangeiras, em colaboração com a Câmara Municipal do Porto (CMP) e a Fundação de Serralves, CMP aqui representada pela Sra. Vice-Presidente, a quem também agradecemos a receção na Câmara Municipal aos convidados estrangeiros e ao Secretariado Nacional da FENPROF”, observou Manuela Mendonça, que deixaria ainda outro agradecimento:

“Coube ao SPN a coordenação da Comissão Organizadora do Congresso. Queremos também, nesta ocasião, agradecer a todos os que, com o seu trabalho ou com o seu apoio, contribuíram para a sua realização do Congresso, desde as entidades e organizações patrocinadoras aos trabalhadores dos sindicatos e da Federação, que, com grande dedicação e competência, asseguram toda a logística para que os trabalhos possam decorrer nas melhores condições. Neste como noutros congressos, o seu contributo é decisivo e inestimável.” ●



## Resolução sobre Ação Reivindicativa

# Valorizar as condições de exercício da profissão Retomar a escola pública Lutar por um Ensino de Qualidade

**O 12.º Congresso Nacional dos Professores aprovou de forma expressiva (apenas com uma abstenção) a Resolução sobre Ação Reivindicativa que inclui um conjunto de iniciativas a desenvolver nos próximos tempos**

**A**s eleições legislativas realizadas em 4 de outubro de 2015 criaram um quadro parlamentar novo e mais favorável à resolução de alguns problemas que têm vindo a afetar a sociedade portuguesa e que com o governo PSD/ CDS se tinham traduzido em ataques mais fortes aos direitos dos trabalhadores, no empobrecimento generalizado da população portuguesa e numa violenta ofensiva contra as funções sociais do Estado.

Os portugueses penalizaram a direita que, por razões ideológicas e de apoio a modelos económicos neoliberais, impusera políticas que implicaram empobrecimento e preparava-se para as prosseguir. Na Educação, por exemplo, a direita assumia no seu programa de governo a intenção de alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo, uma vez que esta constitui um obstáculo à concretização do seu projeto ideológico de desmantelamento das funções sociais do Estado, de que o chamado guião para a reforma do Estado era verdadeiro manual.

A FENPROF orgulha-se de, com os professores e investigadores, ter contribuído para o desgaste daquele governo nunca tendo baixado os braços ou virado a cara à luta, mesmo quando esta se apresentava difícil. Ao longo da legislatura anterior, para além de se ter envolvido na luta geral de todos os trabalhadores portugueses, a FENPROF promoveu diversas ações específicas, destacando-se oito manifestações nacionais de professores e investigadores, seis greves (muitas delas por períodos prolongados, como aconteceu nas avaliações finais de 2012/13, ao serviço extraordinário, em 2011, ou ao serviço PET/

Cambridge, já em 2015). Em defesa da Escola Pública, a FENPROF organizou uma caravana que percorreu todo o país, em maio de 2013. Assegurou a entrega na Assembleia da República (AR) de um conjunto de 10 petições de âmbito regional em defesa da Escola Pública que deram lugar a diversos debates em plenário ultimando em alguns projetos legislativos. Foi promotora de vigílias, concentrações, encontros, abaixo-assinados, petições e outras ações específicas, como aconteceu em relação à precariedade no ensino superior e na investigação, à PACC e ao ensino artístico especializado, ações que deram origem a debates parlamentares sobre os temas da Educação. No âmbito do combate à municipalização, a FENPROF e os seus Sindicatos organizaram uma importantíssima consulta, uma iniciativa sem paralelo, que envolveu mais de 50 mil docentes, resultando num rotundo “não” aos intentos do governo. Também a ação jurídica de apoio aos professores levou à condenação do MEC em muitos processos que chegaram aos tribunais, destacando-se, neste âmbito, as 760 sentenças que obrigaram ao pagamento da compensação por caducidade dos contratos, de que os responsáveis ministeriais queriam fugir; decorrem, ainda, alguns processos nos tribunais, visando a defesa de direitos inalienáveis dos docentes, por exemplo, do ensino superior. É de salientar, também, o recente chumbo do Tribunal Constitucional à introdução da PACC no Estatuto da Carreira Docente, bem como, a sua eliminação através de Lei aprovada na Assembleia da República.

A FENPROF teve ainda iniciativas diversas em questões de ordem ambiental que levaram a que o governo tomasse iniciativa legislativa.

Na frente de trabalho dos aposentados a FENPROF desenvolveu um importante trabalho. Cumprindo a resolução do 11.º Congresso Nacional dos Professores reforçou a sua ação nesta área ao realizar a 1.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da qual resultou a constituição do Departamento de Docentes Aposentados, que articula e dinamiza a atividade reivindicativa do setor. De realçar as ações em prol da Caixa Geral de Aposentações “Não permitiremos a destruição da CGA”, as reclamações junto da CGA e do Provedor de Justiça quanto às incorreções do cálculo das pensões por interpretação abusiva da

legislação, e ainda a luta contra a CES e os cortes nas pensões.

Com a entrada em funções de um governo PS de maioria relativa mas suportado no parlamento, pela primeira vez, por PS, BE, PCP e PEV, as expectativas dos trabalhadores portugueses são hoje mais elevadas. Desde logo pelo sentido das primeiras medidas aprovadas pela Assembleia da República ou pelo governo (na Educação, a revogação definitiva da PACC, a eliminação do sistema de requalificação, o fim das Bolsas de Contratação de Escola (BCE), a aprovação de um único concurso respeitando a ordenação por graduação profissional, de âmbito nacional e o fim dos exames do 4.º e 6.º anos de escolaridade); suspensão do exame de Inglês (PET); o fim dos cursos vocacionais; na Ciência, a constituição de um grupo de reflexão composto por académicos de todas as áreas científicas e regiões do país para avaliar o papel futuro da FCT. As medidas específicas aprovadas para a Educação e Ciência foram acompanhadas de outras em domínios como a Saúde, a Segurança Social ou no setor dos transportes. Da mesma forma, foram aprovadas medidas relativas a salários ou fiscalidade que, não sendo as reclamadas pelos trabalhadores, ainda assim são mais favoráveis que as anunciadas pela direita, caso tivesse sido reconduzida no governo, de que são exemplo, a reposição integral dos salários na Administração Pública em 2016, a eliminação, até 2017, da sobretaxa do IRS mas já reduzida em 2016 e da CES para os docentes aposentados e o anúncio do futuro descongelamento das progressões nas carreiras.

O Orçamento do Estado para 2016, porém, veio esfriar um pouco as expectativas, pois embora preveja um aumento de verbas para a Educação, de 5,5%, se compararmos o orçamentado com a dotação inicial do ano anterior, já em relação à previsão de realizado verifica-se uma quebra de 82 milhões de euros, correspondente a um recuo de 1,4%. É um OE que abre algumas portas à inversão de políticas, contudo, não o faz com a clareza que se exigia. O Orçamento do Estado para 2017 será decisivo para a fixação do rumo a dar às políticas educativas até final da legislatura.

No plano do relacionamento institucional, criaram-se condições para a abertura de linhas de diálogo e negociação, o que há muito não acontecia. Novidade é o facto de



existirem hoje duas frentes importantíssimas de intervenção a este nível, complementares e ambas com capacidade de decisão política: o governo, em particular o ME e o MCTES, e a Assembleia da República.

Neste contexto, os resultados a alcançar dependerão da sustentabilidade do atual governo, da natureza das suas políticas, mas também da capacidade de intervenção, de ação e de luta dos docentes e investigadores.

Exige-se da FENPROF e dos seus Sindicatos que mantenham assertividade, oportunidade e firmeza na defesa de propostas, envolvendo os professores e criando os espaços de intervenção necessários. O Conselho Nacional da FENPROF, realizado pouco mais de 1 mês após as eleições legislativas, definiu a sua estratégia de intervenção e o plano da ação a levar por diante, tendo em conta o que eram as exigências imediatas, parte delas já alcançadas e outras cuja concretização exige mais algum tempo. Em suma, continuando a definir uma estratégia reivindicativa adequada à atual situação política nacional e que, por dar confiança aos professores e investigadores, seja mobilizadora para a sua ação.

Nesse sentido, i) é necessário que a ação sindical mantenha a centralidade nas escolas, junto dos professores, num trabalho de esclarecimento e debate que é fundamental; ii) é essencial reforçar a organização sindical nos locais de trabalho, incluindo os centros de investigação científica, com a eleição de delegados e comissões sindicais; iii) é importante recolocar na mesa das negociações as questões que mais preocupam os docentes e os investigadores e que são motivo da sua mais forte indignação e veemente exigência; iv) é necessário manter os contactos

institucionais adequados à resolução dos problemas; v) é preciso garantir compromissos de envolvimento na ação por parte dos professores e investigadores.

## Os três grandes eixos da ação reivindicativa dos professores

A FENPROF assenta a sua estratégia reivindicativa para a ação a desenvolver com os professores, educadores e investigadores, em três grandes eixos: 1 - Defesa da Escola Pública; 2 - Melhoria das condições de trabalho; 3 - Valorização do exercício profissional dos docentes e investigadores.

### 1 - DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

- Respeito pela Constituição da República Portuguesa no que concerne ao papel central da Escola Pública, devendo, como tal, as respostas privadas assumir caráter supletivo, o que exige a revisão do atual estatuto do ensino particular e cooperativo;

- Financiamento público adequado da Educação, incluindo o ensino superior e a investigação, área social que o governo PSD/CDS delapidou com um corte, em quatro anos, superior a três mil milhões de euros. É fundamental a existência de uma Lei de Financiamento da Educação para que, de forma clara, se estabeleçam as obrigações do Estado central, as responsabilidades dos municípios e o que poderá ser garantido através de outras fontes de financiamento, incluindo fundos comunitários. Esta lei esta

que deverá estabelecer, não apenas o que é devido às escolas públicas, mas, igualmente, os critérios para eventual atribuição de financiamento público a respostas particulares e cooperativas;

- Valorização da missão das instituições do ensino superior público, com o reforço da sua autonomia no quadro do regime jurídico de direito público, recusando soluções gestionárias de direito privado, designadamente fundacional;

- Implantação de um procedimento justo de avaliação das unidades de investigação que seja uma base para um financiamento adequado e equitativo para todas as áreas científicas;

- Desenvolvimento de um processo de verdadeira descentralização;

- Fim do processo de municipalização em curso em 15 municípios que celebraram contratos no ano letivo transato e exigência de promoção de um amplo debate nacional sobre a descentralização na educação que inclua aspetos como a autonomia e a direção e gestão democráticas das escolas, bem como as questões da rede escolar e a indispensável eliminação dos mega-agrupamentos;

- Profunda alteração dos currículos escolares que permita inverter o curso de empobrecimento a que têm estado sujeitos, mas que, para além das questões relacionadas com os conteúdos e a matriz curricular, tenha também em conta aspetos como as metas curriculares e os programas, os regimes de avaliação dos alunos e a reorganização do currículo em cada um dos ciclos, bem como, a própria estrutura e duração desses ciclos;

- Garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva, o que impõe a existência

de apoios e recursos materiais e humanos adequados às características de cada aluno e uma atempada intervenção aquando da identificação das primeiras dificuldades, objetivo para o qual a redução do número de alunos por turma, cumprindo, nomeadamente, as normas relativas a alunos com necessidades educativas especiais e a existência de equipas multidisciplinares nas escolas serão muito importantes;

- Lançamento do debate com vista à reorganização da rede de instituições de ensino superior, num quadro de valorização da Escola Pública, de proximidade de respostas de indiscutível qualidade e de aprovação de um sistema unitário, integrado e diversificado;

- Defesa de uma rede pública de creches tutelada pelo ME e o reconhecimento da função docente prestada nesse nível, independentemente da natureza jurídica da resposta;

- Garantia da universalização da oferta da educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos 3 anos, sendo esta assegurada no quadro da expansão da rede pública de jardins de infância do Ministério da Educação, e obrigatoriedade de frequência no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1.º CEB;

- Recusa da escolarização precoce da educação pré-escolar, defendendo a sua identidade e os propósitos que a sustentam. Neste sentido, rejeitam-se práticas pedagógicas e organizacionais desajustadas à educação pré-escolar, nomeadamente a existência de avaliações das crianças numa lógica quantitativa, livros de fichas ou ainda horários por “disciplinas” e sumários de hora a hora;

- Reorganização do 1.º Ciclo do Ensino Básico, hoje completamente desestabilizado por soluções que não decorrem de decisões tomadas de acordo com as necessidades manifestadas ou de um projeto coerente e consistente em curso, mas da aplicação de medidas avulsas, adotadas numa perspetiva de redução de despesa. A atual situação tem consequências graves para a qualidade do ensino, sendo exemplos de desestabilização a proliferação de turmas com mais do que um ano de escolaridade, a oferta de AEC em período letivo ou o agravamento dos horários de trabalho de professores e alunos;

- Criação de vias educativas e formativas diversificadas, mas sempre de qualidade elevada, nos percursos escolares dos jovens, seja na aprovação de um modelo adequado, assente em respostas públicas, de ensino artístico especializado, seja na criação de vias profissionais valorizadas, que deverão substituir respostas menores criadas pelo governo que cessou funções, designadamente os cursos vocacionais, decisão já anunciada pelo ME;

- Reconhecimento da Educação de Adultos, no âmbito da educação permanente e ao longo da vida, como um pilar fundamental de uma sociedade democrática, o que exige políticas públicas continuadas, coerentes



**“ Nos quatro anos da anterior legislatura, os docentes e investigadores viram degradar-se muito as suas condições de trabalho e também de vida, por força das políticas que foram impostas ao país pelo governo PSD/CDS, umas vezes em obediência ao programa da troika, outras, indo além desse programa, concretizando a orientação político-ideológica que pretendia impor ao país.**

e abrangentes; implementação de ofertas diversificadas (formais, não formais e informais) e não sujeitas exclusivamente a lógicas de mercado, competitividade económica ou empregabilidade, para a promoção e integral desenvolvimento das dimensões cívica, cultural e educativa das pessoas adultas.

## **2 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

- Cumprimento das exigências estabelecidas nos estatutos das carreiras docentes do ensino superior quanto aos rácios entre docentes de carreira e fora da carreira e no que se refere aos números dos docentes nas categorias superiores das carreiras e admissão por concurso de novos docentes para rejuvenescimento dos corpos docentes, garantindo simultaneamente, o respeito pelas cargas letivas semanais máximas fixadas na lei;

- Aprovação de um modelo organizativo e de funcionamento das escolas que promova a autonomia profissional dos docentes, valorizando a dimensão formativa da avaliação e que articule a avaliação, nos diversos níveis das aprendizagens à das próprias instituições,

em detrimento da valorização excessiva que tem sido dada aos instrumentos de medição e quantificação dos processos educativos;

- Respeito pelo horário de trabalho de 35 horas semanais e adequada distribuição das suas várias componentes, nomeadamente clarificando e respeitando o conteúdo de cada uma das componentes do horário de trabalho, de acordo com os seguintes princípios:

- A componente letiva é constituída por todas as atividades diretamente realizadas com alunos na sua componente curricular ou que dela decorram e/ou constituam reforço desta, incluindo as que se realizem fora da sala de aula.

- Inclusão das reuniões para que os docentes sejam convocados na componente não letiva de estabelecimento dos seus horários semanais.

- Consagração de que a componente individual de trabalho dos docentes deverá ter uma duração adequada a toda a atividade que nela é desenvolvida correspondendo, no mínimo, a 11 horas.

- Clarificação de que a redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito determina o acrés-



cimo correspondente da componente não letiva de trabalho individual, não podendo a dispensa da componente letiva, prevista para educadores e professores do 1.º CEB, determinar trabalho direto com alunos, nomeadamente substituições e apoios a grupos de alunos.

- Fixação de limites máximos quanto ao número de turmas, níveis e programas à responsabilidade de cada docente, bem como a atribuição de reduções da componente letiva condicentes com o desempenho de cargos pedagógicos;

- Garantia de condições de trabalho que se adaptem às necessidades de todos os docentes independentemente das suas dificuldades, designadamente motoras, auditivas ou visuais;

- Redução do número máximo de alunos por turma; e, no 1º ciclo do ensino básico, constituição de turmas com um único ano de escolaridade;

- Exigência de um calendário escolar adequado aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos, sendo que na educação pré-escolar este deverá coincidir com o do 1º ciclo do ensino básico;

- Aprovação de um regime excecional de aposentação dos professores que tenha em consideração o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da profissão, considerando a aposentação com pensão completa aos 36 anos de serviço, independentemente da idade. De imediato, e apenas enquanto não vigorarem essas condições, todos os docentes com vida contributiva de 40 ou mais anos de serviço

deverão poder aposentar-se sem qualquer penalização imposta pelo fator “idade”;

- Efetivação da garantia de transporte ou pagamento de deslocações em serviço nos termos da lei sempre que os docentes exerçam atividade em diversos estabelecimentos de ensino, integrados ou não no mesmo agrupamento. No caso do ensino superior, em escolas e instituições que tenham estabelecido parcerias ou consórcios, deverá o tempo de deslocação dos docentes entre estes estabelecimentos de ensino integrar obrigatoriamente o horário de trabalho, na componente de estabelecimento;

- Aplicação da lei que estabelece as condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, para identificar e resolver os problemas que persistem devido à não remoção do amianto em materiais de construção dos edifícios ou os estudos que apontam para a existência, em valores acima do admitido, de gases tóxicos, alguns cancerígenos, situações que colocam esta questão no topo das que merecem resposta urgente, juntando-se a outros aspetos que, não podendo ser menosprezados, são determinantes para um ensino e uma aprendizagem de qualidade.

### 3 – VALORIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS DOCENTES E INVESTIGADORES

- Correta transposição, em todos os setores de educação e ensino, da Diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, que visa evitar abusos e discriminações no recurso à contratação a termo, através da consequente vinculação. Correção das injustiças decorrentes da forma como o MEC aplicou a designada “norma travão” aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

- Aplicação da referida Diretiva comunitária aos docentes do ensino superior politécnico, aos leitores e aos investigadores;

- Aplicação da Diretiva comunitária aos docentes das escolas especializadas do ensino artístico;

- Revisão do atual regime de concursos, no sentido de: fixar critérios adequados e claros para a abertura de lugares de quadro nas escolas/agrupamentos, tendo em conta as suas reais necessidades e promovendo, dessa forma, condições de estabilidade (a necessidades permanentes têm de corresponder vínculos estáveis); respeitar o primado da graduação profissional em todas as fases do concurso; respeitar em absoluto o direito dos professores à proteção na doença do próprio ou de familiar dependente, nomeadamente através da deslocação de escola, sem que tal, contudo, implique a ocupação de lugares que se encontrem vagos e a concurso; reduzir a área geográfica dos QZP;

- Eliminação dos obstáculos burocráticos à abertura de concursos no ensino superior e na investigação para ingresso e promoção nas carreiras;

- Desbloqueamento das progressões nas carreiras e contagem integral, para todos os efeitos, do tempo de serviço prestado pelos educadores e professores;

- Alargamento do período transitório para os docentes do ensino superior que não concluíram o doutoramento ou o título de especialista por não lhes terem sido proporcionadas as condições legalmente estabelecidas de isenção de propinas de doutoramento e de dispensa da componente letiva. Reintegração dos que, por ausência de qualquer medida no sentido desse alargamento, já foram afastados dos seus locais de trabalho e reposição das condições dos que passaram de horário de trabalho integral para parcial;

- Negociação de um diploma regulador da contratação e da carreira dos docentes e investigadores do ensino superior particular e cooperativo;

- Negociação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para os docentes do ensino particular e cooperativo que aproxime as suas condições de exercício da profissão, nomeadamente no que respeita a horários de trabalho e salários, das que se aplicam aos seus colegas do ensino público, e reinício das negociações com a ANESPO com vista à celebração de um CCT para as escolas profissionais privadas;

- Manutenção do CCT em vigor para as IPSS, celebrado entre a FENPROF e a CNIS, contestação através de denúncias e subsequentes ações para impedir a aplicação da convenção outorgada pela FNSTFPS que prevê o congelamento das carreiras dos docentes e a diminuição do acréscimo remuneratório para o exercício das funções de coordenação pedagógica;

- Conversão do Acordo de Empresa entre a FENPROF e a União da Misericórdias Portuguesas, recentemente publicada, num Acordo Coletivo de Trabalho a ser aplicado a todas Misericórdias;

- Aprovação de um modelo adequado de resposta para o ensino artístico especializado e um modelo de financiamento que não seja, como acontece atualmente, um dos principais fatores de instabilidade do setor.

## Os direitos sindicais

A partir de 2009, várias foram as alterações que criaram constrangimentos ao livre exercício da atividade sindical, pelo que a FENPROF exige que sejam revistas essas normas restritivas no sentido de:

- No âmbito das 15 horas anuais de que os professores e educadores dispõem para exercer atividade sindical, os locais em que a mesma se desenvolve voltarem a poder ser estabelecidos pelas direções sindicais;

- O número de associados a considerar para efeitos de representatividade das organizações ser o que, efetivamente, estas comprovem, sem quaisquer limites artificiais

que apenas penalizam as associações mais representativas, como é o caso dos sindicatos da FENPROF.

## Ação a desenvolver

No atual quadro político, a ação e a luta reivindicativas não são dispensáveis, pelo contrário, ganham novo sentido. Havendo condições mais favoráveis à obtenção de resultados, exige-se que a FENPROF, enquanto organização mais representativa dos docentes em Portugal, tome a iniciativa de elaborar propostas a apresentar às entidades com competência para negociar e capacidade para resolver problemas.

Com aquele objetivo, deverá a FENPROF criar condições para o debate que o concretize, desde logo, mantendo, os seus Sindicatos, uma prática de proximidade aos professores, com a realização de reuniões nas escolas e a dinamização dos núcleos sindicais de base.

A par do debate, será necessário manter uma ação forte que permita que os professores manifestem, ativamente, as suas posições, reforçando, assim, a ação sindical que se desenvolve, quer em sede negocial, quer no plano reivindicativo.

Nos quatro anos da anterior legislatura, os docentes e investigadores viram degradar-se muito as suas condições de trabalho e também de vida, por força das políticas que foram impostas ao país pelo governo PSD/CDS, umas vezes em obediência ao programa da troika, outras, indo além desse programa, concretizando a orientação político-ideológica que pretendia impor ao país.

No atual quadro, que resulta das eleições legislativas de outubro de 2015, é natural que os professores tenham uma expectativa positiva quanto à recuperação de condições e direitos perdidos e à resolução de problemas com que eles e as escolas se têm confrontado. Horários de trabalho ajustados, estabilidade de emprego, concursos justos e com vagas, acesso e progressão nas carreiras, um regime excecional de aposentação, retorno da gestão democrática às escolas, revalorização dos currículos escolares ou medidas adequadas de combate ao insucesso são aspetos que dão corpo a esse conjunto de expectativas.

Por resolver estão também diversas situações irregulares que decorrem do desrespeito por quadros legais em vigor. O incumprimento de leis fez escola no mandato de Nuno Crato, tendo-se constituído como estratégia para adiar ou deixar de cumprir obrigações do Estado para com os docentes que, pelos seus custos, o governo não quis, voluntariamente, assumir. Se em relação a alguns aspetos foi possível, com o recurso aos tribunais, superar a ilegalidade, vários há que continuam por resolver; seria frustrante que, no atual contexto político, fosse necessário manter batalhas jurídicas para fazer valer o que, num Estado de direito democrático, é natural acontecer.

Uma última e não menos importante nota para a negociação coletiva. Na última legislatura, a equipa de Nuno Crato, mesmo quando convocou reuniões negociais, impostas por lei para determinadas matérias de ordem socioprofissional, nunca assumiu uma postura negocial, negando, assim, um direito profissional e fintando preceitos constitucionais. Casos houve em que o processo se limitava a uma reunião, na qual era apresentada a proposta do MEC e encerrado o processo. Nem mesmo a negociação suplementar, quando requerida pelas organizações sindicais, era respeitada.

Com a atual equipa ministerial, apesar da indefinição inicial quanto ao modo de relacionamento negocial, nomeadamente em termos de procedimentos, a atitude alterou-se de forma positiva.

O ME, alegando o cumprimento de normas do Código de Procedimento Administrativo, iniciou processos de auscultação, feitos com base numa designada consulta pública, concretizada através de plataformas eletrónicas, abertas a entidades que comprovem a sua legitimidade, sem se conhecerem, porém, os critérios que as legitimam, mesmo sobre matérias que exigem, nos termos da Lei, negociação coletiva. Após insistentes pedidos, o Ministro da Educação, reuniu com a FENPROF no passado dia 26 de abril, tendo ficado clarificado que:

- Sem prejuízo da realização dos processos negociais a que se sujeitarão todas as matérias que a lei obriga, bem como da participação da FENPROF nos processos de consulta pública que forem desencadeados, trimestralmente haverá uma reunião entre o Ministério da Educação e a FENPROF para avaliação das políticas em curso e debate sobre medidas a tomar;

- Sempre que se realizarem reuniões de carácter negocial, os documentos em negociação serão enviados com antecedência à FENPROF, o que se deverá verificar já para a reunião que tem na agenda de trabalho dois aspetos: organização do ano letivo 2016/17 e regras de mobilidade por doença.

Em relação à equipa do Ministério da Ciência, Tecnologia Ensino Superior, o único contacto realizado redundou num vazio quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos por Manuel Heitor, tendo já expirado todos os limites por si assegurados para o início de processos negociais. Tal torna-se mais grave quando a Assembleia da República aprovou já recomendações em matérias de ordem profissional que carecem, agora, de negociação e regulamentação.

Ainda no que concerne ao exercício dos direitos sindicais, a FENPROF, para além de exigir respeito pela negociação coletiva, considera igualmente importante que aos docentes volte a reconhecer-se o direito de decidirem sobre a utilização das horas para exercício de atividade sindical, independen-

temente do local em que esta se desenvolve.

No setor privado, exige-se uma postura, não apenas negocial, mas plenamente democrática por parte de entidades empregadoras que, para além de abusarem indecentemente do trabalho dos docentes, procuram fazer da contratação coletiva um meio para reduzir ou eliminar direitos profissionais, laborais e sociais. Fazem-no a coberto de um código elaborado para proteger o patronato, designadamente no capítulo da caducidade dos contratos coletivos, norma que torna as organizações sindicais reféns da chantagem patronal. Exige-se do governo e da Assembleia da República a alteração dessa norma, recuperando-se o princípio do “tratamento mais favorável” como protetor da parte mais frágil: os trabalhadores.

É neste quadro que o 12.º Congresso Nacional dos Professores decide um conjunto de orientações. Assim, no que respeita ao conteúdo das orientações:

i) No que concerne à Escola Pública, necessitando esta de recuperar as condições de trabalho que tem vindo a perder, fragilizada por medidas como a extinção da gestão democrática, a constituição de mega agrupamentos, a redução ou eliminação de recursos indispensáveis, o empobrecimento das respostas educativas e formativas, a FENPROF decide:

- Propor à Assembleia da República a criação do Dia da Escola Pública, sendo essa a oportunidade para, com o envolvimento das comunidades educativas, trazer à rua tudo o que de bom acontece na Escola de todos os portugueses, avançando a FENPROF com a iniciativa, mesmo que a proposta não seja aprovada;

- Defender a reposição da gestão democrática das escolas, desagregar escolas a quem foi imposta a solução “mega-agrupamento” e eliminar de vez a municipalização, no quadro de uma verdadeira descentralização do sistema educativo;

- Contribuir para o reforço do carácter inclusivo da Escola Pública, desde a Intervenção Precoce ao Ensino Superior, dando particular atenção à recente alteração na constituição de turmas (despacho normativo 1-H/2016), bem como ao investimento necessário para que todos os alunos com NEE possam estar, pelo menos, 60% do tempo letivo na sua turma.”;

- Defender a criação na rede pública das salas necessárias a uma efetiva universalização da oferta da Educação Pré-Escolar às crianças de 3 e 4 anos;

- Defender a eliminação dos percursos de aprendizagem soluções impostas com o objetivo de elitizar o acesso ao conhecimento, discriminando crianças e jovens a quem foi precocemente negada a igualdade de oportunidades;

- Alimentar um processo de debate alargado em torno da revisão curricular dos ensinos básico e secundário, respeitadora da função

docente e dirigida a uma educação integral e emancipadora dos nossos alunos;

ii) No que concerne aos docentes e investigadores, a FENPROF, aberta, como sempre esteve, a convergir com outras organizações em ações concretas, elege como prioritária a ação e a luta em torno dos seguintes objetivos:

- Estabilidade de emprego e profissional, dando combate decidido à precariedade;

- Aposentação aos 36 anos de serviço, sem outro requisito, admitindo-se que, transitoriamente, seja aos 40 anos, evoluindo ao longo da legislatura para a solução definitiva;

- Melhoria das condições de trabalho, nomeadamente ao nível dos horários, requisito indispensável à elevação da qualidade do ensino e da educação;

- Regularização de todas as situações de carreira e o seu descongelamento em 2017, no quadro dos estatutos que vigoram e das respetivas tabelas salariais;

- Revisão, ainda em 2016, do atual regime de concursos e pela inclusão, no mesmo, de uma norma que transponha, adequadamente, a diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho;

- Aplicação daquela diretiva em todas as áreas do sistema educativo em que a mesma não conheceu qualquer transposição para a lei nacional;

- Valorizar o exercício da atividade docente dos educadores de infância a exercer em contexto de creche garantindo o reconhecimento desse tempo como tempo de serviço docente;

iii) No que concerne ao Ensino Particular e Cooperativo:

- Defesa da negociação coletiva no setor privado, incluindo o ensino superior privado, de forma a assegurar a melhoria das condições de trabalho e o respeito pelo exercício da profissão docente também neste setor;

- Efetiva intervenção da ACT e da IGE nos estabelecimentos de Ensino Particular e IPSS de forma a garantir a salvaguarda dos direitos dos docentes;

iv) No que concerne a aspetos do âmbito da administração pública, propõe-se defender:

- A manutenção da Caixa Geral de Aposentações

- A valorização das pensões e pela abolição das sucessivas alterações aplicadas na forma de cálculo, a partir de janeiro de 2006, que têm reduzido o valor das pensões e provocado grandes disparidades em relação às pensões de trabalhadores com salários e tempo contributivo idênticos;

- A atualização anual dos salários e das pensões;

- A manutenção da gestão pública ADSE, devendo a FENPROF participar no debate sobre o seu futuro. •



## Prioridades da ação

**No que respeita às ações a desenvolver com vista à satisfação das orientações atrás definidas, a FENPROF decide:**

- Envolver e mobilizar os professores na discussão das propostas apresentadas pelo ME no âmbito dos **processos negociais** iniciados em 3 de maio, sobre horários de trabalho, componentes letiva e não letiva de estabelecimento, mobilidade por doença e outros, exigindo que ao longo da negociação se chegue a resultados que sejam favoráveis aos professores

- Apresentar ao ME, ainda no presente ano letivo, propostas globais de revisão dos regimes de **concursos** e de **aposentação** dos docentes, dando, assim, início ao processo negocial obrigatório, nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, designadamente do seu artigo 350.º;

- Promover um abaixo-assinado/petição nacional no/a qual convirjam todos os docentes, abordando quatro aspetos fundamentais das suas **carreiras profissionais**: combate à precariedade, horários de trabalho, progressão nas carreiras e aposentação justa;

- Avaliar as condições para a realização de um processo de **revisão do ECD** e, caso seja essa a opção tomada, realizar uma Conferência Nacional de quadros sobre a carreira docente que debata e ratifique a proposta negocial global a apresentar pelo Secretariado Nacional da FENPROF;

- Realizar uma Campanha Nacional em defesa de uma **gestão democrática** para as escolas, que implique a organização de debates nas regiões em torno da proposta da FENPROF, a auscultação dos docentes e a realização reuniões com os diversos representantes da comunidade educativa

e a realização de uma iniciativa nacional em que participem representantes de toda a comunidade e os grupos parlamentares, culminando com a entrega formal de proposta negocial ao ME;

- Organizar um encontro nacional que culmine um conjunto de ações descentralizadas visando aprofundar a reflexão sobre a **formação de professores**, nas suas diversas modalidades, as condições de ingresso na profissão e o conjunto de valores a ter em conta no seu exercício;

- Prosseguir, em parceria com outras organizações, com a concretização de iniciativas destinadas a promover a **inclusão** em espaço escolar;

- Realizar um encontro nacional para debate sobre as orientações curriculares para a **Educação Pré-Escolar** e que, simultaneamente, tome posição sobre a atividade a desenvolver nas creches, sendo esta iniciativa de grande importância e atualidade, tendo em conta recentes afirmações que vão no sentido de acentuar o caráter social deste setor de educação.

- Apresentar ao Governo e à Assembleia da República um Caderno Reivindicativo para o **1.º Ciclo do Ensino Básico** que concretize a apresentação de soluções para os problemas, de ordem sistémica e profissional, que foram objeto de denúncia pública, no âmbito da Campanha Nacional "Caminhos para a valorização do 1.º Ciclo do Ensino Básico";

- Promover uma deslocação de docentes do **ensino superior** ao MCTES, com o objetivo de levar o ministro a iniciar negociações, desde logo no sentido de atender à recente recomendação da Assembleia da República sobre alargamento do período transitório e

aplicação da diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho;

- Realizar, no início de 2017, a **4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Ciência**, no sentido de garantir uma maior e melhor intervenção sindical neste setor;
- Realizar a **Conferência Nacional do Ensino Particular e Cooperativo**, com vista à reflexão e debate dos problemas socioprofissionais do sector;
- Organizar a **2.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados**, espaço fundamental para a organização e definição da estratégia de intervenção sindical dos docentes aposentados;
- Reforçar a **ação jurídica** para a resolução de problemas que não sejam solucionados pela via negocial, nomeadamente a regularização de diversas situações de carreira, o ressarcimento de docentes prejudicados pela PACC, a transposição correta da diretiva 1999/70/CE, bem como, no ensino particular e cooperativo, os relativos a despedimentos ilegais;
- Desenvolver iniciativas, tanto no plano institucional, como reivindicativo, que visem afirmar e reforçar os **direitos sindicais** e o respeito pelo livre exercício da atividade sindical;
- Participar empenhadamente nas **ações a desenvolver pelo movimento sindical unitário** em defesa dos direitos, dos salários, das pensões, de serviços públicos, pilar fundamental de uma sociedade justa e verdadeiramente solidária, desde logo na campanha nacional contra a precariedade e também nos processos de enquadramento legal global da administração pública;
- Manter uma participação empenhada nas **ações de âmbito internacional** a desenvolver no quadro do CSEE, da IE, da CPLPSE, do Fórum Iberoamericano, do Fórum Social Mundial ou do movimento Alter Summit, em defesa de uma Europa e um mundo justos, solidários, desmilitarizados, respeitadores da soberania dos estados e dos povos, bem como dos direitos dos trabalhadores. •

Vamos realizar em **5 de outubro** (Dia Mundial dos Professores), uma iniciativa nacional de relevo que assinala os 50 anos da aprovação da Recomendação conjunta UNESCO / OIT sobre o estatuto dos professores, sendo, nesse sentido, constituído um grupo de trabalho que deverá, durante o mês de maio, apresentar uma proposta concreta.



## MOÇÕES APROVADAS

### MOÇÃO 1

**Nos 42 anos da Revolução de Abril, um 1º de Maio de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e de um Portugal de progresso**

**A** Revolução de Abril iniciou um extraordinário processo de emancipação do Povo português ficando como um dos marcos mais importantes da História de Portugal.

Revolução inacabada é certo, mas Revolução!

Revolução nos direitos, liberdades e garantias: na economia, nas relações sociais, na educação, na saúde, na proteção social, na cultura e nas mentalidades.

Revolução na afirmação da soberania e independência nacionais e na libertação dos

povos colonizados.

Revolução pela paz, amizade e cooperação com todos os povos do mundo...

Na área da educação, a Revolução de Abril retomou o processo de democratização da Escola Pública, interrompido durante quase meio século de fascismo.

Vivemos hoje um tempo no qual a esperança ganha novo alento, após mais de quatro anos de retrocesso constante em matéria de direitos cívicos, sociais e económicos e em que a Constituição da República Portuguesa, que acabou de fazer 40 anos, foi vítima de sucessivos ataques por parte das forças de direita.

As possibilidades abertas pela nova situação política vêm desencadeando intensas reações por parte da direita, afastada do poder na sequência das eleições de 4 de outubro de 2015, e de setores que pretendiam continuar a beneficiar com as suas políticas. Sucedem-se as pressões para que não haja

uma alteração do rumo político em Portugal, nas quais se destacam as que chegam da União Europeia e do FMI e que põem em causa a soberania do país e a expressão democrática da vontade do seu povo.

É neste quadro que assume uma particular importância a movimentação dos trabalhadores, contrabalançando e contrariando, pela sua afirmação, aquelas reações e pressões; criando melhores condições para que tais reações e pressões não façam sucumbir as possibilidades abertas no atual quadro político. O 1.º de Maio, tomado como dia de luta de todos os trabalhadores, nas múltiplas ações que o movimento sindical unitário promove por todo o país, deverá constituir um momento de afirmação da vontade dos trabalhadores, incluindo, com toda a propriedade, os professores, os educadores e os investigadores, para os quais a mudança de políticas também assume uma enorme importância.

Vamos fazer com que Maio volte amanhã à limpidez primeva da Revolução de Abril!

O 12.º Congresso da FENPROF exorta todos os professores, educadores e investigadores a que continuem Abril comemorando o 1.º de Maio na luta contra as políticas que ponham em causa as conquistas de Abril e exigindo, ao governo e à Assembleia da República, medidas para vencer a crise criada pelo sistema capitalista e para viver a Democracia no sentido que ABRIL lhe atribuiu!

**Aprovada por unanimidade •**

## MOÇÃO 2

### Pela preservação dos recursos naturais do Planeta

**A**s consequências para o Planeta da exploração dos recursos naturais de forma predatória, da incessante procura do lucro e da riqueza produzida, subjacentes ao modelo capitalista, têm agravado os efeitos nefastos para o meio ambiente e desajustado as relações entre as sociedades e a Natureza.

A sobrevalorização de critérios de produção, económicos e financeiros, em detrimento da preservação e da gestão racional dos recursos naturais tem levado à destruição de ecossistemas, extinção de espécies, redução da biodiversidade, degradação das condições de vida em todo o planeta, o que exige a luta de todos os trabalhadores e população em geral, na defesa da sustentabilidade e da salvaguarda dos recursos naturais, por políticas que respondam aos interesses comuns e não à acumulação de lucros. Torna-se urgente que as regras e os princípios de organização da economia mundial e do comércio internacional estejam submetidas ao objetivo climático. Isso não aconteceu em Paris (COP21), pois os governos mostraram que se alinham do lado das empresas multinacionais. O acordo que

promoveram é bom para as multinacionais, mas é mau para o clima e para as pessoas afetadas pelas alterações climáticas.

O Acordo de Paris, apesar das suas muitas reservas e limitações - conter a subida da temperatura em 1,5°C fica aquém daquilo que é necessário para defender o nosso planeta -, pretende no entanto, ser mais do que uma mera declaração de intenções, podendo vir a constituir o início de um processo que, “dada a sua formulação legal cautelosa e não vinculativa”, poderá vir a ser progressivamente mais exigente com os países subscritores.

Se as alterações climáticas constituem, todos reconhecemos, um dos maiores desafios deste século, são também um desafio de que a Escola não pode alhear-se. A FENPROF entende que a educação pode e deve desempenhar um papel da maior importância, que é reconhecido no texto do Acordo. Nesse sentido terão de ser tomadas medidas para intensificar a educação e a formação sobre as alterações climáticas, a consciencialização, a participação pública e o acesso à informação, dada a sua importância para o reforço das ações presentes no Acordo.

Por estas razões, os(as) Delegados(as) ao 12.º Congresso Nacional dos Professores deliberam:

- Apoiar o desenvolvimento económico com baixa emissão de carbono e eficaz em termos de recursos, de forma a não colocar em causa as condições de vida no planeta;
- Defender que a transição para uma economia de baixo carbono terá de garantir o emprego e o direito ao trabalho;
- Intervir para que o Acordo de Paris seja implementado em Portugal dentro de uma perspetiva de desenvolvimento sustentado e de preservação dos interesses nacionais;
- Pugnar para que em Portugal se tomem medidas nos diversos setores, nomeadamente nos transportes, grandes consumidores de combustíveis fósseis e emissores de gases com efeito de estufa, e se dê prioridade a transportes mais eficientes e menos poluentes;
- Defender uma política de desenvolvimento económico que permita aos trabalhadores e ao povo português uma aposta na eficiência e na poupança energética, designadamente através do reforço do aproveitamento das energias renováveis;
- Exigir a aplicação de medidas que contrariem as alterações climáticas, e lutar contra acordos como o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento), ou o TiSA (Acordo sobre Comércio de Serviços), que não têm em conta as normas ambientais, que põem em causa o equilíbrio necessário à vida das populações.

• Defender uma cooperação justa e sustentável com os países em desenvolvimento e a utilização racional dos recursos naturais, a água, as energias, os meios e as redes de transportes de pessoas e de mercadorias.

**Aprovada por maioria com 36 abstenções e 4 votos contra •**

## MOÇÃO 3

### Por soluções imediatas para os refugiados e migrantes que chegam à Europa

**O** 12.º Congresso Nacional dos Professores, sendo a mais importante reunião de docentes e investigadores realizada em Portugal, consciente da elevada responsabilidade social destes grupos profissionais, não pode deixar de se manifestar quanto à situação que se arrasta, com incomensuráveis dramas, às portas da União Europeia, perante a acumulação de milhares de seres humanos que fogem da guerra e de perseguições nos seus países e regiões e que buscam, legitimamente, os direitos inalienáveis à vida e à liberdade.

Ao fazê-lo, o Congresso invoca os “valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade e da solidariedade”, afirmados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, bem como as obrigações de respeito e proteção da dignidade do ser humano aí expressas. Esses valores vão sendo grosseiramente contraditados pela inépcia na procura de soluções para o profundo sofrimento humano a que assistimos e pelas prioridades definidas ante o problema que se têm centrado, fundamentalmente, em respostas securitárias e militaristas, que tratam os que sofrem como indesejáveis e que assumem a ideia de uma Europa-fortaleza, onde se erguem muros, se fecham fronteiras, se reprimem refugiados e, neste caldo, recrudescem, perigosamente, o racismo e a xenofobia.

O Congresso não pode deixar de:

- Identificar como causas decisivas do vasto drama humano em marcha as ações agressivas que levaram à destruição de países e à multiplicação de guerras e conflitos, neste caso em vastas zonas do médio-oriente e de África, ações nas quais têm tido papel determinante os EUA, a NATO e as potências europeias;
- Apontar como causas profundas, também, as políticas de saque das riquezas de países e de povos daquelas áreas, sem respeito pelas suas necessidades de desenvolvimento, negando-lhes condições aceitáveis ou, mesmo, mínimas de sobrevivência e desprezando valores de respeito pela vida de que todo o ser humano é credor;
- Rejeitar a dicotomia que tem sido explorada entre refugiados e migrantes económicos – sem que isto se traduza, sequer, na eficácia no acolhimento dos primeiros –, antes reconhecendo naqueles que migram por força da pobreza e de falta de perspetivas de vida nos seus países anseios a que todos nós, seres humanos, temos direito;
- Lembrar que a União Europeia envolve um conjunto de cerca de 500 milhões de habitantes e que a sua economia corres-

pondeu, em 2015, a um PIB superior a 14 biliões de euros, e que é neste quadro que tem de agilizar-se o acolhimento de algumas centenas de milhares de migrantes, o que, infelizmente, continua por assumir ao nível da decisão política;

- Valorizar a disponibilidade declarada pelo governo português para um papel mais significativo no acolhimento de refugiados, em relação ao que tinha sido anteriormente negociado, sem deixar de instar a uma ação decidida que contribua para acorrer com rapidez a tantos milhares de seres humanos, entre os quais, mais de 30% são crianças;

- Em sentido contrário, repudiar o acordo recentemente celebrado entre a União Europeia e a Turquia – e, portanto, lamentar o envolvimento do governo português – que despreza preceitos básicos do direito internacional e princípios humanistas abundantemente proclamados a propósito de uma construção europeia que assim, também neste domínio, revela insuportáveis hipocrisias: a deportação de refugiados e o negócio com a Turquia para servir de zona tampão que afaste os problemas das fronteiras europeias são elementos indignos neste processo.

O Congresso reclama das instituições europeias e dos governos soluções imediatas, desde logo:

- O aumento de verbas e a sua adequada canalização para apoio às estruturas de asilo e acolhimento de migrantes e a avaliação consequente dos centros onde se juntam tantas pessoas em condições verdadeiramente degradantes;

- A criação de rotas seguras e legais para os migrantes, via para proteger as suas vidas e a sua dignidade e para combater as redes de traficantes e passadores que se alimentam da ânsia de uma vida decente que é direito de qualquer ser humano;

- A alteração de quadros normativos que estão a acrescentar dificuldades à resolução de tão impressionante sofrimento humano, como é o caso da Convenção de Dublin que tem fomentado obstáculos ao enquadramento dos refugiados;

- O abandono das políticas de militarização, apresentadas como resposta às migrações e, em contrapartida, o empenho real no combate às verdadeiras causas, isto é, reclamam-se opções bem diferentes de reprimir as consequências que, afinal, são movimentações populacionais forçadas e gigantescos dramas humanos que as marcam.

O 12.º Congresso Nacional dos Professores condena a incapacidade verificada no quadro da União Europeia quanto ao acolhimento de refugiados e outros migrantes e expressa a sua viva solidariedade a todos eles, crianças, mulheres e homens que buscam a sobrevivência e uma vida melhor.

**Aprovada por maioria com 1 abstenção •**

## MOÇÃO 4

### Defender a água pública! Defender um direito de todos!

**A**s políticas da água seguidas nas últimas décadas em Portugal têm servido um único propósito: transformar a água - bem público essencial à vida e um direito humano fundamental, consagrado como tal em 2010 pelas Nações Unidas - num negócio privado.

A privatização verifica-se, simultaneamente, em várias frentes, que vão desde a captação da água na natureza, passando pelo controlo das margens e dos leitos dos rios, pelas infraestruturas públicas, como barragens, até aos serviços de distribuição de água e de saneamento.

A estas políticas, que ameaçam a vida e a democracia, têm-se oposto as populações, trabalhadores, eleitos locais e movimentos, com destaque para a campanha «Água é de todos», plataforma que a FENPROF integra desde a sua criação levando a cabo inúmeras lutas, em alguns casos, decisivas no combate às privatizações/concessões da água, cuja distribuição em «baixa» permanece maioritariamente na esfera municipal.

Para vencer esta resistência e contornar o fracasso das privatizações/concessões dos serviços municipais de águas, com graves consequências económicas e sociais como o Tribunal de Contas comprovou, o anterior governo PSD/CDS desencadeou mais uma ofensiva contra a água pública com a denominada «reestruturação do setor das águas», impondo um conjunto de medidas para retirar competências aos municípios e dar novo impulso à privatização, cuja concretização, caso aquelas políticas tivessem continuado a governar o país, seria mera questão de tempo.

Com o pretexto de aumentar a eficiência e reduzir as desigualdades tarifárias entre litoral e o interior, foram criadas três megaempresas (Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo), abertas ao capital privado. Paralelamente, o governo transferiu para o regulador – ERSAR - a competência pela fixação dos preços para impor um aumento generalizado dos preços da água e garantir a rentabilidade e os lucros de futuros operadores privados.

Tudo se resume à ideia de concentração de capital, de clientes e de volume de negócios com uma única finalidade: entregar a exploração da água aos grupos privados.

É evidente que, deste processo, a não ser revertido, resultarão preços mais elevados e piores serviços, despedimentos, agravamento da exploração laboral e das desigualdades sociais.

A derrota da maioria absoluta de PSD/CDS nas eleições legislativas de 4 de outubro,

para a qual contribuíram as lutas em defesa da água pública e a recomposição do espectro político-partidário viabilizado pela nova relação de forças na Assembleia da República, abriu perspectivas para a concretização de uma mudança de políticas. Mudança que terá de passar pela afirmação inequívoca da água como um bem público e social inalienável, essencial à vida e à dignidade humanas e a todos os seres vivos, pelo reforço do papel do Estado nas suas tarefas de controlo, regulamentação e fiscalização pela gestão da água como serviço público, valorizando nomeadamente, o papel das autarquias. Só assim será possível salvaguardar os direitos das populações e garantir a prestação de um serviço público com qualidade e acessível a todos.

Neste contexto, o 12.º Congresso Nacional dos Professores, reunido nos dias 29 e 30 de abril de 2016, reafirma o seu empenho em defesa da água pública e do Projeto de Lei «Pelos direitos individuais e comuns à água», apresentado pela campanha «Água é de todos» na passada legislatura, e delibera:

- Prosseguir a exigência da consagração do direito humano à água na legislação nacional o seu efetivo cumprimento, o que implica, desde logo, assegurar que os cidadãos e as famílias não sejam privados do fornecimento de água nos momentos em que se encontrem em situação de insuficiência de rendimentos;

- Opor-se firmemente à privatização dos serviços de água e saneamento e do domínio público hídrico;

- Pugnar pela reversão do processo de fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento em «alta», respeitando os princípios da autonomia local, da subsidiariedade e da descentralização, assegurando a proximidade dos serviços como fator de coesão económica e social do território;

- Exortar à proteção da água, à qualidade dos rios e aquíferos e à sua consideração como estratégia fundamental contra as alterações climáticas;

- Exigir o regresso à tutela dos municípios dos serviços privatizados terminando com contratos ruinosos para as populações;

- Rejeitar o modelo de mercado para o futuro da água e as tentativas de liberalizar e incluir os serviços públicos de águas em acordos de livre comércio, como é o caso do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, mais conhecido como TTIP, que vem sendo negociado secretamente entre a União Europeia e os Estados Unidos.

**Aprovada por unanimidade •**

## MOÇÃO 5

### Pelo direito à Liberdade e ao Progresso! Pela Paz! Pela Solidariedade entre os Povos!

**P**assaram-se 13 anos sobre a invasão do Iraque pelos Estados Unidos da América, a que Portugal está tristemente ligado pela participação e conivência de Durão Barroso, então primeiro-ministro do nosso país, no “conselho de guerra” que se realizou na base das Lajes. O pretexto para esta invasão, a que não pode deixar de estar associado o crescimento da instabilidade e dos conflitos na região e que teve o apoio militar do Reino Unido, da Austrália e da Polónia, foi a suposta existência de “armas de destruição maciça” e a suposta “iminência da posse” de armas nucleares, uma fraude entretanto já desmentida.

Ao Iraque poderíamos juntar outras zonas de conflito que no último quarto de século marcaram, de forma dramática e a ferro e fogo o Médio Oriente e diversos países árabes: Afeganistão, Koweit, Egito, Palestina, Síria, Líbia, Tunísia, Iémen...

A Humanidade vive já na incerteza e na insegurança. Podemos mesmo afirmar que estamos num dos momentos mais críticos da sua história. São os conflitos e as guerras, as invasões e ocupações que tiram a vida a milhares de pessoas e provocam centenas de milhares de refugiados que, na tentativa de escapar à perseguição política, à fome e à morte, procuram acolhimento nos países vizinhos, pobres e sem quaisquer responsabilidades nas situações criadas.

É por tudo isto que não podemos deixar de considerar a invasão do Iraque, pelas atrocidades e consequências que dela resultaram e que instigaram o recrudescimento de fundamentalismos religiosos e a criação dessa monstruosidade que é o autodesignado “estado islâmico”, como um dos piores crimes dos últimos anos e, também por isso, um dos marcos mais negativos na História dos povos.

A persistência e o agudizar de conflitos e tensões, de embargos, de bloqueios e ocupações, que no essencial servem os propósitos da expansão imperialista e de exploração e rapina dos recursos naturais, constituem um obstáculo ao progresso dos países afetados e provocam a destruição, o sofrimento, a fome, a miséria e a perda de incontáveis vidas humanas, conferindo à luta pela Paz uma importância inquestionável, um dever de todas e de todos que obriga à intervenção de cada um/a de nós.

Ao mesmo tempo, o ataque aos direitos humanos não deixou de existir, de diversas formas e tomando diversas matizes, em todo o mundo, designadamente através da violação das liberdades individuais, de ataques ao direito à liberdade de expressão

e ao direito à informação, da segregação de género, da supressão de liberdades políticas e do direito ao exercício livre de atividade sindical, de execuções sumárias de opositores a regimes totalitários e do esmagamento do direito de povos à autodeterminação, da manutenção quase inalterada de potências armadas e da interrupção do processo de desnuclearização, bem como da utilização dos conflitos armados designadamente no “interesse económico dos mercados”...

Assim, no respeito pela Carta da Nações Unidas e pela Constituição da República Portuguesa, nomeadamente pelo seu artigo 7.º, o 12.º Congresso da Federação Nacional dos Professores decide:

1. Denunciar o uso hipócrita da defesa dos direitos humanos, como pretexto para justificar intervenções e ocupações militares por potências e organizações nomeadamente imperialistas bem como a abolição das armas nucleares e de extermínio em massa e o desarmamento geral e controlado;

2. Pugnar pela criação de condições de política internacional que conduzam à dissolução dos blocos político-militares, nomeadamente da OTAN.

3. Considerar a urgente necessidade de controlo, por parte da ONU, de todos os arsenais nucleares e de extermínio em massa;

4. Reforçar as defesas face às ameaças de terrorismo que põem em causa a vida normal dos cidadãos em países de todos os continentes, exigindo, contudo, que as medidas de segurança a aprovar não sejam pretexto para anular direitos fundamentais dos cidadãos e da democracia;

5. Expressar a sua solidariedade com todas as vítimas de ingerências, bloqueios, ocupações e agressões e com a justa luta pela auto-determinação e independência dos povos, designadamente com o povo da Palestina, o povo Curdo, do Iraque, do Sudão, e de tantos outros, a maior parte das vezes alvo do saque dos seus recursos naturais;

6. Na sequência de um particular e continuado empenho na sua causa, manifestar de forma inequívoca o apoio e solidariedade à justa luta do povo Saharauí pelos seus direitos políticos, sociais e laborais, que só podem ser exercidos num contexto de liberdade e autodeterminação e com o fim da ocupação do seu território pelo reino de Marrocos, direitos expressamente contidos nas resoluções da ONU sobre o Sahara Ocidental;

7. Pugnar pela liberdade de organização sindical e apelar a todas as organizações, sindicais ou outras, para que lutem por um mundo melhor, mais justo e solidário, de paz e progresso, que coloque o enorme potencial tecnológico e científico ao serviço da humanidade.

**Aprovada por maioria com 18 abstenções e 2 votos contra** ●

## MOÇÃO 6

### Pela concretização integral da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

**E**m setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para serem cumpridos até 2030. Trata-se de uma agenda global, que pretende acabar com a pobreza e com a fome, assegurar educação e saúde de qualidade, igualdade de género e trabalho decente para todos, ao mesmo tempo que se propõe proteger as florestas e os oceanos e combater as alterações climáticas.

A inclusão da educação como um dos ODS não estava inicialmente prevista. A ação da Internacional da Educação (IE), trabalhando de perto com outras organizações (UNESCO, OIT, Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento...) foi decisiva para que a educação viesse a constituir um objetivo específico, o 4º, e uma prioridade explícita sob vários outros objetivos. É assumido o compromisso de garantir uma educação primária e secundária gratuita e de qualidade, sendo também referida a importância da educação infantil, da educação/formação profissional e da educação de adultos, assim como da literacia e numeracia para jovens e adultos. A qualidade e equidade são enfatizadas ao longo dos objetivos, havendo também referência explícita a professores qualificados e a ambientes de aprendizagem seguros, não violentos e sensíveis às questões de género.

Contudo, a agenda 2030 falha em duas questões cruciais: i) não existem compromissos claros dos Estados membros sobre o financiamento público da nova agenda – a maioria dos Estados membros aposta no financiamento privado para a implementação da Agenda; ii) a estrutura de responsabilização é muito débil – o sistema de acompanhamento e de avaliação é voluntário e os Estados membros podem estabelecer prioridades entre os objetivos, em vez de se comprometerem com a sua completa implementação.

Assim, neste contexto, o 12º Congresso Nacional dos Professores, reafirmando a importância da Educação Para Todos, gratuita e universal, como parte central de qualquer estratégia de desenvolvimento global pos-2015:

- Saúda a adoção da agenda 2030 e a inclusão da educação como um dos ODS;

- Insta o governo português a assumir a responsabilidade da implementação dessa Agenda, integrando esses objetivos no seu programa, disponibilizando os recursos necessários à concretização das metas estabelecidas e resguardando os serviços públicos das lógicas de lucro que por norma orientam o setor privado;



• Apela à FENPROF para que acompanhe de perto o processo de financiamento, implementação e monitorização da Agenda, trabalhando em articulação com a IE/Comité Sindical Europeu de Educação e promovendo alianças tão amplas quanto possível, no sentido da realização do potencial dos ODS e de um grau de concretização da Agenda significativamente superior ao dos objetivos do milénio.

**Aprovada por unanimidade •**

## MOÇÃO 7

### **Pela valorização da atividade sindical, Contra as restrições ao exercício da atividade sindical e as perseguições a sindicalistas, em Portugal e no Mundo**

O movimento sindical distingue-se pela persistência e capacidade de organização, fruto, também, de uma postura militante dos seus quadros e da confiança que os trabalhadores depositam nas suas organizações de classe.

O movimento sindical de classe promove a reflexão e o debate; organiza o protesto e elabora a proposta; assume a negociação e a contratação coletivas como essenciais na defesa dos direitos dos trabalhadores; tem da vida sindical uma visão ampla, não se resumindo à gestão de problemas, mas lutando para que se criem condições que contribuam para gerar mudanças nas sociedades. É, por isso, natural que os sindicatos

que assumem essa postura de classe sejam considerados “inimigos” por poderes que pretendem levar por diante políticas orientadas para um contínuo empobrecimento e uma crescente exploração dos trabalhadores, bem como por poderes que adotam a corrupção como prática e pretendem calar quem os denuncia.

São estas as principais razões por que sindicatos e sindicalistas têm sido perseguidos, presos, torturados e assassinados nos períodos mais negros da história, tanto nacional, como mundial, continuando, hoje, a ser alvo da sanha de quantos pretendem, sem oposição, impor políticas que violam direitos laborais e sociais, essência das sociedades democráticas, ou dos que consideram que a sociedade deve ser paraíso não escrutinado de corruptos e traficantes de influências, de bens materiais ou de seres humanos.

Os sindicatos e os sindicalistas, pela sua opção de classe, são exímios defensores dos direitos de quem trabalha, mas, também porque a sua intervenção é essencialmente solidária, estão na primeira linha dos que se batem pela democracia plena, isto é, em todas as suas componentes, designadamente política, social, económica ou cultural.

As perseguições aos sindicalistas, com maior ou menor violência, são, ainda hoje, uma realidade. Há situações extremas, que constituem atos de verdadeiro terrorismo de Estado, como a Ucrânia, em que sindicalistas foram assassinados, pelo fogo, dentro da sede do Sindicato, a Colômbia, onde são assassinados nas suas próprias residências, ou a Turquia, onde as perseguições e prisões fazem parte do quotidiano.

Em outros países, porém, ainda que a perseguição não assuma contornos de tão

grande violência, não deixa de se atentar contra os mais elementares direitos democráticos. Acontece em Espanha, onde a prisão de sindicalistas é apenas uma face da crescente perseguição ao sindicalismo, havendo também alguns ensaios em Portugal com a recente condenação do coordenador da União de Sindicatos da Guarda por, em 2014, ter assistido às comemorações do 10 de junho e, aí, as suas manifestações não terem sido de aplauso mas de protesto contra os principais responsáveis, ali presentes, pelas políticas de empobrecimento e extorsão dos portugueses: o Primeiro-Ministro, Passos Coelho, e o Presidente da República, Cavaco Silva.

Mas os atentados contra as liberdades e os direitos sindicais são muitas vezes concretizados através de alterações legais que reduzem a intervenção das organizações sindicais ou as condições em que os trabalhadores podem exercer essa atividade. São vários os exemplos que encontramos na Europa e um pouco por todo o mundo, em que as leis laborais, incluindo os direitos sindicais, estão a ser gravemente amputados. Contudo, por vezes, mesmo sem mexer nos quadros legais que vigoram, são promovidas verdadeiras campanhas de desvalorização social dos sindicatos, desde logo pela secundarização da negociação e contratação coletivas, traves mestras do sindicalismo de classe.

Esta tentativa de esvaziamento da atividade sindical, que, em Portugal, na última década, foi impulsionada pelos governos, praticada pelas entidades empregadoras e contou com forte apoio de comentadores cujos nomes os professores não esquecem, foi acompanhada de diversas iniciativas

destinadas a denegrir, enxovalhar, insultar e assassinar politicamente vários sindicalistas. Não o conseguiram, mas a memória não esquece esses tempos.

Face a tudo quanto antes se refere, o 12.º Congresso Nacional dos Professores decide:

- Condenar com grande veemência todos os atos criminosos cometidos contra sindicalistas em países como Ucrânia, Turquia, Colômbia (acrescentar outros de que haja referência) e também em espaços onde existe ocupação ilegítima de territórios, como são os casos da República Árabe Saaraui Democrática ou a Palestina;

- Apelar aos trabalhadores que se unam em torno das suas organizações de classe, exigindo de governos e patronato respeito e valorização dos sindicatos, dos direitos sindicais e da liberdade de exercício da atividade sindical;

- Dirigir à Comissão Europeia e aos diversos grupos parlamentares europeus um apelo no sentido de serem tomadas medidas que, no espaço europeu, valorizem a atividade sindical, designadamente através do reforço da negociação e contratação coletivas, e condenem a perseguição e assassinio de quem exerce os direitos sindicais;

- Apelar à Confederação Europeia de Sindicatos (CES) a que adote uma intervenção forte de denúncia das situações de violação de direitos sindicais na Europa e apoie os sindicatos que, nos respetivos países, se opõem à aprovação de normas restritivas sobre a atividade sindical;

- Apoiar a Internacional de Educação (IE) em todas as iniciativas de denúncia, solidariedade ou exigência em relação a países onde os direitos sindicais são postos em causa;

- Exigir do governo português a alteração das normas mais gravosas do Código do Trabalho, designadamente no que respeita à contratação coletiva, devendo ser retomado o princípio do “tratamento mais favorável” e, em coerência, alterada a atual norma sobre caducidade;

- Dada a especificidade do exercício profissional docente, deverá ser retomada a possibilidade de os professores e educadores e as suas organizações sindicais gerirem as horas de crédito a que têm direito para atividade sindical, independentemente do local em que esta se desenvolva.

**Aprovada por maioria com 1 abstenção**

## MOÇÃO 8

### Pela erradicação do trabalho infantil em Portugal

**A** Convenção n.º 138 da OIT, de dezembro de 2012, defende a “abolição efetiva” do trabalho infantil e aconselha que a situação ideal seria aquela em que a lei

previsse que só a partir dos 18 anos fossem possíveis “empregos ou trabalhos que, pela sua natureza ou pelas circunstâncias em que são realizados, possam prejudicar a saúde, a segurança ou a moralidade dos jovens” (trabalhos perigosos). De acordo com a OIT, a vulnerabilidade é maior em famílias em que há pobreza, desemprego, associados a problemas de analfabetismo e iliteracia.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fixados na cimeira da ONU, realizada em Nova Iorque nos passados dias 25, 26 e 27 de setembro de 2015, referem expressamente no seu objetivo oitavo, “Trabalho Digno e Crescimento Económico”, a necessidade de “até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas”.

Nos últimos anos, fruto das políticas desenvolvidas pelos governos de direita, a situação social do país regrediu de forma significativa, gerando-se uma situação socioeconómica propícia ao reaparecimento de níveis elevados de exploração e de trabalho infantil, mesmo nas suas formas mais degradantes, semelhantes àqueles dos anos 80 e 90 do século passado.

A CGTP-IN foi a organização que, naquele período dramático da nossa democracia, desencadeou a denúncia desta forma de exploração e degradação da dignidade humana e, consequentemente, a ação do governo, com resultados progressivamente positivos. Iniciou-se um processo de fiscalização sobre as empresas, detetando-se milhares de casos a que foi possível pôr cobro.

Curiosamente – ou talvez não – o governo da direita (PSD/CDS) interrompeu essa fiscalização em 2012 e não se conhecem quaisquer outros dados oficiais, sobre a situação, a partir desse ano.

O que é certo é que, ao mesmo tempo que grandes grupos económicos colocam avultados lucros em paraísos fiscais, se aprofunda a degradação social e são desferidos fortes ataques aos direitos humanos e do trabalho.

Um recente relatório da UNICEF veio confirmar o impacto que as políticas sociais e económicas desencadeadas pela direita na anterior legislatura tiveram no agravamento das desigualdades em Portugal e no rendimento das crianças, colocando o nosso país, entre 41 países da OCDE, em 33.º lugar.

Ao mesmo tempo, refere o relatório, o grupo das crianças mais pobres tem um rendimento 60% mais baixo que a mediana, já por si muito baixa. É possível, segundo os dados disponíveis e agora tornados públicos, constatar que, entre 2008 e 2013, as condições de vida das crianças em Portugal se deterioraram.

O Estado não exerce qualquer controlo sobre as empresas ou empresários que violam todos os dias a Constituição e o Código do Trabalho.

O laxismo dos governos é permeável a esta forma de exploração que assumiu, nos últimos 15 anos, novos contornos.

Para os/as delegados/as ao 12.º Congresso Nacional dos Professores:

1. O trabalho das mães e pais trabalhadores deve oferecer garantias de estabilidade e segurança profissionais, ser promotor de uma verdadeira e eficaz distribuição da riqueza e garantir apoios sociais, designadamente em situação de desemprego ou de muito baixos rendimentos;

2. Há que criar condições para assegurar rendimento básico para as crianças, que associe, designadamente, alimentação, educação, cuidados de saúde, bem como outros bens e serviços necessários. Estas podem ser garantidas através de protocolos com as redes de estabelecimentos de educação e ensino e as unidades de saúde;

3. A ação sindical nos locais de trabalho e a organização sindical de base fortalecem os sindicatos.

É sabido que sindicatos fortes dão um imprescindível contributo para o recuo do trabalho infantil. Daí que o apoio à ação sindical e à organização dos sindicatos nos locais de trabalho seja fundamental para fazer este combate;

4. É necessário:

- 4.1 Que se reiniciem as inspeções às empresas, sem pré-aviso, como forma de despistar o trabalho infantil;

- 4.2 O restabelecimento de ligações, nomeadamente com as escolas, os centros de saúde, as associações de solidariedade social e as CPCJ, para que haja uma ação concertada e profilática neste âmbito;

- 4.3 A intervenção implacável sobre todas as formas de utilização/exploração de mão-de-obra infantil;

- 4.4 A aplicação de medidas mais restritivas na utilização de crianças para fins de exploração económica, seja através de atividades culturais e de entretenimento, seja para fins publicitários;

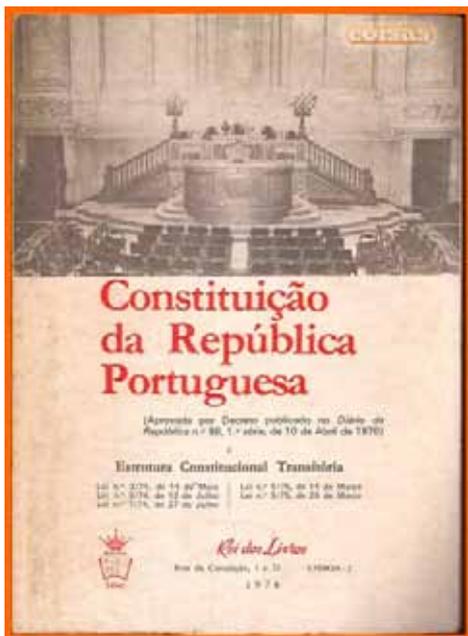
- 4.5 A realização de uma Campanha Pública Contra o Trabalho Infantil, de informação e esclarecimento sobre a lei e os direitos humanos e das crianças, bem como de divulgação dos riscos e das consequências do trabalho infantil;

- 4.6 A criação de um Observatório Nacional para o Combate ao Trabalho Infantil;

- 4.7 A avaliação, e eventual revisão, da definição de trabalho infantil na lei portuguesa.

5. Sendo 2016 o “Ano da CPLP contra o trabalho infantil”, deve promover-se a realização de iniciativas, com envolvimento dos estabelecimentos de ensino, sobre esta importante matéria, designadamente acompanhando a decisão da OIT de o dia 12 de junho ser assinalado como “Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil”.

**Aprovada por unanimidade** ●



## MOÇÃO 9

### Celebrar a Constituição, afirmar a Igualdade

**H**á 40 anos foi, pela primeira vez, consagrada na Constituição da República Portuguesa, no Capítulo dos Princípios Fundamentais, a promoção da “Igualdade entre Homens e Mulheres”, reconhecendo e valorizando as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, na sequência das lutas por elas travadas por melhores condições de trabalho, pelo direito ao voto, pela igualdade de direitos e de cidadania.

Seria de esperar que, volvidos 40 anos e encetadas tantas lutas, a igualdade de direitos fosse uma realidade. Contudo, fruto de muitos anos de políticas de direita, alterações gravosas na legislação laboral, agravamento da situação económica do país, imposições da trioka, em especial nos últimos quatro anos, o avanço legislativo que a Constituição da República Portuguesa consagrou não se fez acompanhar de uma efetiva igualdade na vida.

Hoje, as mulheres continuam a ser penalizadas profissionalmente pela sua condição de mães e cuidadoras dos filhos, pelo exercício dos direitos de maternidade, no acesso a cargos de decisão e na desigual partilha de responsabilidades familiares. São a maioria das vítimas de violência doméstica, das redes de prostituição e de tráfico de seres humanos e constituem a parte da população portuguesa mais afetada pela pobreza.

Porque os princípios e garantias constitucionais estão ainda por cumprir, razão pela qual é necessário continuar a afirmar os direitos das mulheres trabalhadoras, nesta luta que é de todos e porque a profissão docente é cada vez mais exercida por mulheres, a FENPROF reafirma a importância

de continuar a lutar pela efetivação do direito à igualdade, à não discriminação, ao trabalho com direitos, à maternidade e paternidade e à participação política, económica, social e cultural.

As delegadas e os delegados presentes no 12.º Congresso da FENPROF assumem o compromisso de:

- Lutar por condições que favoreçam a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, pela valorização da profissão docente, pela melhoria das funções sociais do Estado, na Educação, na Saúde, na Segurança Social, no acesso à habitação e à Justiça;
  - Divulgar, junto dos jovens professores, o significado e a importância da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens;
  - Assumir, junto do Ministério da Educação, a necessidade de se considerar a igualdade de género como uma das áreas importantes na formação inicial e contínua dos docentes.
- Aprovada por maioria com 7 abstenções •**

## MOÇÃO 10

**O** Tribunal de Luanda condenou no passado dia 28 de março 17 ativistas políticos a penas de prisão que variam entre os 2 anos e 3 meses e os 8 anos e 6 meses.

Estes jovens, presos desde junho de 2015 sob a acusação de “rebelião”, discutiam ideias sobre democracia, à volta de uma adaptação do livro “Da Ditadura à Democracia”, feita por um dos arguidos, professor Universitário. Vivenciavam também essa visão.

É unânime, nos tratados de ética e sociologia, que a Democracia assenta em escolhas livres, conscientes e informadas, o que implica liberdade de expressão e de reunião.

O Congresso da FENPROF considera que todas as limitações às liberdades de expressão e de reunião são inaceitáveis, desde as que recorrem a medidas explicitamente repressivas até às que recorrem ao controlo de lugares e direitos decorrentes de uma posição de domínio social.

É assim que condenam igualmente as medidas repressivas postas em prática pelo Estado Angolano e a manipulação dos direitos a uma informação livre e objetiva.

Nós, não somos neutros.

Por isso tomamos posição.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem que prescreve:

“Todo o ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios independentemente de fronteiras.”

Como consta da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, ratificada por Angola em 1990, que reforça também ela

aquela Declaração, no seu artigo 9º:

“1. Toda a pessoa tem direito à informação.

2. Toda a pessoa tem direito de exprimir e de difundir as suas opiniões no quadro das leis e dos regulamentos.”

A própria Declaração Constitutiva da CPLP, de que Angola é membro fundador desde 1996, sublinha a importância do respeito pela Democracia, pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos.

Assim, o Congresso da FENPROF, reunido a 30 de abril, manifesta o seu repúdio pela repressão posta em prática pelo Estado Angolano, e apela ao respeito do direito à liberdade de expressão e organização dos cidadãos.

**Aprovada por maioria com 281 votos a favor, 125 abstenções e 77 votos contra •**

## MOÇÃO 11

### Solidariedade com os trabalhadores em luta contra os despedimentos e a precariedade

**O** respeito pela dignidade da profissão docente, de par com a garantia do seu exercício numa Escola Pública democrática e de qualidade, decorre de uma sociedade onde as funções sociais do Estado dependem da riqueza produzida por quem trabalha e da sua luta para garantir todos os direitos democráticos.

Por isso, não é demais afirmar que a vida dos professores e educadores anda ao colo da democracia, a qual implica em particular a garantia de postos de trabalho com direitos, tanto no sector público como no privado.

Perante o exposto, os delegados ao XII Congresso da FENPROF:

1) Expressam a sua solidariedade total com os trabalhadores em luta para preservar os seus postos de trabalho, contra o desemprego e a precariedade, em vários sectores da vida económica do nosso país, nomeadamente com os trabalhadores da Portway e Groundforce (da empresa ANA Aeroportos), do Novo Banco e do Porto de Lisboa.

2) Esperam que a mobilização unida desses trabalhadores, em unidade com as organizações que os representam, faça recuar as Administrações dessas empresas, garantindo os respetivos postos de trabalho com direitos.

**Aprovada por maioria com 1 abstenção e 1 voto contra •**

**MOÇÃO 12**

**Saudação solidária aos trabalhadores do Brasil Não ao golpe de Estado que está em curso no país irmão**

Considerando que:

1 – A ação dos docentes e investigadores organizados na FENPROF, ajudando a unir todos os nossos colegas no processo de mobilização para defender as nossas condições de vida, de trabalho e a Escola Pública democrática, é uma componente imprescindível da luta de conjunto dos trabalhadores e das populações, única, que garante a democracia e a reconstrução do nosso país.

2 – Esta ação dos trabalhadores com as suas organizações em Portugal é, por sua vez, uma componente da luta conjunta, contra a guerra e contra a exploração, pela paz e pela dignidade humana, travada em cada país, por vezes nas condições mais terríveis e atrozes.

3 – A atestar esta união e complementaridade está a presença no nosso Congresso de representantes de outras organizações sindicais nacionais, da CGTP e de delegações de organizações sindicais de vários países do mundo a que está ligada a FENPROF.

Os docentes e investigadores delegados ao XII Congresso da FENPROF decidem:

Saudar a luta de todos os trabalhadores, na pessoa das delegações das suas organizações representadas no Congresso.

Expressar, de forma muito especial, esta solidariedade para com os professores e trabalhadores do Brasil, envolvidos numa forte batalha histórica para preservar as conquistas sociais e democráticas do povo trabalhador brasileiro.

Fazer sua a posição da CGTP, ao afirmar:

“O violento ataque das forças mais reacionárias do Brasil, aliadas ao imperialismo, coloca no horizonte próximo graves perigos de desestabilização e de grande retrocesso social e político e está intimamente ligado à ofensiva em curso, de fazer reverter e mesmo destruir os processos de transformação económica, social e política de cariz progressista no conjunto da América Latina.

A CGTP-IN expressa, neste momento em que se avolumam perigos para a democracia e para os direitos do povo brasileiro, a sua ativa solidariedade ao movimento sindical, aos trabalhadores e ao povo do Brasil, na luta que desenvolvem em defesa das suas conquistas laborais e sociais e do desenvolvimento do seu país.

Saudamos, por isso, as lutas sindicais e populares que vão ter lugar nas próximas semanas, designadamente a realização de uma grande Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, no próximo 1º de Maio.”

Mandar a direção da FENPROF para comunicar esta posição à Embaixada do Brasil.

**Aprovada por maioria com 30 abstenções •**



**MOÇÃO 13**

**Saudação aos trabalhadores do congresso**

Os delegados ao XII Congresso Nacional dos Professores saúdam todos os trabalhadores envolvidos na sua preparação e concretização, cujo esforço e dedicação foram fundamentais para o êxito deste Congresso.

**Aprovada por unanimidade •**

**MOÇÃO 14**

**Liberdade para os presos políticos em Angola**

Os Delegados ao XII Congresso Nacional dos Professores, tendo analisado o recente julgamento, sem garantias de isenção, em Angola, de 17 cidadãos, detidos por delito de opinião, e a sua subsequente condenação, por um pretense crime de constituição de “associação de malfeitores”, manifestam o seu apoio aos movimentos de opinião que exigem a libertação incondicional daqueles cidadãos.

**Aprovada por maioria com 151 votos a favor, 185 abstenções e 145 votos contra •**

**Jornal do Congresso teve duas edições**

Produzido na hora, o **Jornal do Congresso** divulgou informação variada sobre o andamento dos trabalhos da assembleia magna da FENPROF. A equipa do departamento de informação produziu duas edições com destaque para a participação dos delegados e convidados nacionais e estrangeiros e para os documentos debatidos no grande auditório do seminário de Vilar. Também em foco esteve a Conferência Sindical Internacional realizada a 28 de abril, um enriquecedor espaço de partilha de pontos de vista e de diferentes experiências. •



## Órgãos da FENPROF



Mário Nogueira, Secretário Geral



João Cunha Serra, Presidente do C. Nacional



António Dutra, Presidente do C. Jurisdição

## Conselho Nacional

### EFETIVOS

Mário Nogueira, SPRC  
 João Cunha Serra, SPGL  
 José Alberto, SPGL  
 Manuela Mendonça, SPN  
 Anabela Sotaia, SPRC  
 Manuel Nobre, SPZS  
 Francisco Oliveira, SPM  
 António Lucas, SPRA  
 Carlos Pato, SPE  
 Maria José Araújo, SPN  
 Joaquim Ramalho, SPZS  
 Alexandre Fraguito, SPN  
 Jackeline Vieira, SPM  
 António Avelãs, SPGL  
 Fé Carvalho, SPZS  
 Fernando Vicente, SPRA  
 Carlos Midões, SPN  
 António Morais, SPRC  
 Mário Santos, SPGL  
 Faria Pinto, SPN  
 Lurdes Santos, SPRC  
 Felizarda Barradas, SPGL  
 Ana Luísa Pinheiro, SPZS  
 Conceição Liquito, SPN  
 João Olímpio, SPGL  
 Sofia Monteiro, SPRC  
 Lucinda Ribeiro, SPM  
 Maria Céu Silva, SPGL  
 Ondina Maia, SPN  
 Ana Rita Carvalhais, SPRC  
 Cristina Lourenço, SPZS  
 António Nabarrete, SPGL  
 Pedro Oliveira, SPN  
 Fernandes Matos, SPRC  
 António Quitério, SPGL  
 Teresa Pereira, SPN  
 Victor Vasconcelos, SPGL  
 Ana Paula Tomé, SPN  
 Vítor Januário, SPRC  
 Deolinda Fernandes, SPGL  
 António Silva, SPZS  
 Carlos Silva, SPN  
 Cruz Marques, SPRC  
 Paula Rodrigues, SPGL  
 Maria José Costa, SPN  
 Anabela Malva, SPRC

Vitor Bento, SPGL  
 Eduardo Mesquita, SPGL  
 Carla Marques, SPRC  
 António Grilo, SPGL  
 Sérgio Branco, SPRC

### INDICADOS PELAS DIREÇÕES SINDICAIS

SPGL  
 António Brinco  
 António Anes  
 Cremilde Canoa  
 Dulce Carvalho  
 José Feliciano Costa  
 Lígia Galvão  
 Fátima Castro  
 Graça Dias  
 Lurdes Martins  
 SPN  
 Anabela Sousa  
 António Baldaia  
 Jorge Reis  
 Francisco Gonçalves  
 João Baldaia  
 João Paulo Dupont  
 João Paulo Silva  
 Lurdes Veiga  
 SPRC  
 Ana Paula Pires  
 António Caldeira  
 Celeste Duarte  
 Isabel Passos  
 Isaura Madeira  
 Graça Silva  
 Helena Brites  
 Lígia Paula Luís  
 SPZS  
 Manuela Assunção  
 António Mortal  
 Jorge Simão  
 Paulo Félix  
 SPM  
 Margarida Fazendeiro  
 João Sousa  
 SPRA  
 Dionísia Lourenço Moreira  
 Nuno Fonseca



## Secretariado Nacional

### Secretário-Geral:

Mário Nogueira

### SPN

Abel Macedo  
 Henrique Borges  
 José Augusto Cardoso  
 José Manuel Costa  
 Júlia Vale  
 Manuela Mendonça

### SPRC

Anabela Sotaia  
 Dulce Pinheiro  
 Francisco Almeida  
 João Louceiro  
 Luís Lobo  
 Vítor Godinho

### SPGL

Anabela Delgado

Branca Gaspar

Brígida Batista  
 Graça Sousa  
 José Alberto Marques  
 Manuel Micaelo  
 Tiago Dias

### SPZS

Ana Simões  
 Antónia Fialho  
 Manuel Nobre

### SPM

Francisco Oliveira  
 Margarida Fazendeiro

### SPRA

António Lucas  
 Luísa Cordeiro

### SPE

Carlos Pato

## Conselho de Jurisdição

Presidente: António Dutra, SPRA

José Luís Gorjão, SPGL

Ana Aguiar, SPN

Isabel Melo, SPRC

Jorge Lourido, SPZS

Miguel Ganança, SPM

António Guerreiro, SPGL

### Resultados das eleições (votações)

Conselho Nacional: Lista A - 559; Brancos - 10; Nulos - 4

Conselho de Jurisdição: Lista A - 520 | Lista B - 47; Brancos - 3; Nulos - 3



## Conferência Sindical Internacional, uma grande tribuna solidária

# Direitos dos povos e dos professores postos em causa por todo mundo

**A**ntecedendo o 12.º Congresso Nacional dos Professores, decorreu no Seminário de Vilar, no Porto, a Conferência internacional “Um sindicalismo progressista ao serviço da educação para todos”, com a participação dos convidados ao Congresso das muitas organizações estrangeiras que quiseram estar presentes.

Na Mesa deste encontro os responsáveis nacionais pelas relações internacionais: Mário Nogueira (intervenção de encerramento), João Cunha Serra, Manuela Mendonça (intervenção de abertura), Abel Macedo, Henrique Borges e Anabela Sotaia.

Abel Macedo moderou a conferência, que registou 23 intervenções de sindicalistas de França, Espanha, Cuba, Galiza, Japão, Brasil, Venezuela, Itália, Turquia, México, República Árabe Saaraui Democrática, Colômbia, Canadá, Dinamarca, Holanda, Sérvia, São

Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Na página da FENPROF é possível encontrar as gravações em vídeo destas intervenções.

Mário Nogueira encerrou esta conferência internacional, destacando a afirmação solidária do 12º Congresso e comentando os desafios que se colocam à intervenção sindical no novo período político do nosso país. «Estamos a recuperar um clima de diálogo e negociação com o Ministério da Educação», sublinhou o Secretário Geral da FENPROF.

### Um expressivo número de delegações estrangeiras

60 convidados, de 39 organizações, de 26 países (da Europa, África, América do Norte, América Central e América Latina e Ásia) marcaram presença neste congresso. Destas organizações, 5 têm âmbito mundial ou regional: Internacional da Educação

(IE), Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, Comité Sindical Europeu de Educação, Comité Permanente do Ensino Superior e Investigação e Confederação dos Educadores Americanos.

De assinalar, ainda, a participação no congresso do Secretário Geral da Internacional de Educação, Fred van Leeuwen, pela primeira vez em Portugal num congresso de docentes e investigadores.

A presença, entre nós, de um conjunto tão significativo de representantes de organizações sindicais de todo o Mundo é demonstrativo não apenas da importância que a FENPROF atribui à ação e solidariedade internacionais, mas também das boas relações de cooperação que, desde a sua fundação, há 33 anos, vem mantendo com muitas organizações de todo o mundo.

Na intervenção de abertura da conferência internacional, Manuela Mendonça



# 12.º Congresso Nacional dos Professores

sublinhou a atualidade de dois documentos que a FENPROF decidiu reeditar para este congresso: i) a “Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa à Situação dos Professores”, que defende a educação como um dos direitos fundamentais da humanidade e uma responsabilidade dos estados, assim como o papel essencial dos professores para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade; ii) um desdobrável com um conjunto de intervenções de John Dewey, considerado a principal referência da educação progressista na primeira metade do século XX, em que este afirma que os sindicatos dos professores “estiveram na vanguarda de todos os movimentos concebidos para melhorar a educação pública, para introduzir os princípios e ideais de educação progressista nas escolas frequentadas pela maioria das crianças; eles foram o principal instrumento, não só protegendo os professores de abusos individuais, mas também na oposição às tentativas dos políticos de usarem o sistema escolar público em seu benefício”.

Realçando que a intervenção e luta dos professores, no passado como no presente, tende a associar os interesses socioprofissionais com preocupações pela qualidade da educação e considerando que sem educação não há democracia nem progresso, Manuela Mendonça apelou ao combate a lógicas de privatização da educação, que querem transformar um direito humano básico num bem transacionável numa apetecível área de negócio. Num mundo cada vez mais globalizado e dominado pelos grupos financeiros, alertou para a necessidade de os sindicatos reforçarem a sua coordenação internacional e a luta contra as injustiças, em qualquer parte do mundo onde aconteçam. Espaço de diálogo e de partilha de experiências

Tal como aconteceu nas conferências internacionais anteriormente realizadas, esta foi também um enriquecedor espaço de partilha de pontos de vista e de diferentes experiências, assim como um gratificante espaço de encontro dos convidados internacionais com quadros da FENPROF.

Num debate vivo e muito participado, os representantes das várias organizações partilharam preocupações relativamente a reformas que têm vindo a precarizar o exercício da profissão e a empobrecer a escola pública. Em muitos países, o investimento na educação pública tem vindo a ser reduzido, introduzindo maiores desigualdades no acesso à educação. O avanço da privatização da educação é visível em todas as regiões, ainda que com desenvolvimentos diferentes. De uma forma geral, os professores têm vindo a ser sujeitos a uma acentuada sobrecarga de trabalho, a uma maior precariedade e a uma enorme pressão decorrente de sistemas de avaliação assentes em testes standardizados. O congelamento salarial é hoje prática em muitos países (por exemplo, em Itália e



na Holanda há já 7 anos que os professores não têm qualquer atualização salarial). Em alguns países europeus a profissão é tão pouco atrativa que há falta de professores qualificados. Na América Latina, vive-se atualmente um ciclo de retrocesso – retrocesso político, social e também educativo. Em vários dos PALOP, há processos de luta em curso pela valorização do estatuto dos professores.

### Unificar a luta

Face aos muitos problemas existentes, várias intervenções referiram a necessidade de unificar a luta dos professores, tendo sido avançadas propostas como a realização de uma marcha no mesmo dia em todo o mundo, pela educação pública e pela paz. Foi referido que no Quebeque, no primeiro dia de cada mês, em 600 escolas, professores, pais e alunos desenvolvem ações sob o lema “Eu protejo a minha Escola Pública”.

Em síntese, a desmontagem do modelo neoliberal e a luta que o movimento sindical internacional tem que desenvolver contra esse modelo, o reforço da cooperação internacional e as iniciativas comuns, as realidades de cada país e o olhar solidário

sobre a ação sindical internacional marcaram esta conferência, em que estiveram particularmente em foco situações como as que se vivem no Brasil ou na República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

### Brasil e RASD em destaque

Não foi pois de estranhar que os «embaixadores» destes dois países tivessem arrancado fortes aplausos que manifestavam não só concordância com as posições por eles expressas como a solidariedade que reuniu e une todas estas organizações.

No caso da RASD, vive-se uma situação de violação de direitos humanos, com a potência ocupante (Marrocos) a desrespeitar resoluções internacionais, designadamente da ONU, que defendem o direito do povo Saharaui ao seu território e à auto-determinação. São gravíssimas as condições em que crianças e jovens crescem e se formam como pessoas – num quadro em que o governo da Frente Polisário não descarta a melhor arma contra a privação de liberdade, a Educação.

Já quanto ao Brasil, na Conferência entrevistaram, Madalena Peixoto (CONTEE) e Roberto Leão (CNTE) que fizeram um retrato muito importante, atentamente ou-

vido por todos os presentes, da situação presente provocada pelo golpe de direita em marcha, que visa fazer recuar o país ao período pré-Lula.

O ataque aos direitos sindicais e às aspirações do povo a um futuro de paz, desenvolvimento social e progresso é hoje uma preocupação, generalizada, do movimento sindical e começa a haver sinais muito preocupantes por via dos ataques aos sindicatos, aos sindicalistas e aos homens e mulheres de esquerda.

Dilma Roussef, como referiu Roberto Leão na Conferência Internacional, é uma mulher que está em vias de destituição sem que tenha cometido qualquer crime e sem que sobre ela recaia qualquer suspeita de corrupção, o mesmo já não se podendo dizer de cerca de 60% dos deputados que geraram esta situação.

Aliás, à semelhança do que se encontra em marcha um pouco por toda a América Latina com a intervenção dos Estados Unidos da América no apoio à oposição aos governos de Brasil, Venezuela, Argentina, Equador, Bolívia, etc... Foi, pois, fundamental este espaço de encontro para se cimentarem solidariedades necessárias para os povos de cada uma destas nações. | LL e JPO •

## Delegações estrangeiras presentes no 12º Congresso

### Alemanha

Anton Salzbrunn (GEW)

### Angola

José Joaquim Laurindo e Laurinda Namone José (FSTECJDCS); Guilherme Silva (SINPROF) e Avelino Kalunga (SINPTENU)

### Brasil

Roberto Leão e Fátima Silva (CNTE); Cássio Bessa, Cristina de Castro e Madalena Peixoto (CONTEE)

### Cabo Verde

Abraão Borges (FECAP)

### Canadá (Quebeque)

Line Camerlain (CSQ)

### Colômbia

Luis Alberto Grubert Ibarra, Rafael David Cuello Ramírez e Ricardo Avendaño Pedrozo (FECODE)

### Cuba

Gertudes Simon Pineda (SNTECD)

### Dinamarca

Dorte Lange (DLF)

### Espanha

Anxo Louzao Rodríguez e Marta Dacosta Alonso (CIG GALIZA), Cuqui Vera, Paco García, Pedro Barria e Sonsoles Redondo

(FE.CCOO), Júlio Serrano (FE.CCOO /SUP); Ángeles Villaverde (FETE-UGT) e Gabriel Caldeutey Ramos (STES)

### França

Frederique Rolet (SNES-FSU), Marc Delepouve e Valero Alet (SNESUP-FSU) e Olivier Michelle (SUNipp-FSU)

### Guiné-Bissau

Luís Nancassa (SINAPROF) e Laureano Costa (SINDEPROF)

### Grécia

Theodoros Malagaris e Despoina Avramopoulou (OLME)

### Holanda

Trudy Kerperien (AOB)

### Itália

Claudio Franchi (FLC-CGIL), Lello Macro e Rossella Benedetti (UIL SCUOLA)

### Japão

Fumiko Kataoka, Masako Obata e Takaya Danbara (ZENKYO)

### México

José Luis Pérez Márquez e Lázaro Medina Barragán (SNTE)

### Moçambique

Francisco T. Nogueira (ONP)

### Reino Unido

Kathy Wallis e Victor Aguera (NASUWT) e Anne Swift (NUT)

### República Árabe Saharaui Democrática

Mohamed El Hanach (UGT Sáurio)

### Rússia

Galina Merkulova e Nikolay Kolobashkin (ESEUR)

### São Tomé e Príncipe

Gastão Ferreira Kolobashkin (SINPRESTEPE)

### Senegal

Demba Thiam e Mamadou Lamine Dianté (SAEMSS)

### Sérvia

Borka Visnic e Branislav Pavlovic (TUS)

### Turquia

Bayram Erkul e Mesut Firat (EGITIM-SEN)

### Também estiveram presentes no 12º

**Congresso:** Fred Van Leeuwen (IE), Odile Cordelier (CSEE-IE), Fernando Rodal (CEA), Jens Vraa-Jensen (HERSC) e Jean Paul Lainé (FMTC)



Um 1.º de Maio vivido num tempo de desafios e de potencialidades

## Avançar pela mudança, defender, repor e conquistar direitos

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

**O**s educadores, professores e investigadores marcaram presença saliente nas jornadas comemorativas do 1.º de Maio, em todas as regiões do país e nas comunidades portuguesas no estrangeiro.

Avançar pela mudança; defender, repor e conquistar direitos foram palavras de ordem em foco nas múltiplas ações organizadas pela Central unitária, onde não faltaram as iniciativas de convívio, as exposições, a festa e as atividades desportivas.

Da resolução aprovada neste 1.º de Maio, destaca-se o apelo à participação ativa na Semana Nacional de Ação e Luta que decorre de 16 a 20 de maio "pelo aumento dos salários, pelo emprego com direitos, contra a precariedade, pelo desbloqueamento da

negociação coletiva, pela reposição de direitos roubados, pela redução dos horários de trabalho, por melhores condições de vida e de trabalho, contra a exploração e o empobrecimento."

### Objetivos fundamentais

A CGTP-IN chama também a atenção para a necessidade de mobilizar os trabalhadores e de Intensificar a luta reivindicativa nos locais de trabalho. A este propósito, a resolução aponta alguns objetivos fundamentais:

- O aumento geral dos salários, enquanto elemento de combate à exploração e de melhoria das condições de vida, determinante para promover uma mais justa distribuição da riqueza;

A CGTP-IN assinalou o 130.º aniversário dos acontecimentos de Chicago, que estiveram na origem do 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, sob o lema "**Avançar pela Mudança - Defender, Repor e Conquistar Direitos!**". Um 1.º de Maio que foi celebrado "num novo quadro político, na sequência da luta da população que levou à queda do Governo PSD/CDS-PP, e que se traduziu na reversão dos cortes e na reposição de direitos", como realçou o Secretário Geral da Central unitária na Alameda, em Lisboa. Na véspera, Arménio Carlos já tinha destacado a importância da jornada ao intervir na sessão de encerramento do 12.º Congresso Nacional dos Professores.

- O combate à desregulação dos horários e a fixação das 35 horas semanais para todos os trabalhadores, com a sua aplicação imediata aos trabalhadores da administração pública e, de forma progressiva, aos trabalhadores dos restantes sectores, sem redução de salário;
  - A reposição de todos os direitos roubados, o fim do congelamento das progressões salariais e profissionais na administração pública;
  - O fim do bloqueio na negociação da contratação coletiva, com a extinção da caducidade e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável, bem como a revogação das normas gravosas da legislação laboral, para os sectores privado e público;
  - O combate à precariedade, esse flagelo que a todos atinge mas sobretudo os mais jovens, participando ativa e solidariamente na Campanha Nacional Contra a Precariedade, pelo Emprego com Direitos;
  - O combate ao desemprego, exigindo a criação de mais e melhor emprego e que todos os trabalhadores desempregados, sejam abrangidos por prestações de desemprego;
  - A defesa e a melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado na saúde, escola pública, segurança social, bem como da justiça e da cultura.
- Como sublinhou o Secretário Geral da CGTP-IN na concentração da Alameda, em Lisboa, "este é o tempo de concretizar a esperança e lutar pela mudança, um tempo recheado de desafios e de potencialidades." •



Um pano com a inscrição “Paz. Solidariedade. Amizade entre os Povos” registou a participação de representantes das organizações estrangeiras no 12º Congresso da FENPROF no desfile do 1º de Maio promovido pela CGTP-IN na cidade Porto. Vários dirigentes da FENPROF e do SPN também se incorporaram na manifestação, incluindo o Secretário Geral, Mário Nogueira. Os dois sindicalistas do Brasil que vieram ao Congresso subiram à tribuna do Dia Mundial do Trabalhador na Invicta e alertaram para a grave situação que se vive no país irmão (fotos de Henrique Borges).

## Em defesa da ADSE

“Perante a intenção declarada do Governo de concretizar a chamada “reforma do modelo de Assistência na Doença aos Servidores do Estado” (ADSE), é imperioso estarmos atentos/as e, se necessário, atuantes”, destaca o Departamento de Professores Aposentados, da FENPROF.

A ADSE tem hoje uma situação estável, devido, apenas, às contribuições dos seus beneficiários. O Estado, enquanto entidade empregadora, desde 2011, não contribui com qualquer verba para o financiamento da ADSE, como revelam os dados por esta divulgados. São, portanto, só os descontos feitos nos salários dos trabalhadores da Função Pública e nas pensões dos aposentados que financiam a ADSE.

O papel do Governo tem-se limitado a determinar o desconto a efetuar e as compensações a atribuir, sabendo-se que existe um saldo positivo bastante elevado, o que significa que o desconto efetuado tem sido superior ao necessário. Isso quer dizer que o último aumento da taxa de desconto para 3,5%, além de inútil, é escandaloso. As contas que constam do Relatório de Atividades da ADSE provaram que, com uma quota de 2,5%, o saldo continuaria a ser positivo.

“Defendemos que haja uma melhoria significativa dos serviços prestados pela ADSE, nomeadamente, que incluam a evolução científica e tecnológica na Medicina”, sublinha o Departamento de Aposentados, que acrescenta:

“Há estudos que indicam que, com o envelhecimento do corpo de beneficiários, entre outros fatores, a ADSE poderá, dentro de alguns anos, entrar em fase de declínio, problema a que deveremos estar atentos. Como tal, a introdução de medidas no sistema que contribuam para a sua sustentabilidade é importante.

Mas devemos rejeitar qualquer medida que passe pela privatização da sua gestão, com o Estado a desresponsabilizar-se do sistema.

Assim, a gestão da ADSE deve continuar no domínio público, deve manter-se exclusivamente para os funcionários.”

“Estamos disponíveis para discutir com o Governo a melhor solução para o futuro da ADSE”, realça a FENPROF. ●

## A propósito do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

**T**endo em conta a privatização e concentração de empresas de comunicação social nas últimas décadas e a acelerada comercialização da informação por parte do grande capital que procura assim afirmar o seu predomínio sobre a consciência política dos cidadãos, informar de forma livre, isenta, plural e objetiva é, cada mais, indispensável, destaca a CGTP-IN a propósito da recente passagem do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de maio).

A Central saúda os jornalistas e todos os profissionais do setor que cumprem o seu dever de informar com rigor, objetividade e isenção, muitas vezes à custa de sacrifícios que afrontam a própria vida e salienta o esforço de muitos profissionais da comunicação que continuam a fazer um trabalho de grande qualidade e nem sempre entendido e aceite por quem toma as decisões sobre o alinhamento das notícias, ou por quem decide sobre os seus vínculos laborais, alargando os leques da precariedade que a CGTP-IN continua a combater.

Com a campanha em curso contra a precariedade, a CGTP-IN visa denunciar os contratos a prazo ou de prestação de serviços, falsos recibos verdes, a utilização consecutiva de estagiários para ocupação de postos de trabalho permanentes e exigir que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo. Em consequência de despedimentos e de saídas forçadas de profissionais com experiência, as redações estão a ficar sem memória.

Como resultado, esta ausência traduz-se na cobertura deficiente do tratamento das questões do trabalho, da dignidade dos trabalhadores e das suas organizações.

“Reafirmar o valor do trabalho com direitos para todos os profissionais é uma exigência de todos os dias. Os jornalistas têm que se sentir livres para que haja uma informação responsável, objetiva, plural, própria de uma sociedade verdadeiramente democrática”, comenta a Inter, que conclui:

“Perante os desafios que se colocam ao país, cresce de importância o aprofundamento da participação ativa e cidadã de pensamento livre e de luta consequente e organizada dos trabalhadores e de outras camadas da população. Que seja assegurada uma informação que reflita a realidade laboral, social, económica, política e cultural de Portugal e do mundo. Uma sociedade de Paz e de justiça social para todos.” ●



Quarteto “Orpheu”



“Mãos que Cantam”

### Dois momentos culturais no 12.º Congresso

O 12.º Congresso Nacional dos Professores teve dois momentos culturais de grande qualidade que suscitaram fortes aplausos de delegados e convidados e, também, palavras de agradecimento na tribuna. Na sessão de abertura registou-se a atuação do Quarteto “Orpheu”, constituído por estudantes da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Instituto Politécnico do Porto, “alunos de uma escola pública de referência desta cidade, que, com a sua música, trouxeram brilho ao nosso congresso, representando simbolicamente todos os alunos, com quem e para quem os professores quotidianamente trabalham”, como salientou Manuela Mendonça, do Secretariado Nacional da FENPROF e Coordenadora do SPN. No encerramento dos trabalhos, esteve na tribuna o projeto (já com cinco anos) “Mãos que Cantam”, que mobilizou, com sucesso, alunos surdos da Universidade Católica Portuguesa para um coro universitário. No auditório do Seminário de Vilar interpretaram canções de Amália Rodrigues e Sara Tavares. Dois momentos culturais que foram também momentos altos do 12.º Congresso da FENPROF. | JPO ●

Até 22 de maio no Museu da Eletricidade

## World Press Photo

Foto: Daniel Berehulak



refugiados a fazerem passar um bebé através de uma vedação de arame farpado na fronteira entre a Sérvia e a Hungria.

Na edição deste ano marca também presença o trabalho do fotógrafo português Mário Cruz, da agência Lusa, vencedor na categoria "Assuntos Contemporâneos". O jornalista concorreu com um ensaio fotográfico sobre a escravatura de crianças no Senegal e na Guiné-Bissau, intitulado "Talibes, Modern Day Slaves".

À 59ª edição do concurso *World Press Photo* concorreram 5.775 fotógrafos de 128 países, num total de 82.951 imagens. •

**Horário:** de terça a domingo, das 12h às 20h (o museu encerra à segunda-feira)

**+ INFO** [www.fundacaoedp.pt/museu-da-eletricidade/](http://www.fundacaoedp.pt/museu-da-eletricidade/)

O Museu da Eletricidade, em Lisboa, apresenta, até **22 de maio**, a *World Press Photo*, a mais reconhecida exposição de foto-jornalismo a nível internacional.

Das mais de 150 fotografias em exibição, constam os trabalhos do australiano Warren Richardson, que conquistou o 1º prémio com uma imagem que mostra dois

**Ao vivo**

### Concertos românticos no ciclo "Loulé Clássico"

Na terceira edição do ciclo "Loulé Clássico", imperam os grandes concertos românticos. O concerto em que se destacava o solista tornou-se uma parte indispensável do programa sinfónico, tendo geralmente a estrutura clássica estabelecida por Mozart de três andamentos. A Orquestra Clássica do Sul deixa o convite: "Acompanhe este ciclo e assista a momentos únicos proporcionados por solistas de variados instrumentos. Antes de cada concerto, o público tem a oportunidade de conviver com maestro ou solista, no espaço "À Conversa com...", que decorre no período que antecede ao espetáculo (entre as 21h e as 21h20)". Mais informações e reservas através dos contactos telefónicos 289 400 820 ou 289 414 604. Os três concertos previstos decorrerão, sempre às 21h30, no CineTeatro Louletano nos dias **17 de junho, 21 de outubro e 9 de dezembro** (sextas feiras). •

**+ INFO** [www.ocs.pt](http://www.ocs.pt)



### Museu Nacional de Arte Antiga O Museu que não se vê...

As reservas de um museu são, por natureza, um território mítico: um lugar protegido, inacessível aos olhos profanos, onde se acumula e preserva um sem-número de obras de arte. Nelas ocultam-se peças isoladas ou formando séries, mais ou menos extensas e de diversa índole, acondicionadas por critérios vários, de natureza técnica ou mesmo pragmática. É esse espaço, velado e misterioso, que esta exposição pretende evocar, trazendo à luz e ao olhar curioso dos visitantes um vasto número de obras que, apenas pelos constrangimentos físicos do edifício em que se aloja o MNAA, não fazem parte da sua exposição permanente. Até **25 de setembro** próximo. A não perder! •

**+ INFO** [www.museudearteantiga.pt](http://www.museudearteantiga.pt)



**Folk**

### Vem aí o 17º Festival Intercéltico de Sendim

O Festival Intercéltico de Sendim está a caminho da sua 17ª edição e promete a qualidade e a diversidade a que nos foi habituando. De **4 a 7 de agosto**, em Miranda do Douro e em Sendim, as atenções irão para grupos prestigiados oriundos de Castela, Cantábria, Galiza, Irlanda e Portugal. Além dos concertos decorrerão várias atividades paralelas.

No primeiro dia (Miranda) e no último (Sendim) os espetáculos têm entrada livre. Nos restantes dias (5 e 6) o acesso custa 12,50 euros. | **JPO** •

**+ INFO** <https://pt-pt.facebook.com/FESTIVAL>

**Teatro**

### Guimarães: alunos em cena

As Turmas de Iniciação Teatral do Teatro Oficina sobem ao palco do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, para o espetáculo final (*Caos – Pirandello*) que encerra mais um ano de formação na área do teatro, no próximo dia **22 de maio**, às 17h00. Este é o verdadeiro espetáculo da cidade, onde quem levantou o braço e disse "sim, eu quero fazer teatro" se encontra num grande palco, e atravessando um enorme espaço vazio, olha o público olhos nos olhos. Nuno Preto encena o espetáculo, e atores muito novos, de idades muitos díspares, e todos bastantes valentes, festejam a alegria de estar dentro do grande teatro do nosso mundo. •

**+ INFO** [www.ccvf.pt/](http://www.ccvf.pt/)





TAXA PAGA  
PORTUGAL  
CONTRATO 577668

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVÓLUCRO FECHADO  
DE PLÁSTICO  
DEBEMOS NOTIFICAR  
POR ADEQUADO  
VERIFICAÇÃO POSTAL

# NÃO SOMOS DESCARTÁVEIS!



## Não à precariedade

# PELO EMPREGO COM DIREITOS

Campanha Nacional Contra a Precariedade 2016/2020



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA